

**MARINA RODRIGUES TONON**

**PROJETOS PARA O BRASIL:  
Manoel Bomfim e seus interlocutores**

**FRANCA  
2019**

**MARINA RODRIGUES TONON**

**PROJETOS PARA O BRASIL:  
Manoel Bomfim e seus interlocutores**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do título de Doutora em História.

Área de concentração: História e Cultura Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Karina Anhezini de Araujo. Órgão

Financiador: CAPES.

FRANCA  
2019

T666p      TONON, MARINA RODRIGUES  
              PROJETOS PARA O BRASIL: Maneol Bomfim e seus  
interlocutores / MARINA RODRIGUES TONON. --  
Franca, 2019  
              161 p.

              Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista  
(Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,  
Franca  
              Orientadora: KARINA ANHEZINI DE ARAUJO

              1. História. 2. Historiografia. 3. República. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo  
autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**MARINA RODRIGUES TONON**

**PROJETOS PARA O BRASIL:  
Manoel Bomfim e seus interlocutores**

**Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como  
pré-requisito para a obtenção do título de Doutora em História em  
História.**

**BANCA EXAMINADORA**

**Presidente: \_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Karina Anhezini de Araujo**

**1º Examinador: \_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Virginia Célia Camilotti**

**2º Examinador: \_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Daiane Vaiz Machado**

**3º Examinador: \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Wilton Carlos Lima da Silva**

**4º Examinador: \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Fabio Franzini**

**Franca, 13 de Junho de 2019.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP–FCHS/Franca), sobretudo aos colegas e professores, pelas discussões levantadas durante as disciplinas e que contribuíram para o desenvolvimento da tese.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida durante quatro anos de pesquisa, o que me possibilitou dedicação exclusiva à elaboração desta tese.

Às professoras Virginia Camilotti e Rebeca Gontijo pelas críticas e sugestões apontadas durante a banca de qualificação.

Aos professores integrantes da banca examinadora Fabio Franzini, Wilton Carlos Lima da Silva, Virginia Camilotti e Daiane Vaiz Machado por disporem de seu tempo para a leitura e discussão deste trabalho.

Agradeço especialmente à orientadora desta tese, professora Karina Anhezini de Araujo que através de sua orientação extremamente generosa contribuiu de forma inestimável para meu desenvolvimento e deste trabalho.

Aproveito para agradecer aos colegas do grupo de estudo a respeito da História da Historiografia, pelos debates e leituras, agradeço em especial a Daiane Machado, Gerson Coppes, Aline Menoncello e Thiago Rudi pelas contribuições e sugestões que ajudaram a construir esta tese.

Aos meus pais Claudio e Cristina e à minha irmã Mariana pela força que me ajudou a continuar. Aos meus avós Jarbas e Madalena pelo imenso carinho. Aos amigos que me acolheram em Franca: Mayara, Lívia e Thiago, sem eles o caminho seria mais difícil.

Agradeço, por fim, a meu esposo Roberto Andreoni que me apoiou de forma incansável durante estes quatro anos e que nos momentos mais difíceis foi a base para que eu conseguisse continuar. Seu amor e companheirismo são inestimáveis.

## RESUMO

TONON, Marina Rodrigues. **Projetos para o Brasil: Manoel Bomfim e seus interlocutores**. Franca, 2019. 165p. Tese de Doutorado em História – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019.

Durante as primeiras décadas do século XX, Manoel Bomfim na tentativa de propor um novo caminho para a História Nacional, apresentou através da publicação de quatro obras: *América Latina: Males de Origem* (1905) e a trilogia composta por *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (1929), *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política* (1930) e *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira* (1931), uma concepção de história e de narrativa histórica que podem ser compreendidas como um projeto para o Brasil. A defesa de uma revisão da história e de sua reescrita a partir de valores que fossem úteis à Nação foi sua principal reivindicação. Com isto em mente, esta tese buscou investigar os limites e as características deste projeto para além da análise das obras de Bomfim, em um esforço para compreender de que modo as ideias expostas nestas obras foram recebidas, delimitadas e, até mesmo, configuradas e partilhadas por outros autores do período compreendido entre os anos de 1889 a 1935. Partindo da análise de um grupo selecionado de resenhas críticas das obras de Bomfim, foram eleitos e investigados trabalhos de Rocha Pombo, João Ribeiro, Álvaro Bomílcar e Carlos Maul, autores que aprovaram algumas características importantes da forma de pensar e fazer história desenvolvida por Bomfim. A partir desta investigação procurou-se demonstrar a existência de um conjunto de proposições que contribuíram para a definição deste projeto para o Brasil difundindo-o na cultura histórica do período.

**Palavras-chave:** Historiografia. Nação. Manoel Bomfim.

## ABSTRACT

TONON, Marina Rodrigues. **Projects for Brazil: Manoel Bomfim and his interlocutors.** Franca, 2019. 165p. Doctorate Thesis in History – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019.

During the first decades of the twentieth century, Manoel Bomfim, in an attempt to propose a new path to National History, presented, through the publication of four works: *Latin America: Evils of Origin* (1905) and the trilogy composed by *Brazil in America: characterization of Brazilian formation* (1929), *Brazil in history: misrepresentation of traditions, political degradation* (1930) and *Brazil nation: reality of Brazilian sovereignty* (1931) a conception of history and historical narrative that can be understood as a project for Brazil. Bomfim had as the main claim the defense of a revision of History and a rewritten of values that were useful to the Nation. With this in mind, this thesis sought to investigate the limits and characteristics of this project beyond the analysis of the works of Bomfim, in an effort to understand how the ideas exposed in these works were received, delimited and even shaped and shared by other authors of the period between the years 1889 and 1935. Based on the analysis of a selected group of critical reviews Bomfim's works, publications of Rocha Pombo, João Ribeiro, Álvaro Bomfilar and Carlos Maul were approved and investigated, authors that supported some important characteristics of the way of thinking and making history developed by Bomfim. From this investigation, it was tried to demonstrate the existence of a set of propositions that contributed to the definition of this project for Brazil diffusing it in the historical culture of the period.

**Keywords:** Historiography. Nation. Manoel Bomfim.

## RESUMEN

TONON, Marina Rodrigues. **Proyectos para Brasil: Manoel Bomfim y sus interlocutores.** Franca, 2019. 165p. Tesis de Doctorado en Historia – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019.

Durante las primeras décadas del siglo XX, Manoel Bomfim en el intento de proponer un nuevo camino para la Historia Nacional, presentó, a través de la publicación de cuatro obras: *América Latina: Males de Origen* (1905) y la trilogía compuesta por *O Brasil en América: caracterización de la formación brasileña* (1929), *Brasil en la historia: distorsión de las tradiciones, degradación política* (1930) y *El Brasil nación: realidad de la soberanía brasileña* (1931), una concepción de historia y de narrativa histórica que pueden ser comprendidas como un proyecto para Brasil. La defensa de una revisión de la historia y de su reescritura a partir de valores que fueran útiles a la Nación fue su principal reivindicación. Con esto en mente, esta tesis buscó investigar los límites y las características de este proyecto más allá del análisis de las obras de Bomfim, en un esfuerzo por comprender de qué modo las ideas expuestas en estas obras fueron recibidas, delimitadas e incluso configuradas y compartidas por otros autores del período comprendido entre los años 1889 a 1935. A partir del análisis de un grupo seleccionado de reseñas críticas de las obras de Bomfim, fueron elegidos e investigados trabajos de Rocha Pombo, João Ribeiro, Álvaro Bomílcar y Carlos Maul, autores que aprobaron algunas características importantes de la forma de pensar y hacer historia desarrollada por Bomfim. A partir de esta investigación se intentó demostrar la existencia de un conjunto de proposiciones que contribuyeron a la definición de este proyecto para Brasil difundiendo en la cultura histórica del período.

**Palabras clave:** Historiografía. Nación. Manoel Bomfim.



## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>9</b>   |
| <b>1. A (des)construção da História Nacional: um projeto para a solução dos males do Brasil.....</b>      | <b>22</b>  |
| 1.1 - Crítica e revisão historiográfica: em busca de uma História “verdadeiramente” Nacional.....         | 31         |
| 1.2 - O projeto de Bomfim como modelo para a História Nacional.....                                       | 39         |
| 1.3 - Em busca da síntese: o primeiro livro de História do Brasil.....                                    | 50         |
| 1.4 - Exemplos para a escrita da História Nacional: além de Manoel Bomfim.....                            | 54         |
| 1.5 - Temas para a História Nacional.....   | 58         |
| 1.6 - Eles e nós.....   | 62         |
| <b>2. Um guia para a construção da História Nacional: pragmatismo, patriotismo e paixão.....</b>          | <b>64</b>  |
| 2.1 - Uma discussão entre utilidade e método – Rocha Pombo.....   | 69         |
| 2.2 - A “nova síntese” e a ética do presente – João Ribeiro.....  | 81         |
| 2.3 - A militância como meio de se produzir história – Álvaro Bomfílcar.....                              | 86         |
| 2.4 - O questionamento ao método histórico – Carlos Maul .....  | 91         |
| 2.5 - Por uma síntese apaixonada e útil da/para a História.....   | 95         |
| .   |            |
| <b>3. Por uma História da emancipação nacional: em busca da independência, liberdade e soberania.....</b> | <b>97</b>  |
| 3.1 - Um contraponto: a história da Independência por Varnhagen.....                                      | 101        |
| 3.2 - A Independência do Brasil ou a falta dela .....   | 106        |
| 3.3 - O sentido da colonização .....  | 118        |
| 3.4 - A formação da ideia de nação.....   | 123        |
| 3.5 - A República.....  | 131        |
| 3.6 - Método e História.....  | 134        |
| .   |            |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>137</b> |
| <b>BIBLIOGRAFIA.....</b>  | <b>142</b> |
| <b>APÊNDICES.....</b>   | <b>158</b> |

## Introdução

Senhores - Achamo-nos em um campo neutro. Onde não entra a política com as suas tergiversações e sutilezas. Lá fora esbraveja de noite e de dia o ruído dos interesses desencontrados e antagonistas [...]. Aqui o silêncio de que medita; a paz e a serenidade de animo do que se afadiga por honrar o renome nacional, zelando o renome de seus filhos ilustres e arquivando os fatos memoráveis na história pátria. Lá fora a paixão doidejante correndo atrás de fantasmas ilusórios que a razão fria desvanece. Aqui a calma dos desambiciosos [sic], que tudo antepõem ao conhecimento da verdade para a transmitir intacta.<sup>1</sup>

A história é campo onde se travam todos esses combates de que resulta a vitória de umas instituições sobre as outras, de classes e de doutrinas, em detrimento de outras [...].

Desta sorte, cria-se, na história mais do que em qualquer das instituições concretas, o mundo onde se encontram os desejos e as realizações, através dos tempos e das classes sociais. Vão com ela os sentimentos dominantes e fecundos, sem que isso lhe contradiga a função essencial, antes beneficiando-a, pois que o sentimento é o próprio estímulo na consciência. “Não é a razão; é a paixão que faz a história, por que é a paixão que trabalha para o futuro”.<sup>2</sup>

As afirmações acima evidenciam a existência de duas concepções de história opostas durante os anos iniciais da República no Brasil. A primeira é aqui representada por um trecho de um relatório lido na sessão magna de aniversário do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1890 e mais tarde publicado em sua revista. Esta concepção de história defendida dentro do Instituto por seu primeiro secretário, Teixeira de Melo (1833-1907) apresenta uma adesão à ideia de neutralidade como base para a composição da história. A serenidade e a calma, sem a agitação política, seriam as responsáveis pela transmissão “intacta” da verdade. Já a outra concepção, representada por um trecho do livro *O Brasil na História* escrito por Manoel Bomfim (1868-1932)<sup>3</sup>, defende o oposto, a paixão e o desejo,

<sup>1</sup> Mello, José Alexandre Teixeira de. Relatório dos trabalhos anuais de 1889 e 1890. In: **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, (53), Parte II, 1890. p. 561. As citações das fontes consultadas nesta tese foram alteradas de acordo com a ortografia atual.

<sup>2</sup> BOMFIM, Manoel. **O Brasil na História**: deturpação das tradições, degradação política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930. p. 37-38.

<sup>3</sup> Manoel Bomfim foi médico, jornalista, professor, diretor geral do *Pedagogium*, deputado federal por Sergipe e Secretário da Educação do Rio de Janeiro. Nascido em Sergipe ingressou na Faculdade de Medicina na Bahia e migrou para o Rio de Janeiro onde obteve seu diploma em 1890, passou então, a interessar-se por jornalismo, publicando em diversos periódicos da cidade. Em 1905 publicou seu primeiro livro, *América Latina: males de origem* (1905), obra que provocou polêmica entre os pensadores do período rendendo até mesmo uma série de artigos, que mais tarde se tornariam livros, escritos pelo célebre crítico Sílvio Romero (1851-1914), em que ele refuta as análises de Bomfim. Além deste primeiro livro, Bomfim ainda publicou outros escritos, entre eles *Através do Brasil* (1910), livro que veio a se tornar um clássico da literatura paradiática. *O Brasil na História*

acompanhados pelo combate político, seriam os responsáveis pela construção da “verdadeira” História nacional.

Preocupada em investigar a relação entre estas duas concepções e, principalmente, em analisar de que modo a segunda compõe a cultura histórica<sup>4</sup> do período, a problemática deste estudo parte da perspectiva oferecida pela História da Historiografia, campo de estudos impulsionado pela tentativa de superar os impasses vividos pela história na segunda metade do século XX, e que apontaria para diferentes horizontes de pesquisa<sup>5</sup> gerando certo esforço de se repensar a disciplina<sup>6</sup>.

A História da Historiografia dedicou-se, portanto, ao estudo dos diferentes discursos a respeito da história, dos métodos históricos e dos diversos modos de se escrever a história, evidenciando embates, tensões, disputas por memória e ações eletivas que fazem parte do processo de transformação do passado em história. Com isso, verificou-se que investigar as tramas e os fundamentos constituintes da operação historiográfica<sup>7</sup> poderia ajudar o historiador a compreender os impasses do ofício nesse início do século XXI. Assim, a pesquisa em História da Historiografia nos impõe uma interrogação a respeito da memória e de suas artimanhas que estão sempre voltadas para a sacralização dos objetos a que se dedicam.

Inserida nesta perspectiva, esta tese trata da investigação acerca de um projeto para o Brasil em que a concepção evidenciada por Manoel Bomfim na epígrafe acima é adotada como base para a escrita da história, ou seja, uma escrita da história pautada na paixão. Para tanto, os escritos de Manoel Bomfim<sup>8</sup> foram tomados como pontos de partida para o estudo

(1930) compõe uma trilogia, formada também por *O Brasil na América* (1929), e *O Brasil Nação* (1931), que busca realizar uma análise sobre a formação da nacionalidade brasileira.

<sup>4</sup> Para uma discussão sobre o conceito de cultura histórica, ver: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e cultura histórica: notas para um debate*. *Ágora*, v. 11, p. 31-47, jan/jun. 2005. Para uma análise do período que associe o estudo da historiografia a experiência do tempo ver: NICOLAZZI, Fernando. "A história e seus passados. Regimes historiográficos e escrita da história". In: BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno César (orgs.). **Escrever história. Historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX**. Vitória: Milfontes, 2017.

<sup>5</sup> GUIMARÃES, op. cit. Cabe destacar nesse dossiê a apresentação de Temístocles César e o diagnóstico de François Hartog que aponta para o momento reflexivo vivido pela disciplina histórica.

<sup>6</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Sobre a historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: GONÇALVES, Marcia de Almeida; GONTIJO, Rebeca; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira Das. **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. NICOLAZZI, Fernando e ARAÚJO, Valdeí Lopes de. A história da historiografia e a atualidade do historicismo: perspectivas sobre a formação de um campo, in ARAÚJO, Valdeí Lopes de (org.). **A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2008, p. 7-14.

<sup>7</sup> CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.65-119.

<sup>8</sup> Há um grande número de obras que se dedicaram a investigar a produção de Manoel Bomfim, entre elas destaque: AGUIAR, Ronaldo Conde. **O Rebelde Esquecido: Tempo Vida e Obra de Manoel Bomfim**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000; BOTELHO, André. **O batismo da instrução: atraso, educação e modernidade em**

deste projeto e junto com os textos de outros autores que aderiram a algumas de suas ideias compuseram o perfil da concepção de história que se objetivou analisar. Deste modo, este estudo busca conhecer os limites e as características deste projeto para além da análise das obras de Bomfim, ou seja, objetiva-se compreender de que modo as ideias expostas nestas obras foram recebidas, delimitadas e, até mesmo, configuradas e partilhadas por outros autores do período a fim de defender que se formou neste conjunto textual, – obras de Bomfim, resenhas críticas destas, somadas às obras dos autores que aprovaram seu modo de pensar e fazer história, um conjunto de proposições que contribuem para a definição deste projeto para o Brasil.

Destacando um projeto de Brasil que culmina em uma interpretação da História do Brasil em disputa com versões encontradas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e nos demais Institutos regionais, museus e academias, este estudo busca evidenciar algumas nuances do saber histórico durante as décadas iniciais republicanas se deslocando entre os anos de 1898 (ano de publicação do primeiro livro analisado) e 1935 (ano de publicação da última crítica analisada).

Momento muito rico para o debate de ideias políticas e culturais, este foi um tempo, também, de intensa busca por modernidade, marcado por uma ampla atividade intelectual em que concorreram diferentes projetos que buscavam cumprir o desafio de modernizar uma sociedade recém-saída da escravidão e do regime monárquico, considerados, muitas vezes, responsáveis pelo atraso nacional. O período entre os anos 1870 e 1930 é marcado por uma memória disciplinar<sup>9</sup> que pode ser definida pela ideia de uma grande “lacuna” que marcaria toda sua produção histórica<sup>10</sup>, tendo se destacado apenas as produções de Capistrano de Abreu, que aparecem como uma espécie de ponte entre os dois marcos<sup>11</sup>.

---

Manoel Bomfim. Dissertação de mestrado defendida pela UNICAMP em 1997; FERREIRA, Clayton José. **História na Primeira República: perspectivas ético-políticas nos ensaios de Paulo Prado e Manoel Bomfim**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2016; GONTIJO, Rebeca. **Manoel Bomfim (1868 – 1932) e O Brasil na História**. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2001; REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil 2: De Calmon a Bomfim**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006; SÜSSEKIND, Flora e VENTURA, Roberto. **História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim**. Rio de Janeiro: Moderna, 1981.

<sup>9</sup> Sobre a noção de memória disciplinar ver: GUIMARÃES, 2005.

<sup>10</sup> A periodização apresentada por José Honório Rodrigues em *A pesquisa histórica no Brasil* teve grande contribuição para a constituição desta memória disciplinar. Ver: RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil: sua evolução e problemas atuais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952.

<sup>11</sup> Para uma contribuição acerca do processo de legitimação do nome de Capistrano de Abreu ver: GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

Este período foi concebido, portanto, apenas como um momento de passagem entre o início dos estudos históricos com a fundação do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1838, representado, principalmente, pela atuação do “pai fundador” Francisco de Adolfo de Varnhagen e a década de 1930, entendida como um marco do “movimento de renovação” que teria se constituído a partir da publicação das obras de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda. Desta forma, tornou-se lugar-comum na historiografia caracterizar a década de 1930 como um momento de ruptura. Nela se revelaria a oposição entre um conjunto supostamente homogêneo de narrativas político-factuais vinculadas à tradição do IHGB, e interpretações que apresentariam temáticas mais amplas, crítica e metodologicamente mais refinadas.<sup>12</sup>

Importantes estudos produzidos sobre o período nos ajudam a romper com esta visão contribuindo para a compreensão de sua complexidade e trazendo um panorama mais claro sobre as diversas concepções a respeito da história e da nação que circulavam no momento.

A pesquisa de Lucia Lippi de Oliveira em *A Questão Nacional na Primeira República*<sup>13</sup>, ao buscar compreender como diferentes intelectuais brasileiros se ocuparam do tema da nação e da nacionalidade durante o período de constituição da República<sup>14</sup>, contribuiu para a percepção da existência de uma disputa entre perspectivas nacionais distintas evidenciando algumas versões do pensamento nacional. Assim, a autora aponta que uma das principais disputas se dava em torno do papel na colonização, já que uma perspectiva avaliava positivamente o passado colonial e imperial, acreditando no valor das tradições nacionais, e a outra, via a República como uma ruptura necessária com o passado português corporificado no regime monárquico. O ufanismo, vigente nos primeiros anos do século XX, também é mencionado como produtor de uma versão importante acerca da história nacional. Esta vertente procurando solucionar o impasse imposto pelos pensadores cientificistas, destacava que nacionalidade deveria ser pensada como fruto das condições naturais da terra. Segundo a autora, o ufanismo “pode ser visto como a construção simbólica de maior constância e penetração no pensamento social brasileiro da Primeira República”<sup>15</sup>.

Ângela de Castro Gomes em *A República, a História e o IHGB*, também se preocupou com as interpretações de história do Brasil construídas e propagadas desde fins do século XIX

<sup>12</sup> FRANZINI, Fabio. “A década de 1930, entre a memória e a história da historiografia”. In: PEREIRA DAS NEVES, Lucia. M. B; GUIMARÃES, Lucia. M. P; GONÇALVES, Márcia; GONTIJO, Rebeca (Org.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2011, p. 261-275.

<sup>13</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p.12.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p.24

até meados do século XX. A autora analisa os debates, tensões e práticas dos intelectuais da Primeira República, afirmando que a escrita da história que se realiza sob o impacto das lutas políticas e simbólicas do início da República é fundamental e decisiva para a constituição do campo da historiografia brasileira<sup>16</sup>. Este trabalho revela o crescente interesse e a revisão que a Primeira República vem ganhando na produção historiográfica brasileira, além de trazer contribuições importantes para os estudos sobre a construção de identidade nacional brasileira e para a compreensão da cultura histórica de tal período. Na primeira parte do livro, Gomes busca investigar os debates travados por integrantes do IHGB a respeito da história e suas relações com as demais ciências. Para tanto, a autora explora discursos de posse na instituição, destacando o protagonismo dos intelectuais nessas primeiras décadas do século XX que, ao se dedicarem ao tema da identidade nacional, assumiram o desafio de modernizar o Brasil. Já na segunda parte Gomes investiga a presença dos intelectuais nos debates sobre educação e a atuação dos mesmos na escrita de uma história que possa ser ensinada, ressaltando a busca por parâmetros a respeito da forma de narrar a história da nação e a demanda por melhores métodos para se instruir e educar o “povo”.

A pesquisa de Lúcia Maria Paschoal Guimarães *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*<sup>17</sup> investiga o IHGB tendo como principal objetivo analisar a trajetória do Instituto, do mecenato de D. Pedro II ao patronato de Getúlio Vargas. Tal análise nos auxilia na compreensão acerca de quais projetos para o Brasil foram elaborados pelo IHGB, fornecendo dimensões importantes a respeito do que se era produzido dentro deste lugar. A autora aponta as dificuldades sofridas pela instituição logo após a instauração da República, já que a mesma era vista como herança do regime monárquico, perdendo *status* e até mesmo investimentos, através dos cortes dos subsídios públicos efetuados pelos novos governantes. No entanto, Guimarães destaca que o Instituto passou a recuperar seu prestígio a partir da presidência do Barão de Rio Branco (1908-1912), marco inicial de uma caminhada ascendente. Durante as décadas de 1910 a 1920 a marcha rumo ao prestígio iniciada por Rio Branco (1845-1912) teve sua continuidade garantida pela atuação do conde Afonso Celso (1860-1938) e de mais dois associados Max Fleiüss (1868-1943) e Ramiz Galvão (1846-1938), chegando a seu ápice em 1930. A autora ainda destaca a importante atuação de Getúlio Vargas que dispensava atenções e favores ao Instituto,

---

<sup>16</sup> GOMES, Angela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. 1. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

<sup>17</sup> GUIMARÃES, Lúcia M. P. **Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

mostrando como este passou da proteção de D. Pedro II a de Getúlio, fato que afetou também sua forma de ver e fazer história.

Na trilha de estudos acerca do IHGB, Hugo Hruby busca em *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*<sup>18</sup> analisar como esta instituição portou-se diante da ruptura entre o Estado monárquico e o regime republicano e quais foram as implicações para a escrita da história do Brasil. Ao investigar trabalhos publicados na Revista do IHGB, Hruby aponta que o esforço coletivo dos sócios do Instituto, apesar de sua disparidade, já que os diversos debates não permitiram restringir a produção histórica a uma simples dicotomia entre monarquistas e republicanos, buscou através da pesquisa, reunião e organização de documentos fornecer aos futuros historiadores o que eles acreditavam ser as questões mais importantes naquele tempo a fim de auxiliar a escrita da História do Brasil.

Em *O charme da ciência e a sedução da objetividade*<sup>19</sup>, Maria Stella Bresciani ao revisitar o pensamento de Oliveira Vianna discute o modo como as ideias relacionadas à tradição do pensamento internacional e brasileiro aparecem nos estudos dos interprete do Brasil apontando para uma trama formulada pelo cruzamento do mito e da utopia a partir de uma pretendida neutralidade científica. Com isso a autora evidencia um aprisionamento da historiografia e das ciências sociais a preceitos políticos encobertos pela sedução da ciência e da objetividade.

Por fim, destacamos que a pesquisa realizada por Karina Anhezini, *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso Taunay (1911-1939)*<sup>20</sup>, apresenta como objetivo entender “como se escrevia a história do Brasil nas primeiras décadas do século XX” e para tanto, seus esforços foram direcionados para a compreensão dos procedimentos que fundamentaram a escrita da história realizada por Afonso Taunay. Anhezini aponta que Taunay foi um “metódico à brasileira”, pois soube combinar a leitura dos princípios gerais que norteiam a moderna crítica histórica com o desenvolvimento da historiografia brasileira nos primeiros anos de República. Através desta análise, a autora nos fornece indícios sobre o movimento geral da produção da história no período, destacando os locais privilegiados de produção e divulgação e percebendo suas regras de sociabilidade.

<sup>18</sup> HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)**. Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre: PUC-RS, 2007.

<sup>19</sup> BRESCIANI, Maria Stella M. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

<sup>20</sup> ANHEZINI, Karina. **Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso Taunay (1911-1939)**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

Os estudos expostos acima<sup>21</sup> evidenciam a intensa busca pela construção da identidade nacional e, por conseguinte, a eclosão de diversos projetos para a nação brasileira no período correspondente às primeiras décadas da República brasileira. A grande contribuição temática e metodológica desta historiografia ensejou a abordagem da presente tese, que visa analisar a formulação de certa adesão em torno do projeto de Brasil e, por consequência, de escrita da História apresentado por Bomfim, que demonstra insatisfação com os rumos tomados até então pela história nacional, apresentando uma solução que tem como base o posicionamento claro das ideias e interesses políticos.

Interessa a este estudo, portando, as ligações formadas entre o projeto apresentado por Bomfim e o restante do conjunto textual eleito para análise. Para compreendermos a seleção dos textos devemos partir da observação da trajetória da pesquisa. O mestrado foi dedicado ao estudo de um texto bastante interessante e peculiar, o livro intitulado *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*<sup>22</sup> escrito por Manoel Bomfim no final da década de 1920, e que apresenta questões muito relevantes acerca da historiografia da primeira metade do século XX no Brasil.

Com a dissertação intitulada *Reinventando o Brasil: Manoel Bomfim e a crítica à historiografia brasileira*<sup>23</sup> procuramos mostrar que entendendo a historiografia produzida até então, salvo raras exceções, como contribuidora do atraso nacional, Bomfim buscou expurgar da mesma, toda e qualquer característica que apontava o Brasil e sua população como fraca e dependente. Ao analisar sua crítica à historiografia, observou-se um conjunto de restrições a respeito da escrita da história produzida até 1930. E, em uma tentativa de construção de um novo modelo que pudesse guiar o Brasil rumo à modernidade, concluímos que este autor buscou traçar um roteiro para uma escrita da história nacional que fosse adequada aos seus anseios de nação. No terceiro capítulo da dissertação foram analisadas algumas críticas

---

<sup>21</sup> Estas são apenas algumas das obras que poderiam estar citadas neste trabalho. Ver, entre outros os seguintes estudos: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. “Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988; OLIVEIRA, Maria da Glória. **Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)**. Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006; GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996; MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; NICODENO, Thiago Lima; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Afonso Cristovão dos. **Uma Introdução à História da Historiografia Brasileira 1870-1970**. FGV Editora, 2018; NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa grande & senzala e a representação do passado**. Tese de doutorado em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

<sup>22</sup> BOMFIM, Manoel. **O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

<sup>23</sup> TONON, Marina R. **Reinventando o Brasil: Manoel Bomfim e a crítica à historiografia brasileira**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2014.



produzidas por pensadores contemporâneos ao lançamento do livro *O Brasil na História*, buscando verificar a forma com que esta proposta de história, apresentada por Bomfim, foi recebida no período em que o livro foi lançado. Com isso, foi possível perceber o apoio recebido pelo livro, aclamado pela maioria de seus críticos.

O fato de o livro ter sido bem acolhido levou à hipótese de que a história proposta por Bomfim, ou seja, o passado e o futuro eleitos por ele foram bem aceitos e repercutidos em seu tempo, gerando o entendimento de que os escritos que partilham algumas de suas noções formariam um conjunto de textos que, quando analisados, contribuiriam para a compreensão de um período bastante complexo da historiografia nacional.

Assim, com o intuito de dar continuidade ao estudo realizado no Mestrado foi selecionado, a princípio, um conjunto de textos que compõem as críticas publicadas em periódicos acerca dos quatro trabalhos mais relevantes de Bomfim sobre a história: *América Latina: males de origem (1905)*<sup>24</sup>, e a trilogia composta por *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira (1929)*, *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política (1930)* e *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira (1931)*<sup>25</sup>. Este conjunto de textos forma uma série que pode nos indicar as discussões acerca do projeto de Brasil proposto por Bomfim.

A noção de “série” será entendida aqui como a compreendida Michel Foucault, para ele, esta seria uma forma de organizar os materiais e abordar os problemas de pesquisa, tendo em vista o tratamento de tais textos como “monumentos”<sup>26</sup>, assim, para constituir séries deve-se:

[...] definir para cada uma seus elementos, fixar-lhes os limites, descobrir o tipo de relações que lhe é específico, formular-lhes a lei, e, além disso, descrever as relações entre diferentes séries, para construir, assim, séries de séries, ou “quadros” [...]<sup>27</sup>.

Com inspiração nesta noção, entende-se que o primeiro passo para pensar o documento seria o estabelecimento de uma série formulada a partir de um problema específico. Após a seleção deste “corpus documental”, buscou-se trabalhar o documento em seu interior: organizando-o, recortando-o, ordenando-o, estabelecendo séries a partir dele, identificando elementos, definindo unidades e descrevendo relações. A série de textos

<sup>24</sup> BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, 3ª edição [1905].

<sup>25</sup> BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, 2ª. edição [1929]; *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930; *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, 2ª. edição [1931].

<sup>26</sup> O que significa não tomar o documento como passível de reconstruir o passado.

<sup>27</sup> FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, p. 9.

selecionados como fontes para esta pesquisa contém dois conjuntos diferentes: o primeiro de críticas, contando com 46 textos, e o segundo de livros, totalizando 16 obras.

Os dois conjuntos de textos cumprem objetivos específicos, o primeiro, fonte do primeiro capítulo, composto pelas críticas, colaboram para a definição das seguintes questões: Como os textos estudados definem a história e sua função? Quais verdades tais textos partilham?

Além da noção de série, a seleção das críticas foi realizada com uma relevante discussão em mente que diz respeito a ideia de arquivo, mais especificamente, de “mal de arquivo”. Expressão utilizada por Jacques Derrida em seu ensaio *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*<sup>28</sup>, em que o autor reflete sobre o conceito de arquivo afirmando que não há nada “[...] mais perturbante e mais perturbador hoje do que o conceito arquivado nesta palavra arquivo”<sup>29</sup> Essa perturbação derivaria do “mal de arquivo” que, segundo ele:

É arder de paixão. É não ter sossego, é incessantemente, interminavelmente procurar o arquivo onde ele se esconde. É correr atrás dele ali onde, mesmo se há bastante, alguma coisa nele se arquiva. É dirigir-se a ele com um desejo compulsivo repetido e nostálgico, um desejo irreprimível de retorno a origem, uma dor da pátria, uma saudade de casa, uma nostalgia do retorno ao lugar mais arcaico do começo absoluto<sup>30</sup>.

Essa angústia que é o “mal de arquivo” foi pensada e exposta de forma clara pela historiadora e psicanalista Elisabeth Roudinesco. Segundo ela:

Existe em todo historiador, em toda pessoa apaixonada pelo arquivo uma espécie de culto narcísico do arquivo, uma captação especular da narração histórica pelo arquivo, e é preciso se violentar para não ceder a ele. Se tudo está arquivado, se tudo é vigiado, anotado, julgado, a história como criação não é mais possível: é então substituída pelo arquivo transformado em saber absoluto, espelho de si. Mas se nada está arquivado, se tudo está apagado ou destruído, a história tende para a fantasia ou o delírio, para a soberania delirante do eu, ou seja, para um arquivo reinventado que funciona como dogma<sup>31</sup>.

Aqui vemos duas impossibilidades do arquivo, o “arquivo absoluto” em que completamente tudo está arquivado e o “arquivo não arquivado” que é o arquivo inexistente. Os dois geram a impossibilidade da história, o primeiro por falta de necessidade, já que tudo

<sup>28</sup> Derrida, Jacques. **Mal de Arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. As discussões presentes no texto serão tomadas aqui como uma apropriação para pensar a situação específica deste projeto de pesquisa.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 118.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 118.

<sup>31</sup> ROUDINESCO, E. **A análise e o arquivo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 9.

está arquivado, o segundo, por falta de possibilidade, já que sem arquivo tudo seria apenas inventado.

O que deve ser destacado nesta discussão é, principalmente, a busca incessante pelo “arquivo absoluto”, por tudo que se refere a certo tema ou a certo autor e a pergunta que fica é: O “arquivo absoluto” é uma possibilidade? Acreditamos que não e por isso assume-se que o arquivo apresentado nesta pesquisa é um arquivo possível e controlado, como podemos observar na trajetória de sua seleção.

O arquivo inicial composto pelas críticas de jornal continha, a princípio, vinte e um textos, como podemos observar no quadro a seguir:

| <b>Livros de Bomfim analisados</b>    | <b>Autor</b>                     |
|---------------------------------------|----------------------------------|
| O Brasil na América                   | Alceu Amoroso Lima (1893-1983)   |
| O Brasil na História e O Brasil Nação | Almir Ferreira                   |
| América Latina: males de origem       | Álvaro Bomílcar (1874- 1957)     |
| O Brasil na História e O Brasil Nação | Américo Teixeira Palha (1894 -?) |
| O Brasil na História                  | Amorim Netto                     |
| O Brasil na História                  | Antonio Leão Velloso             |
| O Brasil na História                  | Benjamim Lima (1885-             |
| O Brasil na História                  | Carlos Maul (1887- 1974)         |
| O Brasil na América e O Brasil Nação  | Fabio Luz (1864-1938)            |
| O Brasil na História                  | Floriano de Lemos (1885-1968)    |
| América Latina: Males de Origem       | Frota Pessoa (1875- 1951)        |
| O Brasil na História                  | Heitor Moniz                     |
| O Brasil na História                  | Jayme de Barros                  |
| O Brasil na América                   | Gustavo Barroso (1888-1959)      |
| O Brasil na América                   | João Ribeiro (1860-1934)         |
| O Brasil na América                   | Leonel Vaz de Barros (1890-1973) |
| O Brasil na História                  | Leôncio Correia (1865-1950)      |
| O Brasil na História                  | M. Paulo filho (1890 - 1969)     |
| América Latina: males de origem       | Nestor Victor (1868-1932)        |
| O Brasil na História                  | Rocha Pombo (1857-1933)          |
| O Brasil na América                   | Roquette Pinto (1884-1954)       |

Com o avanço da pesquisa, este quadro cresceu um pouco, pois com a intensificação da busca, algumas críticas foram acrescentadas. São elas:

| <b>Livros de Bomfim analisados</b>   | <b>Autor</b>                   |
|--------------------------------------|--------------------------------|
| A América Latina: males de origem    | Antonio Constantino            |
| O Brasil Nação                       | Francisco Galvão               |
| O Brasil                             | Humberto Carneiro              |
| O Brasil na América                  | Humberto de Campos (1886-1934) |
| O Brasil na História; O Brasil Nação | João Ribeiro (1860-1934)       |

|                      |                                 |
|----------------------|---------------------------------|
| O Brasil Nação       | Max Linder                      |
| O Brasil             | Múcio Carneiro Leão (1898-1969) |
| O Brasil Nação       | Nosor Sanches                   |
| O Brasil na História | Orestes Barbosa (1893-1966)     |
| O Brasil na América  | Rudiger Bilden (1893-1980)      |

Além de acréscimos também tivemos perdas, já que três artigos inicialmente selecionados, por terem sido citados na biografia de Manoel Bomfim<sup>32</sup> não foram localizados, são eles:

| <b>Livros de Bomfim analisados</b>   | <b>Autor</b>                |
|--------------------------------------|-----------------------------|
| O Brasil na América e O Brasil Nação | Fabio Luz (1864-1938)       |
| O Brasil na América                  | Gustavo Barroso (1888-1959) |
| América Latina: males de origem      | Nestor Victor (1868-1932)   |

Estas foram algumas das surpresas que a composição deste arquivo proporcionou o que reforça ainda mais sua forma descontínua e lacunar e, no entanto, repleta de possibilidades.

A partir da seleção e análise das críticas selecionadas acima, foi possível compor a segunda série de textos, formada por livros de autores que reagiram aos escritos de Bomfim e que produziram textos significativos e representativos para esta pesquisa.

Para tal seleção, a noção de autor foi assumida de forma provisória, no entanto, foi suspensa durante a análise das fontes. Não se trata de assumir a unidade do autor e nem de recusá-la definitivamente, sabendo que ela não se justifica por si mesmo, nos apoiamos na unidade inteiramente formada da ideia de autor assumindo-a de forma estratégica para a seleção das fontes, para logo perguntar qual unidade realmente formam.<sup>33</sup>

Com isso, observou-se quatro autores que possuíam obras com conteúdos que pudessem apontar visões acerca da função da história, da história do Brasil e, principalmente, de um projeto para o futuro do Brasil. Foram selecionados os seguintes textos:

| <b>Título</b>                     | <b>Autor</b> | <b>Ano de Publicação</b> |
|-----------------------------------|--------------|--------------------------|
| Compendio de História da América. | Rocha Pombo  | 1898                     |

<sup>32</sup> AGUIAR, Ronaldo Conde. **O Rebelde Esquecido: Tempo Vida e Obra de Manoel Bomfim**. Rio de Janeiro: Topbooks 1999. Nesta biografia, Ronaldo Conde Aguiar faz uma breve análise de algumas críticas e as críticas que foram acrescentadas ao quadro inicial.

<sup>33</sup> Estas ideias foram baseadas nas reflexões de Foucault sobre as unidades contidas em *A Arqueologia de Saber*. Ver: *Ibidem*, p.31,32.

|  |                 |             |
|--|-----------------|-------------|
| História do Brasil Ilustrada. Volumes I ao X.          | Rocha Pombo     | 1905 a 1917 |
| História do Brasil: curso superior                     | João Ribeiro    | 1908        |
| A Política no Brasil ou o nacionalismo radical.        | Álvaro Bomílcar | 1920        |
| História da Independência do Brasil. Volumes I e II. * | Carlos Maul     | 1921        |
| O Brasil na História                                   | Manoel Bomfim   | 1932        |

A composição deste *corpus* documental contou também com o auxílio da noção de paratexto formulada por Gérard Genette<sup>34</sup>. Este pensador defende que um texto:

[...] raramente se apresenta em estado nu, sem o reforço e o acompanhamento de certo número de produções, verbais ou não, como um nome de autor, um título, um prefácio, ilustrações, que nunca sabemos se devemos ou não considerar parte dele, mas em todo o caso, o prolongam, exatamente para *apresentá-lo*, no sentido habitual do verbo, mas também em seu sentido mais forte: para *torná-lo presente*, para garantir sua presença no mundo sua “recepção” e seu consumo, sob a forma, pelo menos hoje, de um livro.<sup>35</sup>

Assim, estes acompanhamentos se apresentam como uma “zona indecisa” entre fora e dentro do texto, sem limite rigoroso em para o interior (o texto) nem para o exterior (discurso do mundo sobre o texto). Desta forma, os paratextos podem ser divididos em duas categorias: o peritexto que se referem a uma categoria espacial marcada pela continuidade ou unidade da obra, este tipo circunda o texto dentro do próprio espaço da obra, estando em continuidade direta, como o nome do autor, são os títulos e intertítulos e toda materialidade daí advinda, como as indicações de coleção, capa, ilustração etc. Já o epitexto, também está situado no entorno do texto, porém a uma distância marcada por uma descontinuidade em relação à obra, sendo divididos entre públicos, que aparecem em suportes midiáticos como entrevistas, debates, resenhas, entre outras e os privados como correspondências e diários que, com o tempo, podem passar a integrar a obra.

Tomando estas ideias como inspiração para pensar a relação entre os textos presentes neste estudo, entende-se que os mesmos podem ser vistos como paratextos. As críticas analisadas no primeiro capítulo serão consideradas epitextos públicos que contribuem para a presença da obra na cultura histórica do período. Já no segundo capítulo serão tomados, prefácios, introduções, ou seja, peritextos que também modificam a obra a sua maneira.

Inspirado nestas visões de arquivo, texto e série, esse estudo objetiva, a partir da análise dos escritos selecionados, evidenciar a adesão a um dos projetos de história

\* Ambos os livros foram publicados no mesmo ano.

<sup>34</sup> GENETTE, Gérard. **Paratextos Editoriais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 9.

disponíveis no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Com base nas concepções de história e nas narrativas históricas presentes nestes textos pretende-se notabilizar a existência de um discurso crítico que faz algumas escolhas diversas daquelas em voga no período.

Nesse sentido, no primeiro capítulo da tese busca-se mapear adesões ao projeto proposto por Manoel Bomfim, a fim de verificar o quanto este discurso se apresentou como uma demanda coletiva na cultura histórica do período. Para tanto, foram selecionadas, como já indicado, críticas sobre seus principais livros. Como a busca é por adesões foram priorizadas as análises que aderiram a pelo menos alguma parte deste projeto.

O segundo capítulo se dedica a aprofundar as concepções de história de parte desta crítica a fim de verificar quais pontos de contato existiam entre elas e o projeto formulado por Bomfim, evidenciando o quanto elas estão articuladas em conjuntos. Para tanto, optou-se por eleger trabalhos, tomando o autor como uma unidade temporária, que se dedicassem à discussão histórica, como livros didáticos, ensaios entre outros. Foram analisados paratextos como prefácios, introduções, proêmios e discursos de obras acerca da história publicadas por críticos de Bomfim no período entre 1898 a 1921.

Seguindo o objetivo de evidenciar a ressonância do projeto prescrito por Bomfim, o terceiro capítulo busca verificar se a concepção de história apontada nos prefácios e introduções dos livros possibilitou a produção de uma narrativa histórica também afinada com a desenvolvida no projeto de Bomfim, ou seja, busca-se verificar quais versões a respeito de temas relevantes da história nacional, como a Independência, Manoel Bomfim, Rocha Pombo, João Ribeiro, Álvaro Bomílcar e Carlos Maul defendem e como elas se articularam com as diretrizes esboçadas em seus prefácios, introduções e discursos analisados no capítulo anterior.

## 1. A (des)construção da História Nacional: um projeto para a solução dos males do Brasil

[...] a substância da história é feita desses embates em que, sob a rubrica de *povos*, ou *classes*, as tradições se afrontam e lutam, para o avassalamento de umas pelas outras, como o resultado de substituições, fusões, eliminações, extinções – lentas ou súbitas, até que prevalece a tradição que representa um maior progresso humano, ou pelo menos, a virtualidade do progresso, em energias jovens, próprias para a indispensável renovação das formas – políticas, sociais, econômicas...<sup>36</sup>.

Nestas palavras de Manoel Bomfim (1868-1932), percebemos a compreensão da história como uma narrativa em disputa. O autor afirma que a substância da história é composta pela tradição de quem a escreve, desta forma, tradições distintas geram histórias distintas. Estas, por sua vez, se digladiam, se “fundem” e se “eliminam” até que “prevalece a tradição que representa um maior progresso humano”.<sup>37</sup>

A ideia de tradição, como guia para a composição da história, enfatiza a função tanto da tradição, quanto da história para o destino da nação, já que elas podem compor através de suas “energias” a “renovação das formas políticas, sociais e econômicas”, ou seja, podem mudar o destino de uma nação. Logo, nação, história e tradição são partes que compõe um mesmo projeto que pode ser encontrado, de alguma forma, nas quatro principais obras<sup>38</sup> de Manoel Bomfim, e que tem no livro *O Brasil na História* sua forma mais bem acabada.

Embates de tradições/versões da história é a principal questão do projeto construído por Bomfim. Segundo este autor, apenas a versão correta da história poderia torna-la útil à nação. Sendo assim, suprimir histórias equivocadas (baseadas em tradições incorretas) substituindo-a pela adequada seria mais importante solicitação deste projeto.

Segundo Bomfim, para que o Brasil supere seus males e caminhe rumo à modernização e ao progresso temos que depurar a tradição nacional, expurgando a história da

<sup>36</sup> BOMFIM, Manoel. **O Brasil na História**: deturpação das tradições, degradação política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930, p. 19-20. A grafia de todas as citações foi atualizada.

<sup>37</sup> Ibidem.

<sup>38</sup> Chamo aqui de projeto um conjunto de ideias construídas por Bomfim nas seguintes obras: *A América Latina: males de origem* (1905); *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (1929); *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* (1930); *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira* (1931). Ver: TONON, Marina R. **Reinventando o Brasil**: Manoel Bomfim e a crítica à historiografia brasileira. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2014.

nação para livrá-la dos “influxos deturpadores”, inconvenientes, estranhos e às vezes hostis ao nosso passado, pois neles encontramos estigmas de nosso povo que impedem seu desenvolvimento. Deste modo, o autor faz uma intensa revisão dessa tradição, apontando quais seriam seus “reais valores”. Estas indicações revelariam a verdadeira “alma brasileira” e mostrariam o rumo certo para o progresso da nação.

Bomfim define nação como “[...] um mundo de inteligências morais, e vale no valor da mesma moralidade, lúcida, inteligente.”<sup>39</sup>. Entende, portanto, que a nacionalidade se forma a partir de uma série de valores morais. Tais valores devem ser buscados na tradição em que a nação se formou, pois “[...] a coletividade só adquire o caráter *nacional* quando nela vive e se expande uma tradição, que é a própria fisionomia social do grupo”<sup>40</sup>. Assim sendo, uma nação só se constitui quando a coletividade adquire um caráter nacional que se apresenta por meio da tradição.

Para compreendermos de forma mais clara seu pensamento, devemos nos ater a uma importante noção: a ideia de tradição. Para o sergipano a tradição pode ser definida como:

[...] almas que se continuam através das idades; são os veios que traçam o viver da humanidade. Ou melhor, é a *trama viva* onde se tecem as consciências, para todos os efeitos da realização humana – moral, política, religião, arte, produção econômica...que tudo se faz como expressão patente de tradições.

Ou seja, para Bomfim, a tradição desempenha a função de edificar modelos arquitetados a partir de valores morais capazes de assegurar a orientação necessária para a caminhada rumo ao progresso, servindo, desta forma, como uma consciência nacional e motivo de inspiração para a coletividade. A tradição, portanto, só seria garantida através da manutenção de uma história “verdadeiramente nacional”. Este é o principal ponto deste projeto, depurar a história para apresentar os verdadeiros males do Brasil.

Apresentar este projeto criado por Bomfim, investigar a forma com que ele foi acolhido pelos pensadores do período e como suas ideias ressoaram nesta cultura histórica, são os principais objetivos do capítulo. A partir da análise de críticas a respeito das obras de Bomfim, publicadas em periódicos entre os anos de 1905 a 1935, espera-se verificar o acolhimento das obras analisadas e das ideias que as compõe.

A imprensa periódica desde os oitocentos pode ser vista como um palco privilegiado para discussões sobre o Brasil e da sociedade brasileira. As críticas literárias, divulgadas pelos

<sup>39</sup> BOMFIM, Manoel. **O Brasil na História**: deturpação das tradições, degradação política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930, p. 36.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 36.



periódicos, foram, desta forma, grandes contribuintes para o delineamento da cultura escrita. A crítica teria como principal função estabelecer um discurso de esclarecimento e divulgação, com o objetivo de definir parâmetros e caminhos para a produção de textos tanto literários como históricos, servindo, desta forma como um amparo aos escritores, orientando-os através de trocas intelectuais e discussões sobre projetos de Brasil.<sup>41</sup>

Sendo assim, a análise de críticas dos livros de Bomfim podem nos indicar as discussões acerca do projeto de Brasil proposto por ele. Interessada em reunir um conjunto de textos que expresse apoio a este projeto, a discussão contida nesta tese dará maior atenção às críticas que apoiam o conjunto de ideias que chamamos aqui de projetos para o Brasil. A intenção não é homogeneizar a crítica, como se o autor não tivesse recebido avaliações negativas, estas serão citadas e referenciadas, no entanto, o interesse maior é tratar de um conjunto de textos, que por meio de suas avaliações, argumentações, juízos e interpretações, propaguem tais ideias como modelo para a construção do Brasil, de sua sociedade e de sua História. O objetivo é conhecer os limites e as características deste projeto de Brasil formulado por Bomfim para além da análise interna de suas obras, ou seja, compreender de que modo estas ideias foram acolhidas, delimitadas e, até mesmo, configuradas e partilhadas por outros autores do período estudado a fim de defender que se formou nesta série - obras de Bomfim e resenhas críticas destas - somadas às obras dos autores que aprovaram seu modo de pensar e fazer história, um conjunto de proposições que contribuem para a definição deste projeto para o Brasil. Neste capítulo, especificamente, acompanharemos a construção de um projeto de História para o Brasil que cria o seu “outro” para se configurar.

Os textos investigados compõem um conjunto de publicações que circularam nos principais periódicos do período que esta tese abrange, como já dito, de 1905 a 1935, e que foram escritos, em grande parte dos casos, por autores reconhecidos no mundo das letras. Os principais objetivos destes textos eram divulgar e avaliar as principais obras de Bomfim<sup>42</sup>.

Por meio da leitura de todo o material selecionado observa-se que as avaliações dos trabalhos de Bomfim foram bastante desproporcionais, já que o livro *O Brasil na História* (1930) teve um número de críticas muito maior do que os outros quatro livros investigados (*A América Latina* (1905), *O Brasil na América* (1929), *O Brasil Nação* (1930), *O Brasil* (1935)). Sobre o primeiro foram localizados vinte sete textos. Já, em relação aos outros

---

<sup>41</sup> PEREIRA, Milena da Silveira. **A crítica que fez história:** as associações literárias nos oitocentos. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2015.

<sup>42</sup> Os textos selecionados apresentam intenções e tamanhos distintos, alguns buscam fazer críticas mais detalhadas, outros, divulgar o novo livro com apresentações e, às vezes, trechos das obras. Encontramos também variações entre crítica das obras e apresentação.

quatro, apenas de dois a seis artigos foram encontrados sobre cada um deles, o que demonstra o maior impacto que o *Brasil na História* causou entre os leitores de Bomfim<sup>43</sup>.

Será realizada a seguir uma análise destes artigos agrupando-os de acordo com o livro a que se referem para que as ideias destacadas por estes comentadores se evidenciem. O primeiro conjunto de textos é o que comenta o livro *A América Latina: Males de Origem*. Neste livro, publicado em 1905, Bomfim se dedicou ao estudo da exploração econômica das metrópoles sobre as colônias latino americanas, processo denominado por ele de “parasitismo”, buscando compreender os “males de origem”, ou seja, os defeitos surgidos na gênese dos países e que se tornaram responsáveis pelos problemas que a América Latina enfrentava no período. Bomfim discordava de que o clima tropical, a miscigenação e as chamadas “raças inferiores” fossem as causas do atraso dos países do continente, como vários letrados da época insistiam em afirmar, e acreditava que estes males foram causados pela exploração empreendida pelas metrópoles.

Apesar de ter obtido algumas avaliações positivas, esta obra gerou incômodo em um dos principais críticos do período, o polemista Sílvio Romero (1851-1914), que dedicou um total de vinte e cinco artigos, publicados no semanário *Os Annaes*, à contestação do pensamento contido na obra de Bomfim. Uma das principais críticas de Romero, que mais tarde reuniria estes artigos em um livro intitulado *A América Latina: análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim (1906)*<sup>44</sup>, se refere à acusação de que existiriam contradições estruturais na obra, o que levaria à desqualificação da mesma como um trabalho científico, sobretudo, pela clara recusa de Bomfim às teorias raciais defendidas por Romero.

Apesar deste combate por parte de Romero, ou por efeito dele<sup>45</sup>, foram encontradas apenas mais três textos sobre a obra, um publicado pouco tempo após o lançamento do livro, outro um tanto mais tarde em 1919, e o último já na década de 1930<sup>46</sup>.

---

<sup>43</sup> Lembrando que este arquivo não tem a pretensão de ser um “arquivo absoluto”, onde tudo foi completamente apreendido. Ver: Derrida, Jacques. **Mal de Arquivo: uma impressão Freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

<sup>44</sup> Esta crítica não será analisada, já que como já dito, o que nos interessa nesta análise é agrupar os textos em consonância com Bomfim. Uma segunda crítica negativa a obra de Bomfim foi escrita por outro importante crítico do momento, José Veríssimo em seu trabalho intitulado *Livros e autores de 1903 a 1905*, originalmente publicado em 1905. Para uma análise das obras citadas ver: VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>45</sup> Alguns autores acreditam que o parecer negativo de Sílvio Romero possa ser considerado um dos fatores que contribuíram para que o livro, *A América Latina*, fosse esquecido por seus pares. Ver: AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim**. Brasília: Dep. de Sociologia/UnB, 1997, tese de doutorado. Publicado no Rio de Janeiro pela Topbooks, 2000. CÂNDIDO, Antônio. **Radicalismos. Estudos Avançados**, 4(8):4-18, jan./abr., 1988.

<sup>46</sup> Um quadro com os textos ordenados pode ser consultado no Apêndice – Quadro de Fontes.

Apesar da distância de mais de dez anos entre as publicações e de suas especificidades, elas pertencem ao período de interesse desta tese. Portanto, serão tratadas aqui como parte de um mesmo conjunto de textos que produzem verdades específicas acerca das obras comentadas.

Dando destaque às verdades construídas pelos textos, aponto que os três artigos defendem o livro em questão apontando-o como uma grande obra que merece destaque e divulgação. A defesa de Álvaro Bomílcar da Cunha (1874-1957) é um tanto mais enfática, provavelmente por já ter entrado em contato com as críticas negativas de Romero. Trataremos desta defesa mais adiante neste capítulo.

Os dois primeiros artigos também apoiam a “teoria do parasitismo” exposta por Bomfim, isto é, a ideia de que a exploração portuguesa foi causadora dos grandes males do Brasil. Desta forma, contribuem para a conclusão de que a herança bragantina é maléfica à nação. Destacam ainda a questão racial, reafirmando a crença de Bomfim de que os povos deste país são aptos ao progresso, gerando compreensão de que algumas atitudes poderiam colocar o país no caminho certo, pois este não estaria condenado por sua raça como algumas teorias indicavam. Tendo isso em mente, Frota Pessoa (1875-1951) ressalta a instrução pública, assim como Bomfim, como caminho ao progresso, enquanto Bomílcar dá maior destaque à “necessidade” de tomar o Brasil do domínio português, que segundo ele, ainda dominava setores importantes da sociedade, como o comércio, no período em que estava escrevendo.

O terceiro texto utiliza o livro e suas críticas para destacar o que ele chama de “teoristas da estagnação”, homens que não aceitariam mudanças ao seu redor, em uma clara crítica à elite dirigente do país.

Vale ressaltar que Bomílcar apresenta um ponto de discordância em relação à Bomfim, este ponto diz respeito à participação da Igreja Católica na história do Brasil. Para ele, Bomfim revela “ignorância” sobre este tema, já que a Igreja Católica teria sempre visado a “Ordem, o Bem e a união espiritual no Mundo”, e seu papel no Brasil particularmente teria sido de extrema importância.

Enquanto nas primeiras décadas do século XX temos apenas estes três textos acerca do livro *América Latina: males de origem*, a obra, *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, contou com seis artigos. Este livro compõe a trilogia que busca investigar “[...] as causas que turbaram o prosseguir da nacionalidade brasileira, como sejam ataques sistemáticos à tradição já definida, efeitos da degradação e degeneração da metrópole,

reagindo sobre a colônia – em lesões diretas e contaminação pútrida [...]”<sup>47</sup>. Vale, portanto, ressaltar aqui que a trilogia escrita por Bomfim foi pensada e constituída como um projeto cuja intenção era buscar uma interpretação que pudesse evidenciar as causas mais profundas da desigualdade e do atraso presentes na sociedade brasileira.

A obra finalizada em 1925, mas publicada somente em 1929, é dedicada à memória de Frei Vicente de Salvador (1564-1636), “primeiro definidor da tradição brasileira” e apresenta como objetivo principal caracterizar o processo de formação do Brasil, desde a colônia até sua independência política, apontando suas características próprias. Nela, o autor defendeu que a expressão América Latina não passa de uma “designação geográfica”, já que existiam mais diferenças do que semelhanças históricas e culturais entre o Brasil e os demais países do continente.

Os artigos encontrados sobre esta obra são um pouco mais numerosos e por isso mais variados (em relação aos periódicos) que os anteriores. Além disso, fica evidente que estas publicações ocorreram logo após o lançamento do volume<sup>48</sup>.

Os artigos que comentam o livro *O Brasil na América* dão grande destaque à questão da miscigenação levantada por Bomfim. A maioria dos artigos evidencia sua concordância em relação às afirmações de que a miscigenação das raças no Brasil não é um problema.

Reafirma-se, desta maneira, a ideia de que a mistura de raças não é a causadora dos males do Brasil. Pelo contrário, ela contribuiria para o desenvolvimento nacional, já que “O que o povo mestiço fez em um século, depois que se livrou da exploração gananciosa que o garroteou durante trezentos anos, não é uma alegoria, nem uma flor de retórica ...”<sup>49</sup>. Esta postura coopera com a produção do embate entre as concepções defendidas pelos autores em questão, e algumas noções acerca da ideia de raça que circulavam no período. Um dos artigos é preciso quanto a essa disputa. Posicionando Bomfim contra Oliveira Vianna (1883-1951), o texto afirma que:

---

<sup>47</sup> BOMFIM, Manoel. **O Brasil na América**: caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, 2ª. edição [1929], p.30.

<sup>48</sup> Ver Apêndice I – Quadro de Fontes. Destaco a série de dois textos publicados por Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima) que não aparece neste quadro por conter diversas críticas à obra de Bomfim, principalmente em razão da “ausência de fatores espirituais na formação da nacionalidade brasileira” narrada por ele. Apesar de apresentar algumas concordâncias a crítica apontada acima é o principal tema do texto, chegando, até mesmo, a se posicionar como inimigo de Bomfim. Ver. ATHAYDE, Tristão de. **O Paiz**. Alicerces do Brasil I. Rio de Janeiro 8 de setembro de 1929; “e “. ATHAYDE, Tristão de. **O Paiz**. Alicerces do Brasil II. Rio de Janeiro 15 de setembro de 1929. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017

<sup>49</sup> ROQUETTE PINTO, E. O Brasil na América. **Diário Nacional**. São Paulo, 13 de setembro 1929. p. 3. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017. O mesmo artigo parece ter sido publicado na revista *A Ordem*.

Já era tempo de se ouvir uma voz respeitável, como é, incontestavelmente, a do Sr. Bomfim, em sentido contrário às preocupações “aryanistas” e “aryanizantes”, ultimamente postas em moda no Brasil pelo Sr. Oliveira Vianna. Estas preocupações andavam precisando de quem, com a autoridade intelectual do Sr. M. Bomfim as reduzisse aos seus justos limites, fazendo o “aryanismo”, aplicado ao Brasil, perder o seu ar definitivo e absoluto<sup>50</sup>.

O trabalho de Bomfim teria surgido para se contrapor às ideais raciais que estavam em voga, tendo, portanto, um papel fundamental para os esclarecimentos acerca do desenvolvimento nacional e seus impasses. Com isso em mente, destaca-se ainda a conclusão de que os males da nação não seriam “inerentes e absolutos, mas sim relativos e causados por condições históricas”<sup>51</sup>. Tal noção gera uma visão positiva sobre o futuro da nação, já que com os ajustes certos o Brasil figuraria entre as grandes nações do planeta o que garantia um suporte ainda mais claro ao projeto de Bomfim.

Contando com esta avaliação positiva do primeiro livro da trilogia, o segundo, *O Brasil na História*, foi acolhido de forma mais ruidosa pela crítica, com um total de vinte e sete artigos nos quais foi possível notar uma preocupação muito recorrente entre os comentadores.

*O Brasil na História*, escrito na década de 1920 e publicado no ano de 1931, é o segundo livro da trilogia de Bomfim, e é composto por um extenso estudo em que o autor se dedicou à crítica da escrita da História Nacional, com o objetivo de evidenciar suas falhas, buscar comprovar sua contribuição para o atraso do Brasil e se empenhar em propor uma abordagem distinta para esta historiografia. Por ser fundamental para o estudo aqui proposto, esta obra será tratada de forma mais detalhada adiante.

Deste modo, como já dito, estes artigos também expõem uma confluência com o projeto de Bomfim, admitindo tanto suas ideias, como sua posição de mestre entre os pensadores nacionais<sup>52</sup>. Mas, de maneira diferente dos textos sobre *O Brasil na América*, a maior preocupação destes é a necessidade de uma revisão da historiografia nacional. Esta apreensão se evidencia principalmente quando se nota o grande número de críticas sobre as obras históricas publicadas até então e de seus autores. Por ora deixaremos este ponto de lado,

<sup>50</sup> Sem autor. Livros Novos. **A Província**. Recife, 24 de setembro 1929. p.1. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017. Sobre Oliveira Vianna ver: VENANCIO, Giselle Martins. **Oliveira Vianna entre o espelho e a máscara**. Rio de Janeiro: Autêntica Editora. 2015.

<sup>51</sup> BILDEN, Rudger. O Brasil julgado pelos seus homens, lá fora. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 4 de maio de 1930. p.3. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

<sup>52</sup> TONON, Marina. Um grande mestre e sua indispensável obra: Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na História (1931). **Patrimônio e Memória**, São Paulo, Unesp, v.3, n.2, junho-dezembro, 2017.

já que esta é a principal questão deste capítulo e será tratada de forma mais detalhada nos próximos tópicos.

O quarto grupo de textos foi direcionado ao livro *O Brasil Nação: realidade e soberania brasileira*, obra editada em 1931, um ano antes da morte do autor. Neste trabalho, Bomfim tratou da evolução histórica e política brasileira demonstrando como a exploração bragantina contribuiu para a estagnação do país e defendeu, como solução para os males do Brasil, não mais a educação e, sim, a revolução. Em sua proposta de revolução, Bomfim pregava que ela devia ser feita por etapas, aos moldes da Revolução Mexicana.<sup>53</sup>

Nestes textos, que destacaram a independência e a capacidade inovadora do autor, vemos, mais uma vez, a defesa de Bomfim e sua obra. O livro é apresentado como uma obra fundamental que, com patriotismo, trata das bases da nacionalidade brasileira. Entre as apreciações, destaco uma importante preocupação contida em alguns artigos e que ajudam a pensar a respeito do direcionamento dos comentários realizados sobre o texto. Esta preocupação refere-se à questão do conservadorismo dos governantes brasileiros que estariam travancando o real desenvolvimento do país. Segundo João Ribeiro (1860-1934):

[...]. Todos sentem a ordem nova que convulsiona a sociedade, mas os que governam são todos conservadores e não conhecem senão freios antigos. Sentem que são ineficientes, mas não há meios de dispensá-los e nem se conhecem outros<sup>54</sup>.

Neste diagnóstico, feito por João Ribeiro, nota-se uma percepção da elite brasileira como um problema real para o progresso nacional - ideia desenvolvida em *O Brasil Nação* e reafirmada aqui. A partir desta percepção, a República não deu certo; não por causa de um defeito do povo, mas sim pelo conservadorismo das elites. Desviando a intenção de aperfeiçoamento do povo para o apuro das elites. Vale lembrar aqui que nesta obra Bomfim aponta, como única saída para o progresso nacional, não mais a instrução pública e sim a revolução<sup>55</sup>.

<sup>53</sup> Sobre as características da Revolução Mexicana que deveriam ser adotadas Bomfim afirma: “Por tudo isto, se nos aproximamos dos aspectos concretos, só vemos um tipo de revolução que seria o próprio caminho para o Brasil – a que o México vem fazendo nos últimos doze ou quinze anos: afastamento definitivo, como que eliminação, dos dirigentes antigos dominadores, e reparação que, sendo parte da justiça reclamada, são ao mesmo tempo, estímulo e soerguimento de animo nacional...” (BOMFIM, 1996, p. 572).

<sup>54</sup> RIBEIRO, João. **Registro Literário**. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 27 de abril de 1932. p.10. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017

<sup>55</sup> No posfácio de *O Brasil Nação* escrito em 1931, Bomfim afirma que a conclusão do livro, redigida cerca de três anos antes, não deveria ser alterada apesar dos recentes eventos da “revolução de 1930”. Nesta conclusão o autor afirma a necessidade de uma revolução “legítima” aos moldes da Mexicana para solucionar os males do Brasil. No posfácio, escrito para responder aos eventos de trinta, o autor questiona o emprego do conceito de revolução para designar o ocorrido. Para ele a “[...] a agitação política atual, por mais profunda que pareça não

O texto de Ribeiro mostra ainda algumas discordâncias em relação certos pontos do projeto de Bomfim, afirmando que “[...] a oposição é eloquente mais vezes que a defesa, difícil e duvidosa”. Desta forma, Ribeiro consente com a crítica, no entanto, discorda de pontos importantes da construção do passado realizada por Bomfim; afirma que nosso desenvolvimento foi lento e pausado e, apesar de o Brasil parecer ter um espírito de ordem, na verdade, é a “ausência de espírito” que resulta em um Brasil com “paralisia infantil”.

Os pontos da História Nacional destacados por Bomfim, e rejeitados por Ribeiro, são versões de importantes temas como a unidade nacional, a qual Ribeiro afirma ter sido realizada, entre outras coisas, pelo “vapor do segundo reinado”, visão totalmente rejeitada por Bomfim. O artigo sintetiza seu diagnóstico ao afirmar que “[...] o livro é admirável pelas individualizações, mas injusto no conjunto”, o que demonstra o apoio parcial do autor em relação à obra. Fechamos aqui as aspas sobre João Ribeiro e voltamos à análise do conjunto.

*O Brasil Nação*, com sua conclusão de revolução, expressa o esgotamento acerca das promessas da República que nunca se realizaram da forma que estes pensadores desejavam. Esta conclusão, aliada à visão positiva da miscigenação, desviou a preocupação do povo para a elite.

O último conjunto de textos apresentados aqui é composto por comentários acerca do livro *O Brasil*, coletânea com fragmentos da trilogia de Bomfim, publicada em 1935 com organização e apresentação de Carlos Maul (1887-1974). Esta obra obteve nos jornais uma atenção bem semelhante às anteriores, com exceção é claro de *O Brasil na História*. Aqui não é possível notar, apesar do avançar dos anos, grandes mudanças, pois Bomfim continua sendo um autor muito respeitado e com uma obra grandiosa que deve ser lembrada. A publicação de *O Brasil* é acolhida pelas críticas como um projeto a fim de contribuir para a divulgação desta “notável obra”, cumprindo, assim, um papel “relevante para a História Nacional”.

Um dos textos retrata Bomfim como um combatente de princípios considerados “preconceitos deturpadores da realidade brasileira”, como o “aryanismo” destacando suas ideias em relação à mestiçagem e descrevendo-o como “[...] um precursor ostensivo dessa revisão valorizadora da nossa mestiçagem”<sup>56</sup>, que teria antecipado noções discutidas posteriormente por pensadores como Arthur Ramos (1903-1949) e Gilberto Freyre (1900-1987).

---

realiza nenhuma das condições de uma legítima revolução renovadora, pois não traz *substituição de gentes*, nem de *programas*, nem de *processos*”. (BOMFIM, 1931, p.581)

<sup>56</sup> CARNEIRO, Humberto. Um Revisor Truculento da Nossa História. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1935.p. 18. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

Com esta análise preliminar dos textos, que serão investigados neste capítulo, busquei destacar as ideias que aparecem com maior frequência e que contribuem para a produção de verdades sobre o projeto de Brasil elaborado por Manoel Bomfim e corroborado pelos autores que, ao comentarem suas obras nos periódicos, reforçam e também constroem, mesmo que com alguns desvios, diagnósticos e proposições para o país.

Dentre os temas destacados, saliento que, em *A América Latina*, a ideia de que o “parasitismo” bragantino foi o grande causador dos males do Brasil prevalece. Em todas as séries de textos esta noção pode ser percebida. No entanto, são nos escritos acerca da América Latina que ela recebe maior ênfase. Já a questão da miscigenação racial, como algo positivo, ganhou bastante relevância em *O Brasil na América*, enquanto *O Brasil* e *O Brasil Nação* trouxeram uma interessante reflexão a respeito do conservadorismo das elites nacionais. Apesar disso, nenhuma questão é tão enfatizada quanto a que afirma a necessidade de uma revisão da História Nacional. A partir desta constatação, muitas outras reflexões se desdobram e todas elas serão tratadas no decorrer deste capítulo.

### **1.1. Crítica e revisão historiográfica: em busca de uma História “verdadeiramente” Nacional**

*O Brasil na História* é um livro bastante direto em suas intenções. Como parte do plano de indicar os males que geraram o atraso nacional, Bomfim dedica todo o volume a estudar a forma com que a história do Brasil foi produzida, divulgada e ensinada, apontando os principais erros e “deturpações” do passado e da tradição nacional. Nesta obra, Bomfim deixa clara sua oposição aos que escreveram a história baseados em interesses que não seriam compatíveis com o que ele chama de “verdadeira tradição nacional”. Para ele:

Há uma história do Brasil oficializada, corrente... Mas, si nos voltarmos para ela, buscando a significação e o valor da tradição nacional, encontramos-la, essa história, peiada, contrafeita distorcida, sem saliências de méritos reais, diminuída pela sombra de estranhos, deturpada, falha, levada sempre por motivos que não lhe são próprios<sup>57</sup>.

Segundo esta afirmação de Bomfim, existiria no Brasil uma História “oficializada” que, através de suas análises e conclusões, “deturpava” as verdadeiras tradições nacionais e que, portanto, precisava ser depurada para que revelasse a verdade sobre do passado nacional:

---

<sup>57</sup> BOMFIM, Manoel. **O Brasil na História**: deturpação das tradições, degradação política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930. p. 55



Para tanto, é indispensável *refazer* a história que aí está, afeitada e diminuída, onde todo esforço tem sido para tirar luz dos negrimes que velam os verdadeiros clarões em que nosso passado se revela<sup>58</sup>.

Estabelece-se, portanto, a necessidade de refazer a História Nacional, desta vez revelando a sua “verdadeira tradição”. Esta necessidade é reforçada de forma categórica pelos comentários acerca, principalmente, da obra *O Brasil na História*. Em grande parte dos textos que divulgam, comentam e resenham a obra, encontramos a repetição destas opiniões. A noção de que a história produzida até então estava repleta de erros aparece de forma repetida. Um dos artigos afirma:

Talvez não haja história no mundo, mais referta de divergências e de paradoxos canalhas do que a nossa. Figuras de relevo da nossa formação etnológica são apedrejadas pelos escribas de todos os tempos. Figuras de cera, de mero efeito decorativo, recebem as glorificações da imortalidade. Datas erradas, fatos deturpados. A mentira campeando livremente...<sup>59</sup>.

Está posta a contestação, a “avalanche de deturpações” que invadiram a história pátria teria feito dela a “menos certa de todos os países americanos”<sup>60</sup>; os erros que a compõem a transformaram em uma história malfeita que não faz justiça à História Nacional desejada e projetada por estes autores que consideraram a obra de Bomfim como uma luz, uma espécie de guia para o caminho correto da escrita da história, repleta de “ensinamentos e de correções aos erros, que por muito tempo perduraram [...]”<sup>61</sup>, esta obra apresentaria a abertura para uma produção da história discordante da produzida até então.

A premissa de que a História Nacional estaria repleta de erros que deveriam ser corrigidos, no entanto, não é novidade. Sabemos que ela foi parte da operação historiográfica, pelo menos, desde a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, quando em seu discurso inaugural Januário da Cunha Barbosa (1780-1846)<sup>62</sup>, além de outras indicações importantes, afirmou a necessidade de “purificação” da história pátria. Nesse momento, ele reconheceu a existência de uma produção histórica pré-existente. No entanto, assinalou nela uma falta de compreensão no tocante a nação, gerando manchas no passado

<sup>58</sup> Ibidem, p.73. Grifo meu.

<sup>59</sup> PALHA, Américo. A Nota Brasileira. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro: 13 de março de 1931. p.6. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

<sup>60</sup> MAUL, Carlos. “O Brasil na História”: sugestões do ultimo livro de Manoel Bomfim. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: 8 de março de 1931. p.17. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

<sup>61</sup> FERREIRA, Almir. Um Grande Livro: O Brasil na História. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro: 13 de março de 1931. p.6. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

<sup>62</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1839, p. 9 -18.

brasileiro que deveriam ser depuradas pelos membros do IHGB. Estes escritos são, sobretudo, obras de autores estrangeiros que, por terem uma visão preconcebida, não conseguiriam compreender a realidade nacional.<sup>63</sup> Esta revisão da História Nacional seria um dos passos mais importantes para se tomar o controle sobre o passado e instituir uma nova história para a nação.

Não é de se estranhar que com a proposição de um novo projeto encontremos essa necessidade de controle da historiografia renovada. A evocação destas incorreções possibilita o descarte de um tipo de história rejeitada e permite a possibilidade de se escrever uma nova história, necessária para o manejo do futuro do Brasil nação pretendido por estes autores.

O tema das falhas presentes na historiografia nacional é, portanto, comum entre os artigos analisados. Parte destes erros é retratada como principal fator de “deturpação” da História Nacional. São eles: a perversão das fontes, a imitação de obras de autores tradicionais e as concepções éticas e políticas presentes nos textos.

A ideia de perversão das fontes é apontada por Bomfim e reforçada por seus comentadores. Esta argumentação defende que a História Nacional escrita até o momento não poderia estar correta já que fora escrita a partir de fontes contaminadas. Essas fontes teriam sido corrompidas até mesmo por nossos principais historiadores, como é o caso narrado por Bomfim em que Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), apesar de ter o livro de Frei Vicente do Salvador (1564-1636)<sup>64</sup> em mãos, ao invés de divulgá-lo preferiu explorá-lo e escondê-lo:

[...] o grande historiador, que, de tanto valer, acabou titulado em Porto Seguro, esse conheceu, ainda bem moço, o livro tão ardentemente desejado; leu-o, no exemplar completo; explorou-o o mais que pode, já dissimulando a origem das informações, já fingindo honestidade num esquivo F. V. S. Chegou a publicar um capítulo isolado, e que lhe foi comunicado por João Francisco Lisboa; mas, preferiu não cumprir o dever de brasileiro e de historiador, e não fez conhecido Fr. Vicente<sup>65</sup>.

Com esta afirmação Bomfim lança uma dúvida sobre a confiabilidade da obra de Varnhagen e conseqüentemente sobre grande parte da historiografia já que seu principal representante, que mais tarde passaria a ser imitado, teria desconsiderado uma das prescrições

<sup>63</sup> CEZAR, Temístocles. Lição sobre escrita da história. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX. Diálogos*, Maringá, v.8, n.1, p.11-29, 2004.

<sup>64</sup> Para o livro referido por Bomfim ver: SALVADOR, frei Vicente do. **História do Brasil (1500-1627)**. Anais da Biblioteca Nacional, v.13. Rio de Janeiro: 1888. Introdução de Capistrano de Abreu.;\_\_\_\_\_. **História do Brasil (1500-1627)**. 2ª ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog irmãos, 1918. Notas e prolegômenos de Capistrano de Abreu.

<sup>65</sup> BOMFIM, Manoel. **O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930. p. 118.

mais básicas para se escrever a história do Brasil, apontada desde o início pelo IHGB: a correta manipulação das fontes. A coleta de fontes e a constituição de um arquivo foram indicadas, pelos textos de fundação do Instituto como os primeiros passos para a concretização da tarefa fundamental de construção de uma história verdadeira sobre o passado nacional<sup>66</sup>. Varnhagen, no entanto, teria encontrado uma fonte inédita e importante e a manipulado de acordo com seus interesses, contrariando os deveres de um historiador que inclui a sinceridade<sup>67</sup> como uma característica essencial.

Ao indicar essa grave falha de Varnhagen, *O Brasil na História* condenava grande parte da História Nacional escrita a partir desta referência. Neste movimento, foi possível fundamentar uma dura crítica às produções históricas feitas no Brasil, como podemos observar nos textos analisados:

Nós brasileiros não conhecemos a nossa história: e não a conhecemos, sobretudo, porque as fontes onde haurimos as nossas informações e que por aí existem, como repositórios da história do Brasil, foram envenenadas, foram poluídas pelas mãos dos que tivera a criminosa preocupação de desfigurar, em favor dos antigos dominadores desta terra, os lances mais agudos de sua história<sup>68</sup>.

A história do Brasil seria ainda “mal inspirada e pior mal contada”, pois além do problema da “deturpação” das fontes, tais historiadores não conheceriam “nosso passado e a gente que nele se agitou”, já que tudo o que restou de fonte para se inspirarem “se limita a relatórios oficiais de vassalos a El-Rei e as cartas de súditos aventureiros”. Nesses documentos “a casa dos braganças é elevada acima de todas as casas reinantes da Europa”<sup>69</sup>. O uso de fontes oficiais teria gerado uma falta de conhecimento sobre a História Nacional, tanto da história da coroa, que era sempre exaltada, quanto da história do povo, que por sua vez era deturpada e inferiorizada. Tais fontes teriam contribuído, portanto, para a produção de uma história a partir do ponto de vista bragantino.

A reivindicação da participação das “gentes” ou do povo na construção da história nacional, também não foi uma afirmação nova. Essa pretensão já havia sido manifestada no início da República, quando se buscou entender o povo como participante ativo na História

<sup>66</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Uma história da História Nacional: textos de fundação. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do. (Org.). **História social da língua nacional**. 1 ed. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 393-413.

<sup>67</sup> TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. **História da Historiografia**. Ouro Preto. n° 02. p. 12-28, 2009.

<sup>68</sup> VELLOSO, Antonio Leão. O Brasil dos Brasileiros. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: 15 de abril de 1931. p. 4. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

<sup>69</sup> PAULO FILHO, Manuel. O Brasil na História. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1931. p. 4. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

Nacional. Esta presença era destacada, principalmente em alguns acontecimentos libertadores, como as lutas de cunho republicano e nacional que antes eram consideradas meras manifestações locais, sem projetos políticos organizados<sup>70</sup>.

No entanto, mesmo cerca de trinta anos após a Proclamação da República, ainda se alegava a necessidade de outros tipos de fontes, que não só as oficiais, para compor a produção histórica. Fontes que pronunciassem a participação das “gentes” na História Nacional e que mostrassem outro lado da história que não fosse a defesa das questões da Coroa, sua administração e os braganças como reis soberanos.

Desta forma, baseados em fontes “envenenadas” ou que só contam uma versão do fato, esta historiografia só poderia estar repleta de erros. Além disso, mesmo que autores posteriores a Varnhagen não “deturpassem” as fontes de forma consciente como fez o Visconde de Porto Seguro, os “sub-varnhagens”, como preferia chama-los Bomfim, fundamentaram sua produção na história escrita por ele, que por sua vez já estava corrompida.

O segundo erro fundamental da historiografia nacional, portanto, seria copiar autores como Varnhagen que “deturparam” as fontes a fim de “servir aos braganças”. Desta forma, os textos analisados argumentam que os autores da História Nacional viviam a se repetir:

Ninguém buscava, no fundo poço das bibliotecas, a luzinha da verdade. Refestelados em suas poltronas, tendo em frente, na mesa de trabalho, abertos, os compêndios bem encadernadinhos de Varnhagen, Rocha Pitta e outros escritores da História lusitana, no Brasil davam eles começo a obra [...] <sup>71</sup>.

Não ir ao “fundo poço das bibliotecas”, ou seja, não se dedicar a novas pesquisas e novas fontes, parece ser uma característica importante concedida aos historiadores nacionais, mencionada até mesmo como “preguiça para a pesquisa” e medo da mudança, pois a intenção seria “que ninguém se melindrasses ou ofendesse nas suas crenças”<sup>72</sup>. Este traço teria permitido que os erros formulados pelos autores originais se perpetuassem através do tempo. Desta maneira:

[...] é que nossos historiadores, a interpretar os documentos, a ler os viajantes europeus da época colonial, a penetrar os testemunhos de Frei Vicente do

<sup>70</sup> HRUBY, Hugo. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no limiar da República (1889-1912): momentos decisivos. In: **IX Encontro Estadual de História - ANPUH/RS**. Vestígios do passado, a história e suas fontes, 2008. Porto Alegre. Vestígios do passado: a história e suas fontes - anais (recurso eletrônico), 2008.p. 6.

<sup>71</sup> NAVARRO, Saul de. Novos Livros: Obra extraordinária de Manuel Bomfim. **Revista da Semana**. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1932. p.29. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

<sup>72</sup> MAUL, Carlos. “O Brasil na História”: sugestões do último livro de Manoel Bomfim. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: 8 de março de 1931. p.17. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.p.17.

Salvador, a seguir a pegada de Capistrano, preferiram o lirismo de Rocha Pitta como fonte inspiradora e como padrão. A consequência de tal delicadeza de sentimentos temo-la nessa volumosa bibliografia em que se encontra de tudo menos a verdade<sup>73</sup>.

Dessa forma, encontramos, segundo Bomfim e seus comentadores, uma história “mentirosa”, baseada em fontes “deturpadas” e autores que além de utilizarem tais fontes, ainda se baseavam em concepções éticas e políticas incompatíveis com os interesses do ponto de vista “verdadeiramente” nacional. Esse seria o terceiro problema fundamental da historiografia, o mais grave e causador dos outros. Aqui, uma disputa política se firma: historiadores bragantinos versus historiadores nacionais, esta questão será mais bem desenvolvida adiante.

Como sabemos, a noção de ponto de vista nacional reaparece em alguns momentos-chaves de nossa historiografia, principalmente, quando a intenção é renovar a história desvencilhando-a do que não fosse considerado nacional. Desde a fundação do IHGB, com a preocupação em formar as bases históricas para o Brasil independente, se tratava de reescrever a história a partir de um ponto de vista pátrio.<sup>74</sup>

Esse artifício é mais uma vez acionado pelos textos aqui analisados, evidenciando a exigência de uma escrita da história “verdadeiramente nacional”. A necessidade de acrescentar valor de verdade à sua forma de entender o nacional evidencia que esta mesma fórmula foi repetida com o passar dos tempos. Em uma disputa a respeito do que poderia ser considerado “verdadeiramente nacional” o que está em jogo são valores éticos e políticos. Para eles, tudo que se disse nacional até então estava revestido pelo ponto de vista bragantino e precisava ser revisto e reescrito desta vez, a partir da “verdade”, que por sua vez só seria considerada como tal caso as conquistas e heroísmos dos brasileiros fossem exaltados. Estas ideias são reiteradas nos textos analisados:

A história do Brasil, de começo, foi feita realmente, não direi com o “espírito português” de hostilidade a nós, mas com o espírito legalista português de reduzir sempre as proporções dos nossos movimentos de rebeldia contra o julgo da metrópole, de desmerecer o heroísmo nacional e de apoucar os heróis brasileiros.

Os historiadores que vieram depois... não quiseram ter trabalho, foram se copiando uns aos outros, pela lei do menor esforço, e sem nenhuma preocupação de investigar a verdade<sup>75</sup>.

<sup>73</sup> Ibidem.

<sup>74</sup> CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história historiografia e nação. **Diálogos**, DHI/UEM, v.8, N.1, p11-29, 2004. p. 102.

<sup>75</sup> MONIZ, Heitor. A História do Brasil. **A Noite**. Rio de Janeiro: 21 de abril de 1931. p 2. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

O “espírito” que influenciou a escrita da História Nacional não é visto, neste trecho, com aspecto hostil, apenas legalista, o que, no entanto, não teria impedido que a história fosse “deturpada” desmerecendo as conquistas e heroísmos nacionais em nome de uma ordem que favoreceria o trono português.

Os protestos quanto à influência lusitana na história do Brasil se estenderam aos livros didáticos, já que eles seriam fabricados por “portugueses para atender as necessidades cívicas e a propaganda das glórias dos filhos da velha nação lusitana”. Essa história apresentaria, “aos pequenos patrícios”, “esquecimentos e noções falsas, que revoltam”, deixando de lado o que era ‘essencialmente brasileiro’ e atrapalhando o despertar da “nossa consciência de povo”.<sup>76</sup>

A ideia de que os autores nacionais teriam “repetido, através das suas gerações, as glórias alheias, e até injúrias aos naturais”<sup>77</sup> é apresentada algumas vezes. Essa história, produzida muitas vezes por “brasileiros de encomenda”, como Bomfim se referia a Varnhagen, teria gerado uma produção histórica repleta de erros que necessitaria de uma revisão imediata.

Como já apontado, a necessidade de revisão da história teria sido reivindicada em outros momentos como na ocasião da fundação do IHGB e, mais uma vez, com a instauração da República. Neste momento, com todas as modificações e desafios impostos ao Instituto, a revisão foi um dos recursos utilizados. Esta reavaliação era um empreendimento bastante delicado, já que se preocupava em articular Colônia, Império e República, considerando as “glórias” do passado imperial, sem desmerecer o presente republicano<sup>78</sup>.

Bomfim e os comentadores de seus textos adentram a disputa em um momento em que parte da historiografia já enfrentou as consequências da República. E esse é um dos principais pontos da contestação apresentada por eles, pois a história produzida durante os primeiros anos da República<sup>79</sup> não teria se colocado contra as deturpações da história cometida pelos historiadores do trono. Pelo contrário, repetiram suas injúrias às realizações nacionais.

<sup>76</sup> LEMOS, Floriano de. O Brasil na História. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro: 9 de abril de 1931.p.2. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

<sup>77</sup> BARBOSA, Orestes. Um Grande Livro Nacional. **A Batalha**. Rio de Janeiro, 15 de abril de 1931. p.5. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

<sup>78</sup> GOMES, Angela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. 1. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 31.

<sup>79</sup> Quanto os textos falam de uma história produzida durante a primeira República, essa história se refere, de forma geral, à produção considerada “oficial”, ou seja, uma história que de alguma forma, é entendida como aceita pelos detentores do poder oficial.

Compreende-se com isso, que o grande equívoco dos historiadores republicanos teria sido a tentativa de enaltecer as heranças do Império, mesmo durante a República.<sup>80</sup> Neste conjunto de textos vemos o rompimento com a história Imperial como uma necessidade e um compromisso ético-político. Logo, os impasses apresentados são todos desta ordem, mesmo quando a reclamação se refere a uma questão metodológica, como a das fontes, a contestação é de ordem ética. Não é que os autores não sabiam utilizar o método, o problema é que eles o violaram propositalmente em nome de uma produção que defendesse sua visão política.

Com isso, a oposição se faz contra narrativas em que as “glórias” do Império são exaltadas em detrimento das “glórias” do povo brasileiro, que teria alcançado diversas conquistas, não com o Império, mas apesar dele.

Neste sentido, Bomfim se torna um mestre que aponta caminhos para a realização da verdadeira História Nacional. Para muitos, sua obra já é um exemplar desta nova produção, fruto de uma forte revisão geradora de textos que oferecem a “verdadeira tradição nacional”, e não histórias maquiadas ao gosto da coroa:

Acabou-se, de vez, com a história feita a pó de arroz: creme carmim e rimel. A rota aberta pelo grande Bomfim, mostrando aos novos bandeirantes as minas dos valores brasílicos, já se coalha de gente [...] deixando perfeitamente traçado o itinerário magnífico que há de fazer o Brasil – não um país com história dos outros, mas uma nação com história própria, com heróis seus, ressurgindo magnificamente ao sol, para nosso orgulho e para nossa glória<sup>81</sup>.

O projeto traçado pelo “bandeirante” Bomfim, metáfora bastante comum para tratar dos desbravadores da história<sup>82</sup>, é indicado como o caminho seguro para a construção de uma história relevante para o Brasil e seu povo. A seguir abordaremos algumas questões

---

<sup>80</sup> A decepção não é apenas com os historiadores republicanos, neste momento há também um desapontamento muito grande a respeito dos rumos tomados pela República no Brasil. Este tema será desenvolvido no capítulo 3.

<sup>81</sup> NAVARRO, 1932. p. 29.

<sup>82</sup> É interessante pensar que essa metáfora foi utilizada por Capistrano de Abreu para se referir a Varnhagen em seu Necrológio. Com isso em mente podemos entender que neste discurso Bomfim vem a substituir Varnhagen como verdadeiro desbravador da História Nacional. Ver: ABREU, Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, in 1976, 1ª série, p.81-91, originalmente publicado no **Jornal do Comércio**, 16-20 dez. 1878. Trabalhos dedicados a Capistrano de Abreu e a análise específica deste texto são bastante numerosos, dentre eles destacam-se: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Op. cit., 1988; GONTIJO, Rebeca. Op. cit., 2013. OLIVEIRA, Maria da Gloria. João Capistrano de Abreu, Necrológio de Francisco de Adolfo de Varnhagen. In: NICOLAZZI, Fernando. **História e Historiadores no Brasil: no fim do Império ao alvorecer da República-c.1870-1940**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. \_\_\_\_\_. Op. cit., 2006. PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. “Odisseias do conceito moderno de história: Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, e o Pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados”. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, vol. 50, 2010.

importantes sobre o modelo de escrita apresentado por Bomfim e a forma com que este conjunto de textos se relacionou com tais prescrições.

## 1.2. O projeto de Bomfim como modelo para a História Nacional

O grupo de textos analisados elabora certa imagem a respeito das propostas presentes na obra de Bomfim. Elas seriam diretrizes ou ensinamentos para a escrita correta da História Nacional. Partindo dessa noção passaremos a averiguar os argumentos destacados para a defesa dessa história como modelo e projeto para o Brasil.

Quando nos deparamos com as críticas sobre as obras de Bomfim, notamos que grande parte de seus comentadores aplaudem o modelo de história proposto por ele. Dentre as admissões, quanto à obra analisada, algumas características podem ser identificadas como pilares para a crença em seu modelo de história.

Estes atributos, por sua vez, se relacionam aos três *ethos* do historiador oitocentista apontados por Rodrigo Turin, são eles: o sentimento pátrio, o domínio técnico-científico e a pertinência do produto em relação a seu uso.<sup>83</sup> Nestes textos, encontramos elogios dirigidos à “vasta documentação e erudição” presente nas obras, assim como afirmações de seu compromisso com a verdade, características vinculadas ao domínio técnico-científico. Deparamo-nos, também, com o enaltecimento ao patriotismo e à sinceridade do autor, questões ligadas ao sentimento pátrio e, por fim, temos a exaltação da utilidade de tal projeto para o futuro do Brasil, propriedade conectada à instrumentalidade do empreendimento.

Outra questão que também se enquadra nas preocupações relacionadas à cientificidade, e que merece destaque, é a da imparcialidade. Esta noção pode ser considerada um pouco mais complexa, pois é motivo de disputa entre os textos analisados e, portanto, ganhará um tópico à parte em que buscarei verificar o quanto a adesão ou não à questão da imparcialidade está conectada com uma determinada leitura da História Nacional.

### 1.2.1. Documentação, erudição e verdade

Documentação, erudição e verdade são características que aparecem com frequência entre os textos que avaliaram as obras de Bomfim possibilitando a construção de um discurso

---

<sup>83</sup> TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. **História da Historiografia**. Ouro Preto. n° 02. p. 12-28, 2009.p. 12-28.



em que as obras analisadas trazem evidências verdadeiras sobre a História Nacional. Em grande parte dos textos, as obras de Bomfim são apresentadas ao público como escritos confiáveis que seguem as regras para uma escrita correta da história.

Em fins do século XIX e início do século XX o debate acerca da cientificidade da disciplina histórica era intenso, e questões como o uso da documentação e busca pela verdade faziam parte de certo método histórico. Neste período discussões notáveis a respeito da epistemologia da história se desenvolveram tendo o debate em torno de sua cientificidade como ponto central.<sup>84</sup> O início da maturação do pensamento sociológico e do pensamento histórico data deste período em que a divisão entre os limites disciplinares não estava estabelecida.

A entrada de ideias científicas no Brasil em fins do século XIX<sup>85</sup> contribuiu para interpretações a respeito da nacionalidade brasileira em que os males da nação estavam diretamente ligados a questões biológicas e geográficas, o que salientou discussões sobre a questão racial trazendo novos parâmetros para seu entendimento. O prestígio da ciência contribuiu para a aceitação de ideários naturalistas, evolucionistas, científicas e positivistas por parte das elites intelectuais e políticas brasileiras que buscavam, através da defesa do caráter científico de tais pensamentos, proximidade com a civilização europeia.

O historiador Capistrano de Abreu, assim considerado exatamente por seu método de estudo e de pesquisa, sempre preocupado com fontes documentais que pudessem deixar a História Nacional mais completa e precisa, também acreditava que com o auxílio das ciências sociais seria possível a produção de uma síntese<sup>86</sup> correta da História Nacional. A princípio, como podemos ver em seu Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro<sup>87</sup>, escrito em 1878, Capistrano se baseou em preocupações científicas para chegar à conclusão de que algumas “leis basilares” poderiam guiar a correta escrita da história; ou seja, com o auxílio de leis seria possível a produção de uma síntese da História Nacional<sup>88</sup>. Ao avaliar Varnhagen, afirmou:

---

<sup>84</sup> GOMES, Angela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. 1. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 31.

<sup>85</sup> Sobre a entrada das ideias científicas no Brasil e a geração de 1870 ver: ALONSO, Angela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

<sup>86</sup> Para o entendimento das discussões contidas neste capítulo basta, por ora, compreender que a síntese é aqui tomada como uma generalização dos “fatos particulares” extraídos por meio dos procedimentos de análise inscritos na prática da erudição e da compilação. Este tema será tratado ao longo deste capítulo e será desenvolvido em maior profundidade no segundo capítulo desta tese.

<sup>87</sup> ABREU, op. cit.

<sup>88</sup> Ver: OLIVEIRA, M. G. **Crítica, Método e Escrita da História em João Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

É pena que ignorasse ou desdenhasse o corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia. Sem esse facho luminoso, ele não podia ver o modo por que se elabora a vida social [...]. Ele poderia escavar os documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigma, desvendar mistérios, nada deixar que fazer a seus sucessores no terreno dos fatos: compreender, porém, tais fatos em suas origens, em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanam; generalizar as ações e formular-lhes a teoria: representá-las como consequência e demonstração de duas ou três leis basilares, não conseguiu, nem consegui-lo-ia.<sup>89</sup>

Quatro anos mais tarde, em um texto publicado na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, intitulado *Sobre o Visconde de Porto Seguro*<sup>90</sup> já podemos observar uma mudança de concepção. Enquanto no primeiro texto sobre Varnhagen, Capistrano dizia que os materiais para a escrita da história já existiam e o que faltava era o “arquiteto”, no segundo afirma que a História do Brasil não poderia ser produzida tão cedo, já que a urgência era pela produção de “monografias conscienciosas”:

É por isso que pensamos como, [João Francisco] Lisboa, que a historia do Brasil não será de novo escrita tão cedo; e pensamos até mais, que ela não deve ser escrita senão daqui muitos anos.<sup>91</sup>

Com isso, Capistrano passou a se dedicar de forma mais enfática a uma problemática, esboçada desde o surgimento do IHGB pelos que se dedicaram à construção da História Nacional, que diz respeito à exegese documental, à busca pela autenticidade, pela verdade das fontes e pelo esforço de análise objetiva. A partir da leitura de autores alemães, Capistrano adotou o método crítico, e passou a investigar a diferença, a individualidade, se afastando do que é típico, regular, constante; valorizando, em seu *Capítulos de História Colonial (1907)*, o povo, suas lutas e seus costumes.

A partir das orientações de Capistrano e de uma leitura acerca dos princípios gerais da moderna crítica histórica, Afonso de Escragolle Taunay pode ser visto como um importante representante da busca pela implementação na História Nacional de um método crítico que assumia o controle da subjetividade como uma de suas regras de ouro. Munido dos ensinamentos metódicos de Charles-Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-

<sup>89</sup> ABREU, João Capistrano de. “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro”. In: NICOLAZZI, Fernando (Org.). **História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.p. 23-32.

<sup>90</sup> ABREU, Capistrano de. *Sobre o Visconde de Porto Seguro. Ensaios e Estudos (Crítica e História)*. 1ª série, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

<sup>91</sup> *Ibidem*, p.139

1942), Taunay combinando os procedimentos de análise interna e externa dos documentos com o universo de produção propriamente brasileiro construiu um método à brasileira.<sup>92</sup>

O método científico da história foi desenvolvido a partir da segunda metade do século XIX, quando os historiadores alemães e, mais tarde, os franceses, ofereceram a seus pares e aos seus alunos manuais que guiavam a utilização correta do método histórico. Em 1867, Johann Gustav Droysen (1808-1884) publica o seu *Grundriss der Historik* e, mais tarde, em 1898 é a vez dos franceses Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos publicarem sua famosa *Introdução aos Estudos Históricos*.<sup>93</sup>

Langlois e Seignobos distinguiram quatro fases do trabalho do historiador. Apontando como primeiro passo a reunião de documentos através da heurística<sup>94</sup>, já o segundo refere-se à necessidade de tratar os documentos através de uma série de operações críticas – crítica de autenticidade, de restituição, de proveniência, de interpretação e de credibilidade. Logo após isso, chegamos à fase da separação dos fatos: dos documentos incontestáveis o historiador extrai os fatos relevantes por meio de simples observações. Após a separação dos fatos resta organizá-los em um “corpo de ciência” por meio da “construção histórica”. Para isso o historiador estabelece relações entre os fatos sob a forma de um relato impessoal, evitando o estilo romântico que pretendia dar ao leitor a impressão do vivido.<sup>95</sup>

Essa inspiração metódica com suas exigências de rigor crítico aplicado às fontes documentais imperava entre os que desejavam escrever uma história científica e desvinculada de especulações filosóficas e literárias. E levava à pesquisa de eventos considerados singulares em detrimento do estudo dos fenômenos coletivos que apontavam para a síntese.

Essa foi a maior crítica de Bomfim a Capistrano já que sua grande preocupação em relação à reunião e crítica documental, além de seu esforço em realizar uma interpretação correta da história, o teria impedido de alcançar a necessária síntese da História Nacional. Para Bomfim, sua ciência não lhe permitia “afirmar por simples dedução, ou compor em

<sup>92</sup> ANHEZINI, Karina. **Um metódico à brasileira**: a história da historiografia de Afonso Taunay (1911-1939). São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

<sup>93</sup> CARBONELL, Charles-Olivier. O século da história. In : \_\_\_\_\_. **Historiografia**. Lisboa: Teorema, s/d (1981), p. 104-105.

<sup>94</sup> Heurística é o nome atribuído à arte da pesquisa. Segundo Marrou, “O grande historiador não será apenas aquele que melhor souber propor os problemas, mas que, ao mesmo tempo, melhor souber elaborar um programa prático de pesquisas capazes de fazer surgir os mais numerosos, mais seguros e mais reveladores documentos”. Ver em: MARROU, Henri Irénée. De La connaissance historique. Paris, 1954, p. 73. In: GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Difel, 1977. p. 162-163. p. 162-163.

<sup>95</sup> CARBONELL, Charles-Olivier. O século da história. In : \_\_\_\_\_. **Historiografia**. Lisboa: Teorema, s/d (1981), p. 104-105. p. 105.

imaginação” como um “pesquisador intransigente” teria se “perdido” no “regime mental rigoroso do objetivismo”.<sup>96</sup>

Deste modo, observamos certa busca por aproximar a obra de Bomfim ao que havia de mais confiável, em relação ao método científico no período, evidenciando a adesão ao discurso de Bomfim através de uma confiança em seu domínio técnico-científico.

Alguns artigos iniciam suas críticas destacando estas características e afirmando que, “Antes de mais nada, *O Brasil na História* é um livro de larga erudição e segura documentação que o Sr. Bomfim escreveu.”<sup>97</sup> Antes de tudo, seria necessário afirmar uma confiança nos critérios científicos da obra. Logo, “segura documentação” parece dar conta, pelo menos a princípio, de atestar o valor contido no texto para obter aceitação em relação ao seu conteúdo, trazendo legitimidade ao saber contido na obra.

As críticas seguem associando a documentação à verdade: “Como é seu sistema, o autor honestamente, faz assentar as bases das suas criações sobre o granito de verdades incontestes, à luz de documentos irrefutáveis”<sup>98</sup>. Vemos neste excerto um elogio à confiabilidade não só do texto analisado, mas também do autor e sua obra como um todo, já que o elogio é ao “sistema” empregado por Bomfim. Podemos observar a preocupação com a autoridade do autor em outros trechos, como o que segue:

Os processos pessoais de crítica histórica que constituem o segredo principal do sucesso da obra eminentemente brasileira de Manoel Bomfim pertencem aos desse grupo brilhante e forte de escritores patricios que se dispõem a recompor, honestamente, hoje, a história brasileira<sup>99</sup>.

Nesta passagem a “crítica histórica” empreendida por Bomfim é associada ao sentimento pátrio e à honestidade do autor, unindo duas das principais condutas associadas ao empreendimento historiográfico.

O reforço à capacidade do autor e, portanto, à qualidade de sua obra, também se relaciona à questão da erudição:

[...] Em qualquer desses três livros [O Brasil na América, O Brasil na História e O Brasil Nação], ressalta o espírito do estudioso e do sábio, auxiliado por vasta erudição, coisas essas raríssimas em nossos homens, que

<sup>96</sup> BOMFIM, Manoel. **O Brasil na História**: deturpação das tradições, degradação política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930. p.137.

<sup>97</sup> PAULO FILHO, Manuel. O Brasil na História. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1931. p. 4. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017. p. 4.

<sup>98</sup> Sem autor. “O Brasil na História” de Manoel Bomfim é um grande livro. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 03 de Março de 1931. p.3. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

<sup>99</sup> Sem autor. O Brasil julgado pelos seus homens, lá fora. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 04 de maio de 1930. p.3. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

soem conservar-se no superficialismo dos assuntos magnos e de alto interesse<sup>100</sup>.

A erudição associada ao saber e ao estudo traria profundidade aos escritos que saindo do “superficialismo” apresentava uma versão mais verdadeira da história. Enfim, é importante notar o esforço empreendido pelos comentadores em vincular os textos analisados a uma suposta autoridade científica. Deste modo, documentação, erudição e verdade tornam-se características fundamentais para a conquista da confiança entre estes pares. Atributos que apesar de importantes, não bastam, o que indica a necessidade de outros traços para tecer este projeto de História Nacional que não se trata de uma “simples narrativa de fatos consumados”<sup>101</sup>. Outros atributos precisam ser associados a estes para que seja considerada a verdadeira história do Brasil..

### 1.2.2. Patriotismo, sinceridade e originalidade

As virtudes<sup>102</sup> destacadas neste tópico também são parte fundamental do fazer historiográfico no período oitocentista e se repetem aqui com algumas variações. O patriotismo parece ser chave para a composição desse projeto de história, já que é uma forte base para sua confiabilidade. A afirmação da imagem de Bomfim como um brasileiro que ama seu país, aparece em vários momentos e seus livros são vistos como frutos de uma defesa incondicional do Brasil, como vemos no excerto a seguir:

O que, porém, mais se exalça no complexo intelectual do dr. Manuel Bomfim é seu velho e acendrado amor ao país em que nasceu para o orgulho da mentalidade patricia. Ainda agora, com a publicação dessa grande obra, que é “O Brasil na História” o ilustre estilista e professor revela, mais uma vez essa tendência digna do louvor unanime da nacionalidade, estudando as causas que turbam o prosseguir da nacionalidade [...] <sup>103</sup>.

<sup>100</sup> SANCHES, Nosor. “O Brasil Nação” – de Manoel Bomfim. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1931. p.18. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

<sup>101</sup> Sem autor. O Brasil na História de Manoel Bomfim. **Beira-Mar**. Rio de Janeiro, 15 de março de 1931. p.5. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

<sup>102</sup> A noção de virtude é trabalhada por Herman Paul quando este propõe o conceito de “virtudes epistêmicas”. Apesar de este conceito trazer instigantes reflexões acerca das virtudes requeridas ao historiador, o modelo analítico de Paul não será aplicado nesta tese. Ver: PAUL, Herman. Performing History: how historical scholarship is shaped by epistemic virtues. **History & Theory**, v. 50, n. 1, p. 1-19, 2011; OHARA, João. Virtudes epistêmicas na prática do historiador: o caso da sensibilidade histórica na historiografia brasileira (1980-1990). **História da Historiografia**. n.22, p.170-183, 2016.

<sup>103</sup> Sem autor. O Egocentrismo da História – um sugestivo trecho da grande obra do professor Manoel Bomfim, “O Brasil na História”, que acaba de ser dada à publicidade. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, 08 de março de 1932. p. 19. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

O patriotismo é, portanto, apontado como uma grande característica de sua produção. Seu trabalho é digno de confiança por partir do aspecto nacional, um nacional que tem o povo e suas conquistas como centro, em que os grandes heróis lutam por liberdade e justiça, é a manifestação do “Brasil dos brasileiros”:

Não há brasileiro merecedor do amor de sua terra, que possa renunciar a leitura desse notabilíssimo libelo, justamente escrito para reivindicar a grande obra desempenhada através dos séculos, pelos filhos legítimos desta terra, e que anda ludibriada pela maioria de quantos lhe tem traçado a crônica<sup>104</sup>.

A composição desta leitura da história está também associada a uma questão bastante reforçada pelos comentadores, a sinceridade e honestidade para compor a escrita. Uma escrita sincera que revela suas intenções e seu amor pelo país:

A intenção que predominou em sua feitura foi honesta, teve única e exclusivamente o fim máximo do restabelecimento das verdades históricas brasileiras, sem a preocupação subalterna de ataques que não poderão vir senão por despeito, os quais, entretanto, só poderão beneficiar o livro do autor. E bastará<sup>105</sup>.

A exaltação da honestidade do autor deve-se o seu pragmatismo em relação à construção de uma visão da História Nacional e construção de um modelo para sua escrita. Ou seja, quem desejasse escrever a História Nacional deveria ser sincero com suas intenções.

A originalidade dos livros elaborados por Bomfim também é destaque destas análises e se relaciona às duas questões anteriores: o patriotismo e a sinceridade. Estas características proporcionaram a Bomfim uma visão nova da historiografia nacional, uma visão original apoiada por seu patriotismo e sinceridade.

Aqui e ali, o seu ponto de vista em contraste com o geralmente aceito sobre determinados acontecimentos da nossa vida política e social, faz ressaltar certos aspectos, e detalhes dos mesmos, numa agudeza de observação e de crítica movimentada e interessante<sup>106</sup>.

Estes atributos apontam novas visões para a História Nacional, o que, como já se sabe, é o almejado por estes autores que clamam por uma revisão e reescrita da História Nacional.

---

<sup>104</sup> VELLOSO, Antonio Leão. O Brasil dos Brasileiros. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: 15 de abril de 1931. p. 4. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017. p.4.

<sup>105</sup> NETTO, Amorim. “O Brasil na História” – Manoel Bomfim. **A Esquerda**. Rio de Janeiro, 18 de março de 1931. p.3. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

<sup>106</sup> LINDER, Max. “O Brasil Nação”. **Fon-Fon**. Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1931. p. 40. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

O que vemos até aqui é a composição de um modelo de história baseado em critérios científicos e nobres (patriotismo e sinceridade). No entanto, outro aspecto parece ser o fim último deste projeto, o que o torna de fato um projeto. É disso que trata o próximo tópico.

### 1.2.3. Utilidade

Outra característica que compõe a visão de história aqui analisada é a ênfase em sua instrumentalidade<sup>107</sup>. A ideia de que a historiografia contribui para a compreensão da composição do brasileiro como um povo com características e história específicas é fundamental nesta leitura. A produção e distribuição de uma história, com um forte caráter pedagógico, que conte as glórias desta gente, deveriam servir de inspiração tanto para o povo quanto para os dirigentes da nação.

Aliás, os ensinamentos que essa notabilíssima obra divulga não ficam úteis apenas aos estudantes das escolas: servem de lições transcendentais para todos aqueles que ocupam cargos de responsabilidade política, falam uma linguagem sábia e experiente, a que os governantes da República de nossos dias não devem prestar ouvidos moucos, si quiserem trazer um sopro de felicidade à nação<sup>108</sup>.

Os proveitosos ensinamentos prestados pelas obras históricas que seguem estas diretrizes deveriam ser aprendidos não apenas por estudantes, mas também pelos que ocupam cargos de responsabilidade política, pois estas instruções poderiam guiar os governantes para o correto entendimento do Brasil e de seu futuro. A conveniência da leitura de tais textos por parte dos dirigentes surge algumas vezes nas críticas, apontando, mais uma vez, uma forte insatisfação com os rumos da República no Brasil.

Portanto, a produção histórica teria de contribuir de forma ativa para o desenvolvimento nacional através da exaltação das qualidades do povo brasileiro. Como afirma uma crítica, não devendo se vincular ao “[...] preconceito pueril e o comodismo dos que atribuem todos os males a raça, ao cruzamento e a mestiçagem...”. Atentando apenas aos problemas reais deste povo que, ao contrário do que dizem as teorias raciais, seriam “males

<sup>107</sup> A questão da utilidade da história é um dos importantes debates da constituição da história disciplinar, pois se vincula à discussão acerca do sentido histórico e sua definição esteve em disputa ao longo do século XIX e XX. Um dos textos mais emblemáticos desta discussão é: NIETZSCHE, Friedrich. II Consideração intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida. In: **Escritos sobre História**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005, p. 67-178.

<sup>108</sup> LEMOS, Floriano de. O Brasil na História. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro: 9 de abril de 1931.p.2. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.p.2.

curáveis e transitórios”<sup>109</sup>, tendo, por fim, como obrigação exaltar as conquistas e qualidades deste povo mestiço.

A escrita da história deveria, portanto, ser produzida com esta finalidade. A versão da história escrita por Bomfim é exaltada exatamente por cumprir estes critérios.

“O Brasil na História” é a síntese dessas qualidades mestras, é um monumento ao sacrifício dos nossos antepassados, digno do respeito e da veneração de quantos reconhecem que a verdade histórica tem um papel maior na vida das nacionalidades do que no repouso tumular dos arquivos<sup>110</sup>.

A utilidade é, portanto, a principal característica desta história, uma vez que, segundo esta visão, sem a função de trazer a verdade e inspirar futuras gerações, uma história apenas científica e patriótica não teria grande serventia.

#### 1.2.4. Imparcialidade

A imparcialidade<sup>111</sup> ou objetividade em termos modernos é um critério importante para a produção da história segundo o método crítico em voga no período, entendida como a “extinção o eu” como condição de uma “visão pura”, como a capacidade de omitir-se diante dos sucessos históricos, de não julgar, não moralizar e não tomar partido é uma característica entendida por Leopold Von Ranke (1795-1886) e muitos historiadores que se basearam em seu método, como própria do ofício do historiador.<sup>112</sup>

Para Manoel Bomfim, a objetividade pretendida pelo método pode ser obtida, até certo ponto, a partir do tratamento dado às fontes, como a crítica interna e externa, já a partir daí a não interferência aparenta não ser mais possível e a eleição dos documentos utilizados e sua interpretação não seriam passíveis da anulação do eu:

Pretender, no caso, o efetivo objetivismo, é pretender que o indivíduo saia de si mesmo, que dispense todo o critério de julgamento, como a devisar fora de

<sup>109</sup>: ROQUETTE PINTO, E. O Brasil na América. **Diário Nacional**. São Paulo, 13 de setembro 1929. p. 3. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017. p. 3.

<sup>110</sup> MAUL, Carlos. “O Brasil na História”: sugestões do último livro de Manoel Bomfim. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: 8 de março de 1931. p.17.

<sup>111</sup> Seguindo as indicações de Bomfim, trataremos as noções de imparcialidade e objetividade como sinônimas.

<sup>112</sup> Para uma discussão a respeito ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. O atual e o inatual em Leopold Von Ranke. In: RANKE, Leopold von. **História**. São Paulo: Ática, 1979, p. 7-62. (Grandes Cientistas Sociais, 8); ARENDT, Hannah. O Conceito de História – Antigo e Moderno. In: **Entre o passado e o futuro**. 8.ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.



qualquer horizonte. Não: o historiador, a definir valores, há de ficar no ponto de vista humano, na refração da tradição a que pertence.<sup>113</sup>

O tema da imparcialidade será abordado em um tópico específico por ser uma questão controversa entre os textos analisados. Se por um lado algumas críticas concordam com Bomfim, apontando a imparcialidade como algo inalcançável e, portanto, inconveniente, por outro, alguns artigos acreditam no mérito da imparcialidade, apoiando Bomfim, ao afirmar que ele a possui, ou o afastando da história, por ser parcial. Dessa maneira, observamos uma disputa em relação à noção de imparcialidade e sua função dentro da história.

Bomfim admite que a parcialidade e até mesmo a paixão devam ser assumidas na construção histórica e algumas críticas acompanham este pensamento:

Pode-se-lhe notar certa aspereza de expressão em varias das passagens do seu livro, mas essa mesma expressão, sem o disfarce de uma delicadeza hipócrita, é o resultante da convicção profunda que o estudo dos fatos gerou no seu espírito.  
Não imita nem copia. A fácil tarefa da compilação repugna a inteireza do seu caráter, e ele prefere ser selvagem com a verdade a ser diplomata com a mentira<sup>114</sup>.

A associação entre a ideia de imparcialidade e a mentira pode ser observada em alguns textos, o que indica a crença na inacessibilidade da neutralidade. A falta de menção a respeito do ponto de vista adotado e a ausência da defesa do mesmo, ao invés de garantir a verdade, trariam uma hipocrisia mentirosa e um afastamento em relação à defesa do ponto de vista nacional.

Os artigos que revelam uma crença na possibilidade da imparcialidade apontam que o trabalho de Bomfim não poderia ser considerado histórico, já que:

Se a qualidade fundamental do historiador é a imparcialidade não se poderá conceder esse título ao professor Bomfim. A natureza reformadora do seu trabalho de análise e de crítica, a flama de civismo que incendeia as paginas de sua obra, o ímpeto combativo, o rigoroso arremesso dos seus conceitos, fazem-no, antes um polemista, um panfletário da história<sup>115</sup>.

A visão de que a história não deveria assumir uma “natureza reformadora” atribui a ela um papel diferente do defendido por grande parte dos textos analisados, já que clama por

<sup>113</sup> BOMFIM, Manoel. **O Brasil na História**: deturpação das tradições, degradação política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930, p. 19-20, p.41.

<sup>114</sup> CORREIA, Leôncio. O Brasil na História. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 16 de junho de 1931. p.6. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

<sup>115</sup> BARROS, Jayme de. Nacionalismo através da História. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, 01 de abril de 1931. p.6 e 9. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017. Vale ressaltar que esta é a crítica que apresenta mais pontos de discordância em relação à obra de Manoel Bomfim.

maior imparcialidade ao invés de condená-la. No entanto, apesar de não ser considerada propriamente história, a obra de Bomfim não deixa de ser relevante para estes críticos, e essa importância vem desta “bravura cívica”. Isto é, apesar de não apresentar a imparcialidade necessária para ser considerada história, a obra ainda apresenta uma grande relevância para a sociedade e “[...] Sejam, porém, quais forem as discordâncias das ideias e afirmações do professor Bomfim, sua obra é de uma bravura cívica a que todos os brasileiros devem o culto de sua admiração”<sup>116</sup>. Ou seja, apesar de não ser uma obra histórica, ainda sim, é de grande valia para a nação.

Por fim, ainda se encontram textos que buscam apoiar a imparcialidade de Bomfim associando-a aos métodos científicos e ao patriotismo.

Este livro é bem escrito, bem pensado e bem documentado. Suas páginas – algumas, sem exagero, admiráveis – revelam uma sólida, profunda cultura, digna de meios mais elevados do que o nosso. Nele se reflete um grande espírito brasileiro, cujo nacionalismo sadio vê, examina e critica os fenômenos históricos do seu país com uma segurança anatômica e uma imparcialidade merecedoras de entusiástico louvor<sup>117</sup>.

O emprego do método histórico e do patriotismo está, aqui, associado à imparcialidade do autor. Esta compreensão da imparcialidade acompanha os historiadores, pelo menos, desde o período oitocentista, pois nesse momento se acreditava que a suspensão de si garantiria uma escrita da história patriótica<sup>118</sup>. Apresentada aqui de forma contrária, um “patriotismo sadio” asseguraria uma crítica isenta dos fenômenos históricos.

Através da explanação realizada neste tópico podemos ponderar que este conjunto de textos ainda mantém certo vínculo com os rituais da prática historiográfica instituídos desde a fundação do IHGB. No entanto, a ênfase desta prática, não é mais em compor uma história monárquico-constitucional como a sugerida por Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868)<sup>119</sup> e empreendida por Varnhagen. E nem mesmo uma história em que somente os métodos científicos fossem a principal base, como estava em voga no período. Aqui o deslocamento se dá ao compreender a utilidade do empreendimento como principal função. Portanto, a tarefa indispensável desse projeto de história é comunicar ao povo brasileiro a

---

<sup>116</sup> Ibidem.

<sup>117</sup> Sem autor. Historiador por direito. **Fon-Fon**. Rio de Janeiro, 14 de março de 1931. p.37. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

<sup>118</sup> TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. **História da Historiografia**. Ouro Preto. nº 02. p. 12-28, 2009. p.18.

<sup>119</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a História do Brasil. In: **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, 6 (24): 381-403. Jan. 1845.

“verdadeira história”, repleta de conquistas e heroísmos, a fim de gerar inspiração para a transformação da realidade brasileira.

### 1.3. Em busca da síntese: o primeiro livro de História do Brasil

Como vimos, a avaliação sobre os escritos de Bomfim realizada pelo conjunto de textos aqui analisados possibilitou o entendimento de tal obra como um modelo de escrita para a História Nacional. No entanto, além de ser uma referência acerca de como se deveria escrever a verdadeira História Nacional, ela ainda foi considerada por alguns como a realização da primeira História do Brasil.

Em alguns casos, os livros são apontados como os primeiros a realizarem uma síntese explicativa da História Nacional. É sabido que o contato com a ciência e, principalmente, com o que se entendia por ciência social contribuiu para que a experiência historiográfica, pós 1870<sup>120</sup>, se orientasse por dois fios condutores: o aprimoramento dos princípios da crítica erudita e a exigência, cada vez maior, para se elevar a operação ao plano dos aspectos interpretativos que se pretendia generalista.<sup>121</sup> A demanda por modelos explicativos que revelassem o povo e a sociedade brasileira se aprofundou com a *Abolição da escravidão* (1888) e com a *Proclamação da República* (1889), acontecimentos que exigiram empenho sobre temas que ajudassem a compreender a nacionalidade brasileira<sup>122</sup>.

Desse modo, a referência à obra de Bomfim como aquela que inaugura a verdadeira História Nacional, se liga à ideia de que tais livros são os primeiros a explicar o Brasil de fato.<sup>123</sup> Tal crença vem associada a características positivas das obras, já afirmadas neste capítulo, como o uso do método histórico, a busca por correção dos erros cometidos

<sup>120</sup> Acerca desta discussão na historiografia em geral, consultar: AURELL, Jaume. De “Entre-Séculos” ao “Entre-Guerras”: o esgotamento de positivismo e historicismo. In: **A escrita da história: dos positivismos aos pós-modernismos**. Tradução Rafael Ruiz. São Paulo: Sita-Brasil, 2010, p. 17-44. DELACROIX, Patrick; DOSSE, François. **As correntes históricas na França: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. REIS, José Carlos. A escola metódica, dita “positivista”. In: **A História entre a Filosofia e a Ciência**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 21-24. O texto François Simiand, publicado em 1903 na *Revue de Synthèse Historique*, fundada em 1900 e dirigida por Henri Berr, é um dos mais emblemáticos acerca desta necessidade de escrita de uma síntese explicativa em substituição às teses monográficas dos historicistas, ou no caso francês, mais especificamente, dos historiadores metódicos. SIMIAND, François. **Método Histórico e Ciência Social**. Tradução de José Leonardo do Nascimento. Bauru/SP: EDUSC, 2003, 118p.

<sup>121</sup> Este tema será aprofundado no capítulo 2 da tese.

<sup>122</sup> DETONI, Piero Di Cristo Carvalho. **A síntese como desafio historiográfico na Primeira República**. Pequenos estudos de caso. 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013, p.18-22.

<sup>123</sup> Essa noção não aparece em referência a apenas um livro, ela é repetida, de alguma forma, em menção aos cinco livros analisados. (América Latina, O Brasil na América, O Brasil na História, O Brasil Nação e O Brasil). Vale lembrar que apesar da indicação desses livros como os primeiros a tratar da verdadeira História Nacional, aparecem ainda, obras de outros autores como tentativas de construção dessa primeira obra nacional, esse assunto será tratado mais adiante, neste capítulo.

anteriormente e a engenhosidade teórica e interpretativa do texto. A construção dessa imagem é produzida pelo conjunto de artigos analisados através da reafirmação dessas qualidades e da utilidade do seu conteúdo que reitera o projeto de escrita de Bomfim como um modelo para a escrita da História Nacional.

O livro, que é enorme, surpreende pagina a pagina, desafiando contraditores e orgulhando quem nasceu sob o céu do Cruzeiro do Sul.  
De minha parte quero apenas agradecer-lhe a honraria da oferta dizendo ao público que está publicado o primeiro livro de história do Brasil<sup>124</sup>.

O comentário acima é acrescido pela declaração de que “[...] agora podemos dizer que possuímos um livro de história do nosso país [...]”. Além de apontá-la como primeira obra de História Nacional a crítica ainda destaca que o livro seria o único capaz de revelar a nacionalidade brasileira, ao afirmar que “[...] em cem anos de Independência nunca se havia ao menos esboçado no Brasil [...]” uma história como essa<sup>125</sup>.

Aqui, podemos notar que o nacionalismo apontado nestes textos é critério para a compreensão da mesma como a “única capaz de revelar a nacionalidade brasileira”, ou seja, essa síntese é admitida por conter a defesa da nação nos termos referidos.

Além disso, notamos também, neste trecho e tantos outros, a reiteração da crítica à historiografia produzida anteriormente. Esta importante discussão está atrelada à ideia de que a obra de Bomfim conteria a síntese explicativa de História Nacional, já que ela esclareceria as verdades que não foram contadas pelos textos de história, os quais estariam alheios às coisas nacionais.

Em outra crítica notamos a reafirmação da construção dessa imagem:

A história do Brasil só agora é que começa a ser feita. O que possuíamos até bem pouco, na verdade era a História de Portugal nesta parte da América.  
Nós devemos a Manoel Bomfim o grito eficiente que conseguiu despertar, na consciência dos novos historiadores brasílicos, o sentimento da probidade e a pátria, na composição da nossa História.<sup>126</sup>

Aqui o autor atribui a Bomfim a incitação à transformação dos historiadores brasileiros em escritores atentos ao sentimento de lealdade necessário para se escrever a história pátria. Mais uma vez, a principal preocupação do autor é com a produção de uma

<sup>124</sup> BARBOSA, Orestes. Um Grande Livro Nacional. **A Batalha**. Rio de Janeiro, 15 de abril de 1931. p.5. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017. p.5.

<sup>125</sup> Ibidem.

<sup>126</sup> NAVARRO, Saul de. Novos Livros: Obra extraordinária de Manuel Bomfim. **Revista da Semana**. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1932. p.29. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017. p. 29.

história que comporte um ponto de vista nacional. Logo, a obra de Bomfim traçaria a rota para as próximas obras sobre o tema.

A ideia de uma síntese que compreende os problemas nacionais e ao mesmo tempo propõe soluções surge em algumas críticas. Em uma delas o projeto de Bomfim é apontado como “[...] a verdadeira e única solução de um complexo problema social [...]”. Desta forma, mais uma vez a função prática do empreendimento é enaltecida e a “vulgarização” dessa compreensão do Brasil é “dever” de todo brasileiro<sup>127</sup>.

Há ainda parte dessas leituras que apontam ter faltado pouco para a obra ser considerada a síntese da História Nacional. Na crítica analisada a seguir, o autor acredita que faltaram alguns esclarecimentos quanto a participação da igreja católica na história do Brasil para que o livro pudesse ser considerado o primeiro livro da História Nacional. Em suas palavras:

Faltaram estas declarações de justiça e imparcialidade, e o conhecimento exato destas verdades para que América Latina, o extraordinário livro de Manoel Bomfim, fosse o melhor resumo de sociologia e crítica histórica que se tem feito sobre o Brasil, no Brasil<sup>128</sup>.

A crença de que a obra de Bomfim seria esta tão aguardada síntese<sup>129</sup> de História Nacional que reuniria o caminho necessário para o país alcançar o desenvolvimento almejado, se impõe principalmente pela partilha de uma ideia específica: a de que os autores de obras históricas deveriam partir de seu amor pelo Brasil se quisessem escrever uma história “verdadeiramente nacional”.

Outro ponto importante e que deve ser destacado é a preocupação com a função pedagógica da história, esta inquietação se repete diversas vezes nos textos analisados e demonstra a afinação dos críticos com uma das maiores preocupações de Bomfim, a educação nacional.

A função pedagógica da história não era uma preocupação apenas de Bomfim. Com a proclamação da República, difundiu-se a ideia de que a escola e o ensino seriam responsáveis por denunciar os atrasos impostos pela monarquia, assumindo o papel de regenerar os indivíduos e a nação. A história, como conhecimento a respeito do passado, ganha grande

<sup>127</sup> PESSOA, Frota. A América Latina por Manuel Bomfim. **Almanaque Garnier**. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1907.p. 334-337. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

<sup>128</sup> BOMÍLCAR, Álvaro. América Latina. **Gil Blas**. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1919. p. 8. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

<sup>129</sup> Sobre o desejo de uma síntese da História Nacional ver: DETONI, Piero. **A síntese como desafio historiográfico na Primeira República**. Pequenos estudos de caso. 2013. 157f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana-MG, 2013.

importância indicando o papel estratégico de sua escrita para o rumo do regime republicano.<sup>130</sup> Sendo assim, a construção de uma história para a formação do cidadão republicano se tornava urgente.

Em um texto exemplar a este respeito, encontramos a afirmação de que este livro seria “[...] o primeiro e real compêndio de educação nacionalista [...]”<sup>131</sup>. Declaração que ratifica a associação com a grande obra aguardada e que, nesta versão, traria para a educação pátria um resumo que correspondesse à verdadeira História Nacional, contribuindo para a união do povo brasileiro.

Nesta mesma crítica vemos ainda a ideia de que as obras anteriores não poderiam ser consideradas o grande “compêndio de educação nacional”, principalmente pela falta de um “patriotismo honesto e são”, já que, até então, se teria produzido história para atender “as necessidades cívicas” dos “filhos da velha nação lusitana”. Destaco que a necessidade de uma obra que aponte a origem heroica da nossa nacionalidade se mostra bastante ardente entre os críticos de Bomfim.

Em outro texto, ao relatar sua experiência como estudante, o autor afirmou ter se “revoltado contra o ensino de história no Brasil”, pois o que lhe era ensinado não passava de “fatos inexpressivos, datas que era obrigado a saber de cor”. Porém, destaca que:

De agora, em diante, os estudantes não terão de sentir aquela raiva surda que eu me alimentei, por tantos anos, contra a paulificancia de certos historiadores.

Verdadeira má vontade essa que tanto me fez aborrecer os fatos mais encantadores da nacionalidade<sup>132</sup>.

Com a obra de Bomfim, destaca-se a “nacionalidade, onde a gente encontra não mais aquela enfiada de data, mas as bases formadoras da pátria, o retrato da realidade brasileira”<sup>133</sup>, e esta seria a melhor forma de despertar o interesse a respeito da História Nacional. Nesta apreensão, percebemos a preocupação com a função da história, e mais uma vez sua utilidade é destacada.

Cabe ressaltar ainda que, apesar de se preocuparem, em alguns casos, com estes parâmetros da metodologia científica, a grande aclamação deste conjunto de textos é pela

---

<sup>130</sup> GONTIJO, Rebeca. Historiografia e ensino da história na Primeira República: algumas observações. Usos do Passado - **XII Encontro Regional de História**. ANPUH-RJ, 2006.

<sup>131</sup> LEMOS, Floriano de. O Brasil na História. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro: 9 de abril de 1931.p.2. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017. p. 2.

<sup>132</sup> GALVÃO. Francisco. O retrato do Brasil. **O Radical**. Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1933. p.2. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

<sup>133</sup> Ibidem.

divulgação de uma história patriótica; isto é, o desejo era por uma história patriótica que mostrasse ao povo as origens heroicas do Brasil nação.

Entendemos, portanto, que o grupo de textos analisados possuía a prioridade de produção e de divulgação de uma obra que abarcasse toda história em uma afirmação direta às qualidades do povo brasileiro, privilegiando, a busca por uma síntese explicativa que possuísse um caráter, primordialmente, patriótico e relativizando as preocupações com exigências da metodologia científica, principalmente ligadas à noção de imparcialidade. Ou seja, a principal busca destes autores se relacionava a uma partilha moral, a partir da qual se acreditava que uma boa produção historiográfica deveria ser baseada no patriotismo, no amor ao Brasil que pudesse inspirar a construção de um futuro promissor para a Nação.

Eram, portanto, estes os critérios fabricados por este conjunto de textos, para que uma obra fosse considerada a obra que explicaria o Brasil. Patriotismo e subversão da história até então produzida andam juntas nesta fórmula que busca resgatar e enaltecer as conquistas do povo.

#### **1.4. Exemplos para a escrita da História Nacional: além de Manoel Bomfim**

Ao fabricar uma imagem específica a respeito de como se deve escrever a História Nacional, o conjunto de textos analisados criou ainda uma imagem oposta. Isto é, ao dizer qual era o modelo de história a ser seguido também construíram a imagem daquilo que não era. Assim, a crítica à historiografia nacional foi feita de duas formas, nominalmente, ao apontar historiadores como modelos negativos, e de forma menos enfática, ao dizer como a história deveria ser produzida, como já vimos.

Além da crítica negativa a alguns nomes, temos também a exaltação de um tipo de história e de certos autores que de alguma forma se conectaram com esse modo de fazer história. Neste tópico, tratarei tanto do modelo negativo, quanto do positivo, com a intenção de tornar a crítica já abordada mais concreta. Deste modo, buscarei verificar quais são os historiadores que “deturparam” tanto a História Nacional e quais devem ser excetuados desse rol.

### 1.4.1. Sob o ponto de vista português

É curioso notar que ao tratar deste outro que não escreve uma história digna da nação, encontramos poucas citações nominais, pois as críticas são sempre dirigidas ao conjunto da historiografia. A indicação é de que toda a historiografia estaria comprometida com as falhas apontadas nestes escritos e os poucos nomes que são citados nos textos ou correspondem a modelos perfeitamente negativos ou a exceções a essas críticas, ou seja, modelos positivos.

Os nomes que aparecem como representantes de uma história negativa para a formação nacional são os de Francisco de Adolfo Varnhagen e Sebastião da Rocha Pita (1660-1738). Estes dois autores foram citados por Bomfim como exemplos de má conduta na produção histórica, pois são considerados apoiadores do trono português e dedicados à realização de uma história que enaltecia o a coroa em detrimento de uma História Nacional.

Estas indicações ressoam em alguns comentadores:

A história do Brasil de Varnhagen que lhe valeu o título de barão e mais tarde o de visconde de Porto Seguro, segundo a classifica hoje o escalpelo do Sr. Manoel Bomfim, foi um livro escrito para o sabor da dinastia bragantina, e coisa mais grave, contra o Brasil. E dada a sua sedução feita pelos interessados da época, começou a História Geral a servir de manancial a quantos posteriormente, sem trabalho de pesquisa, escreveram a história do Brasil<sup>134</sup>.

Varnhagen seria, portanto, o modelo que foi seguido pelos historiadores que vieram posteriormente, e o grande problema disso é que a história fabricada por ele não foi escrita a partir do ponto de vista nacional, e sim contra o Brasil, a favor dinastia bragantina. Logo, seria certo o fato de Varnhagen ter contaminado toda a historiografia que veio depois de si; a autoridade conferida a ele mostra o suporte recebido por essa visão da História Nacional.

Além de Varnhagen, o nome de Rocha Pita é citado como um modelo negativo de escrita seguido por historiadores nacionais. Considerado um escritor da “História lusitana”<sup>135</sup>, sua obra também aparece como modelo para a constituição de uma História Nacional em benefício dos braganças. No entanto, as críticas não vão além de, em alguns momentos, apontar seu nome como coautor, junto com Varnhagen, desse modelo negativo para a História Nacional.

<sup>134</sup> VELLOSO, Antonio Leão. O Brasil dos Brasileiros. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: 15 de abril de 1931. p. 4. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017. p.4.

<sup>135</sup> NAVARRO, Saul de. Novos Livros: Obra extraordinária de Manuel Bomfim. **Revista da Semana**. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1932. p.29. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017. p. 29.



Outros nomes aparecem aqui e ali, com certa carga negativa, como o de Oliveira Viana (1883-1951) e Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894), mas nunca são críticas tão enfáticas quanto às dirigidas a Rocha Pita e, principalmente, a Varnhagen que parecem ser os grandes problemas da historiografia nacional, já que todos os outros só fizeram copiar estes modelos indignos.

A maior preocupação demonstrada pelas críticas a respeito dos textos e autores de História Nacional se refere ao ponto de vista adotado para sua elaboração. Este apontamento mostra que a maior preocupação em relação à escrita da história está relacionada ao tipo de história que será realizada, o empenho apresentado nestes escritos é para que esta história produza algo significativo e que inspire o cidadão brasileiro através de suas próprias conquistas, negando a glorificação das realizações do trono português. Ou seja, mais uma vez a função prática-pedagógica da história se reafirma como uma grande questão neste conjunto de textos.

#### **1.4.2. Sob o ponto de vista nacional**

Como vimos ao realizar a crítica à historiografia nacional, parte dos artigos analisados apontam autores cuja forma de produção da história estaria excetuada deste conjunto que constitui um tipo de História Nacional considerada “deturpada” por Bomfim e seus interlocutores. Nomes como Frei Vicente do Salvador, Robert Southey (1774-1843), João Capistrano Honório de Abreu (1853-1927), José Francisco Rocha Pombo (1857-1933) e João Ribeiro de Andrade Fernandes (1860-1934) são citados como exceções ao problema geral que corresponde à produção histórica nacional.

Para reagir contra essa poluição das fontes puras da história do Brasil se tem feito varias tentativas todas elas naturalmente dignas do maior acatamento. A primeira delas foi a obra de Frei Vicente do Salvador, procurando dar a realidade brasileira uma imagem segura e honesta, e que por isso mesmo teve sua obra sonogada ao conhecimento do público durante séculos. A segunda foi a do inglês Robert Southey. A terceira tentativa séria acaba de ser feita agora, trezentos anos depois da primeira, pelo Sr. Manoel Bomfim<sup>136</sup>.

Neste trecho são apontados autores que por meio de suas produções buscaram retratar a “verdadeira História Nacional”. O texto destaca o intervalo de trezentos anos para que uma

---

<sup>136</sup> Ibidem.

obra tratasse de forma correta a História Nacional. Outra crítica destaca alguns autores que teriam atuado neste intervalo.

Exceção feita da “História do Brasil” de Rocha Pombo que é manancial rico de informações e glória de um esforço titânico, e dos trabalhos didáticos de João Ribeiro, o que possuímos de edificante são pequenas monografias e opúsculos opondo-se corajosamente a avalanche de deturpações dos acontecimentos em nossa terra desde aqui aportaram as caravelas lusas<sup>137</sup>.

Rocha Pombo e João Ribeiro surgem como exceções, suas obras teriam se desviado de forma corajosa da onda de produções negativas. Deste modo, quando compõem suas histórias, estes autores, atendem de alguma forma às expectativas apresentadas aqui como modelos para a história, sendo, portanto, coerentes com as críticas empreendidas por eles próprios.

Capistrano de Abreu também é apresentado como uma “pegada” segura a se seguir<sup>138</sup>, ou seja, como um modelo positivo para a escrita da história. Capistrano, tal como Frei Vicente, Southey e João Ribeiro, já havia sido apontado por Bomfim como um desvio positivo da historiografia nacional, demonstrando, mais uma vez a afinidade de ideias entre o autor e o grupo de textos analisados.

Os nomes de Alberto Torres (1865-1917), e Farias Brito (1862-1917) são citados como grande espírito e mestre respectivamente, no entanto, por aparecerem em apenas uma citação, cada um em um texto, se constituem como exceções, ou melhor, como mentores ligados de forma direta aos autores que os mencionaram<sup>139</sup>.

Por fim, o que podemos notar é que são poucos os autores citados tanto como modelos negativos, quanto positivos. Os nomes ligados ao modelo negativo são apresentados como representantes de uma história oficial em defesa da monarquia, principal fonte de crítica do grupo de textos analisados, já os autores postos como modelos positivos são representantes de uma produção em que a preocupação está em formular uma História Nacional que represente as características fundamentais do povo brasileiro.

---

<sup>137</sup> <sup>137</sup> MAUL, Carlos. “O Brasil na História”: sugestões do último livro de Manoel Bomfim. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: 8 de março de 1931. p.17.

<sup>138</sup> Ibidem.

<sup>139</sup> Roquette Pinto se dirigiu a Alberto Torres como um “grande espírito”. Ver: ROQUETTE PINTO, E. O Brasil na América. **Diário Nacional**. São Paulo, 13 de setembro 1929. p. 3. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017 e Álvaro Bomilcar tratou Farias Brito como “mestre”. Ver: BOMILCAR, Álvaro. América Latina. **Gil Blas**. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1919. p.7 e 8. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

## 1.5. Temas para a História Nacional

A crítica à historiografia, empreendida pelo conjunto de textos analisados, evidencia a insatisfação com a abordagem de alguns temas da nossa história. A construção da história, em geral, é apontada como corrompida, mas alguns temas em especial são destacados por sua importância para o projeto de história defendido aqui. Os temas mais tratados são: os relacionados à história de Portugal e sua atividade em relação ao Brasil colônia, as origens heroicas do Brasil, a revolução de 1817, a questão da unidade nacional e do bandeirantismo, a Independência e a República e, por fim, tópicos relacionados à questão racial.

A seguir tratarei destes pontos, reunindo-os em grupos de temas que se relacionam de forma direta. Lembrando que todos os temas estão ligados de alguma forma, já que representam pontos importantes para o projeto de história defendido por Bomfim e corroborado pelas críticas selecionadas.

### 1.5.1. Brasil e Portugal

Uma discussão que surge de forma recorrente nos textos analisados é relacionada ao papel de Portugal na história do Brasil. A imagem de Portugal como um colonizador “ávido, mercantil, desumano, sempre disposto e pronto a abafar a ferro e fogo as nossas tendências de individualidade e de crescimento nacional e autônomo”<sup>140</sup>, é apontada por estas análises. No entanto, vemos também, em alguns casos, uma maior compreensão com os colonizadores portugueses:

[...] não contesto a exatidão do que esse mestre eminente observa. Limito-me a dizer que, do período colonial traríamos, vencesse quem vencesse no litígio pela posse do Brasil, o mesmo acervo melancólico de mazelas e gafeiras, do qual vamos tão devagar conseguindo convalescer. O que, porem, enche de esplendidas claridades tal volume, é a impaciência, que imunda e faz fremitar, de uma reação violenta e decisiva contra a herança moral dos colonizadores - herança que, estou certo, seria detestável sempre, fossem aqueles quais fossem<sup>141</sup>.

A afirmação de que, fossem quem fossem os colonizadores a herança seria a mesma, aparece como uma atenuação em relação ao português. No entanto, a noção de que ela teria

<sup>140</sup> RIBEIRO, João. Registro Literário. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 26 de março de 1931, p.12. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

<sup>141</sup> LIMA, Benjamim. A Leitura da Semana: um caso de emancipacionismo frenético em país que mentalmente se conserva colônia. O novo livro de Manoel Bomfim. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, 22 de março de 1931. p. 6. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

sido “detestável” continua. A leitura da herança portuguesa como uma das principais causas dos males do Brasil é um tema bastante recorrente nestes escritos, sendo parte fundamental do rompimento com a historiografia anterior.

Mas não foram somente os problemas de Portugal que o Brasil teria herdado. Seguindo as indicações de Bomfim, os textos analisados destacam a origem heroica de Portugal e a ligação do Brasil com esta origem:

E é, ainda, para ser justo que, agora, n’o “O Brasil na América”, vai buscar esse mesmo povo nas suas origens étnicas, traçando o quadro magistral de seu período áureo, descrevendo seu papel admirável, de arauto da Renascença, quando o resto da Europa dormia, ainda, obscuro e confuso, no lençol de trevas do dilúculo medieval<sup>142</sup>.

Ao abordar a relação entre Portugal e Brasil, a tese de Bomfim, seguida, em grande parte, pelo grupo de textos aqui analisados, aponta o desenvolvimento inicial sadio do Brasil, devido ao caráter heroico português. No entanto, a partir do que Bomfim chama de “degeneração”, a herança portuguesa teria se tornado um fardo à colônia que precisaria ter consciência dessa mesma herança para superá-la. Este é um ponto importante, pois ao invés de buscar uma conciliação com a historiografia pré-republicana, que exalta a colonização, grande parte das críticas rompe de forma intensa com essa produção, por isso tal tema ganha bastante importância neste contexto.

### 1.5.2. União Nacional

Outro tema de grande importância, para a construção do projeto aqui tratado, diz respeito ao que Bomfim chamou de “Idade Heroica” do Brasil, período que marca a expulsão de estrangeiros de terras brasileiras, representado principalmente pela expulsão holandesa.

[...] as demonstrações de uma vitalidade própria não tardaram a aparecer no Brasil, sob o domínio estrangeiro. E se elas já a impunha alguma espécie de sub-consciência, quando as Cruzes de Malta possuíam a nossa terra, irromperam subindo as convicções de prova plena quando os holandeses, vencendo os portugueses, foram vencidos por brasileiros<sup>143</sup>.

<sup>142</sup> CAMPO, Humberto de. **Vida Literária**. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 31 de julho de 1929, p.2. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

<sup>143</sup> LEMOS, Floriano de. O Brasil na História. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro: 9 de abril de 1931.p.2. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017. p.2.

Este tema é importante, pois destaca a força e união nacional, já que os brasileiros teriam se reunido para executar algo que os portugueses não conseguiram realizar, dando destaque desta forma, aos heroísmos nacionais.

A unificação nacional também teria sido fruto da coragem dos brasileiros e não derivaria da monarquia como a maior parte da historiografia apontava. Uma das críticas destaca esse ponto ao afirmar que Bomfim “demonstra como a unidade do Brasil não foi obra da monarquia, mas da solidariedade do próprio povo desde a era colonial, solidariedade por vezes embaraçada pelo sórdido interesse dos conquistadores.”<sup>144</sup>. O sentimento de união nacional, que teria proporcionado a “Idade Heroica”, também se manifestaria na *Revolução Pernambucana de 1817*, um dos movimentos mais importantes da nossa história segundo parte das críticas:

No excelente capítulo “A unidade era a união patriótica” vamos encontrar os fundamentos irrecusáveis de que já com a República de 1817 o que se patenteava no Brasil era o patriotismo irrefreável dos seus filhos que dispunham a defendê-lo, implícita e ostensivamente. E esse movimento dos “patriotas pernambucanos” (expressão desdenhosa dos carcereiros portugueses) vencedor, teria marcado, desde então, a vitória da Redenção do Brasil<sup>145</sup>.

Este movimento ganha destaque neste projeto, primeiro por ser um exemplo de manifestação das características nacionais defendidas por grande parte das críticas, e, em segundo lugar, por ter sido representado por autores como Varnhagen, não como uma manifestação nacional, e sim como anarquia. A busca é tornar um evento que para o tipo de historiografia que se combate foi algo negativo, em símbolo do poder e das características dos filhos da nação brasileira.

### 1.5.3. Independência e República

Os temas da Independência e da República também aparecem com frequência nas críticas, nelas percebemos um esforço de interpretação que busca ligá-los a continuidade da herança bragantina.

Na versão apresentada por Bomfim e apoiada por parte das críticas, a Independência aconteceria de forma natural, alicerçada nas lutas políticas empreendidas pelos brasileiros e

<sup>144</sup> RIBEIRO, João. Registro Literário. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 26 de março de 1931, p.12. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017. p.12.

<sup>145</sup> NETTO, Amorim. “O Brasil na História” – Manoel Bomfim. **A Esquerda**. Rio de Janeiro, 18 de março de 1931. p.3. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017. p. 3.

segundo seus critérios baseados na tradição nacional. No entanto, ao perceber este fato, a Coroa portuguesa teria tomado a independência para si, efetivando-a a partir de seus próprios critérios. Assim, a emancipação que deveria ser feita pelos brasileiros, foi tomada pela tradição bragantina que a concebeu como uma monarquia ao invés da república desejada pelos nacionais.

Todavia, não só a Independência teria sido realizada sob o domínio português, o controle de uma tradição alheia a nacional teria se estendido até a República.

E aqui nos ocorre lembrar que não só no dia dessa falhada Independência o Brasil se achava como um homem, saqueado e roubado, a quem levaram os ladrões a própria camisa... Ainda hoje, 100 anos volvidos, sob a influencia dos mesmos fatores de antanho, do mesmo parasita de outrora – que não é outro senão esse endeusado português – através de dois regimes diversos, o Brasil nos representa como um pobre mendigo, faminto, roto, quase nu, e comprometido para duas ou três gerações futuras<sup>146</sup>.

Nesta citação, vemos o quanto a construção da noção de que a Independência ocorreu sob o critério português e não nacional, teria gerado maus frutos até a República. Devido a continuação de uma tradição iniciada no Império, a República teria herdado “a praga maldita das oligarquias vorazes”<sup>147</sup>.

Esta herança teria se estendido até a nossa historiografia que deturpada teria produzido uma história em que tanto a Independência quanto a República são tomadas como pontos de virada em que se conquistou a autonomia nacional; e, por isso, a ela deveria ser revisada, retomando estes acontecimentos para que eles fossem transformados, revelando, assim, a verdadeira história a respeito destes temas.

#### 1.5.4. A questão racial

Outro tema fundamental para este conjunto de textos diz respeito à questão racial. Vimos no início deste capítulo o quanto alguns autores deram destaque a esta questão. A ideia de que os males do Brasil não se referem à raça, e sim a seu desenvolvimento histórico, é pedra basilar para a concepção de história exposta nestas críticas:

<sup>146</sup> BOMÍLCAR, Álvaro. América Latina. **Gil Blas**. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1919. p.7 e 8. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.p.7.

<sup>147</sup> PAULO FILHO, Manuel. O Brasil na História. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1931. p. 4. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

O que o povo mestiço fez em um século, depois que se livrou da exploração gananciosa que o garroteou durante trezentos anos, não é uma alegoria, nem uma flor de retórica...

Não há pior derrotismo do que o embuçado nos disfarces da antropologia literária, que encontra na tolice do “sangue ariano” – a salvação do seu país. É perigoso. É mau. Porque simplifica de modo grosseiro uma série de questões difíceis e, por isso, acaba seduzindo muita gente. Lei do menor esforço...<sup>148</sup>.

Ao destacar que os problemas nacionais não têm relação com o fato de o povo ser mestiço, estes pensadores abrem espaço para a conclusão de que os males nacionais não são intrínsecos a nação, o que encaminha a conclusão de que são, portanto, curáveis. Este ponto de vista contribui para o projeto de um país desenvolvido, livre deste atraso. Existiriam decisões a serem tomadas que poderiam alterar de fato a vida nacional; estas decisões não estariam ligadas a questões biológicas ou climáticas, e sim a questões políticas e culturais.

## 1.6. Eles e nós

A partir da (des)construção de Bomfim e seus interlocutores vemos a convivência de dois projetos historiográficos, de um lado, um que precisa ser desconstruído porque revela uma história do Brasil que estaria contaminada por uma tradição (bragantina) externa à nação e que, portanto, não se importaria com as reais necessidades do país. Esta história seria composta por “deturpações” dos principais temas e teria transformado os heroísmos nacionais a seu gosto, de forma que sua versão da história fosse privilegiada.

Por outro lado, temos a construção de uma história “verdadeiramente nacional”, preocupada em corrigir os erros da historiografia anterior e em dizer a verdade a partir do ponto de vista legitimamente nacional. Nesta visão da história, o povo brasileiro apresenta uma unidade fundamental que afirma sua inclinação (e sua luta) para ser livre, democrático e republicano. Esta identidade foi a base para a construção do projeto apresentado pelo conjunto de textos aqui tratados.

Este panorama foi construído por Bomfim e pelos artigos produzidos a partir da leitura de seus livros que, como vimos, não se deu de forma unânime e linear, já que as críticas apresentam alguns desvios e discordâncias, mas configuram um projeto para o Brasil a partir da revisão da escrita da História Nacional.

A outra história apresentada neste projeto é composta por quase toda a historiografia nacional, com as exceções que foram apontadas nesta tese; e nesta disputa, o principal ponto a

<sup>148</sup> ROQUETTE PINTO, E. O Brasil na América. **Diário Nacional**. São Paulo, 13 de setembro 1929. p. 3. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017. p. 3.

ser enfatizado é a função prática da história, já que ela deveria trazer a tradição nacional à tona. Tais conclusões levam boa parte destas críticas a considerar a obra de Bomfim como a primeira a conter, de fato, a História Nacional, a única capaz de cumprir todas as exigências do projeto e realizar uma síntese que apresentasse a “verdadeira História Nacional”.

Sendo assim, vemos que o projeto de História Nacional construído por Bomfim ganhou forte amparo na através das críticas analisadas, evidenciando o apelo que estas ideias encontravam na cultura histórica do período. Com isso em mente, a partir de agora buscarei analisar os textos produzidos pelos autores que compõem o grupo aqui formado, buscando verificar, em suas próprias produções, qual história construíram e almejaram para a Nação e como ela se associa ao projeto de Bomfim.



## 2. Um guia para a construção da História Nacional: pragmatismo, patriotismo e paixão.

[...] Toda nação tem o seu caráter, cuja expressão formal se encontra na respectiva história, registro de experiências e de motivos de confiança...Só aí, podemos achar o que nos explique o presente, e as virtualidades discerníveis do futuro.<sup>149</sup>

Como vimos no capítulo anterior, propagar o caráter nacional em sua respectiva “tradição” é função primordial dos que fazem história, segundo Bomfim. A História nacional deveria transmitir aos que a leem, aos cidadãos de uma nação, seu “caráter” e sua “tradição” de modo que a partir do registro de experiências surjam motivos de confiança que lhes explique o presente e tragam luz ao futuro. A busca por uma história que explique a nação e lhe apresente soluções é função fundamental do historiador para este pensador.

Sabemos que a elite intelectual brasileira em diversos momentos se pôs a missão de expor a “verdadeira face da nação”, revelar seus males e traçar soluções para o futuro.<sup>150</sup> As reivindicações de Manoel Bomfim e dos autores que o acompanham em tais exigências, podem ser entendidas como mais um esforço neste sentido, no entanto, como cabe a cada momento, este apresenta dilemas próprios.

O período entre o fim do século XIX e início do século XX é marcado por uma cultura histórica em que se destaca uma grande preocupação com a cientificidade da história que, como vimos no primeiro capítulo, trouxe empenho na aplicação de um método crítico para a produção da história ao mesmo tempo em que se clamava por uma síntese que cumprisse com a função de explicar a nação. Síntese essa entendida como uma generalização dos “fatos particulares” extraídos por meio dos procedimentos de análise inscritos na prática da erudição e da compilação.<sup>151</sup>

Pensadores da História Nacional passaram a reivindicar uma produção com características científicas que também proporcionassem uma unidade à história. Para tanto, buscava-se o auxílio do aparato conceitual da sociologia, “nova ciência” que apontava

<sup>149</sup> BOMFIM, Manoel. **O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930, p. 25.

<sup>150</sup> A geração de 1870, assim como os integrantes do movimento modernista de 1922, estão particularmente ligados à ideia de transformação e renovação na historiografia brasileira. Ver: LUCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a Nação.** São Paulo: UNESP, 1999.

<sup>151</sup> DETONI, Piero Di Cristo Carvalho. **A síntese como desafio historiográfico na Primeira República.** Pequenos estudos de caso. 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013, p. 17 e 22.

caminhos para a realização desta empreitada. Este nó consistia, portanto, na pretensão de conciliar uma análise histórica embasada em métodos científicos, como a crítica documental, a uma síntese explicativa que colaborasse para o entendimento do processo de formação da vida social. Uma articulação que contribuísse para a passagem de uma análise erudita-compilatória para a generalização sintética.

A querela travada no início do século XX, na França, entre o historiador Charles Seignobos (1854-1942) e o sociólogo e economista François Simiand (1836-1935) é emblemática a respeito da questão apontada acima. Este embate veio à tona com a publicação do texto de Simiand, *Méthode historique et science sociale*, em 1903 na *Revue de Synthèse Historique*<sup>152</sup>, fundada em 1900 e dirigida por Henri Berr (1863-1954), e colocou em xeque os procedimentos da investigação histórica. Simiand questionou a coluna central do método histórico fundado na pesquisa de eventos considerados singulares propondo em sua substituição o princípio sociológico do fato social, que apontava para a força própria dos fenômenos coletivos. Colocando, desta forma, o novo método aplicado pelos sociólogos e a tradicional metodologia histórica francesa em rota de colisão.<sup>153</sup>

O embaraço entre o método sociológico e o histórico ocasionou nas discussões acerca das produções históricas o impasse entre a produção de monografias, relacionadas diretamente ao método histórico e à investigação de eventos singulares, e a produção de sínteses explicativas, que com o auxílio do método sociológico se aproximava da investigação de fenômenos coletivos. No Brasil este impasse pode ser representado na figura de Capistrano de Abreu que em dois textos distintos, a respeito de Varnhagen, defendeu os dois pontos de vista.

A princípio no *Necrológio de Francisco de Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro* (1878) Capistrano, como vimos no capítulo anterior, clamava por um “arquiteto” que com a ajuda da sociologia produzisse a síntese da História Nacional, já no segundo momento no texto *Sobre Visconde de Porto Seguro* (1882) o pensador reivindica a produção de monografias, afirmando que só a partir da elaboração destes trabalhos se poderia escrever a História Nacional. Parte dos historiadores nacionais, seguindo as orientações de Capistrano, optou pela realização de monografias enquanto outros viam na síntese a solução para os problemas da História Nacional.

---

<sup>152</sup> SIMIAND, François. **Método Histórico e Ciência Social**. Tradução de José Leonardo do Nascimento. Bauru/SP: EDUSC, 2003, 118p.

<sup>153</sup> SILVA, Brunno Hoffmann Velloso. Encontros entre História e Sociologia: primeiros embates metodológicos na França. **História e Cultura**, Franca, v. 3, n. 3 [Especial], p.7-27, dez. 2014.

A produção de sínteses históricas se deparava, portanto, com o impasse entre a utilização do método e a necessidade de um fio condutor que guiasse a síntese explicativa a respeito da nação. Manoel Bomfim, assim como os outros pensadores analisados buscava conciliar o método a uma visão específica a respeito da história. Sua crítica à imparcialidade pode ser entendida como uma crítica ao impedimento das generalizações interpretativas que o método histórico impunha aos historiadores, por falta de um método científico, aceitável, que guiasse a interpretação da história, Bomfim apela para a paixão assumindo o ponto de vista do interesse comum do povo como forma de guiar a interpretação.

Desta forma, este desafio de explicar o Brasil a partir de aparatos científicos, elegendo a síntese ou a monografia foi enfrentado pelos autores analisados neste capítulo. No primeiro capítulo desta tese, pudemos observar o quanto o projeto de História Nacional proposto por Bomfim teve repercussão no período em que foram lançados seus livros. Vimos que diversos autores contribuíram para a construção de uma imagem positiva a respeito de Bomfim e de seu projeto. Assim, neste segundo capítulo, proponho observar mais a fundo alguns textos produzidos pelos autores das resenhas críticas apresentadas no primeiro capítulo e como tais textos enfrentaram o desafio de conciliar um método histórico e a produção de uma síntese explicativa para o Brasil.

Buscarei, portanto, a partir da leitura de textos chaves verificar como alguns autores que avaliaram positivamente, em vias gerais, o projeto de Bomfim, ou seja, concordavam com a necessidade de renovação da historiografia a partir da produção de uma síntese que explicasse o Brasil, pensavam a história, sua escrita, como pretendiam fazer história e como entendiam o papel da história e do historiador. Como articulavam as questões do período que implicaram na realização de uma síntese e como suas conclusões se articulavam ao projeto de Bomfim, dando destaque a um ponto fundamental para este projeto que diz respeito à questão da imparcialidade do historiador.

Bomfim e parte dos autores que analisaram seus textos apontam a busca pela imparcialidade como um grande problema para a escrita da História Nacional, já que esta exigência afastaria o autor de suas paixões atrapalhando, desta forma, a escrita de uma história verdadeiramente nacional. Este ponto é bastante polêmico, pois a busca pela verdade objetiva, imparcial e neutra sobre o passado era um dos pilares do método crítico histórico e sua contestação segue a objeção à boa parte da história escrita até então. Sendo assim, a questão da imparcialidade será analisada com bastante atenção, por representar um ponto chave deste projeto e suas intenções a respeito da produção da História Nacional.

Foram quatro os autores eleitos que, apesar de possuírem variações de pensamento marcadas por suas trajetórias particulares, por suas formações e leituras, produziram uma história afinada aos objetivos apresentados por Bomfim em seus livros em diversos aspectos como, as temáticas eleitas, a forma de tratá-las e as conclusões apresentadas.

Estes autores e seus respectivos textos foram selecionados por se dedicarem à construção de uma interpretação histórica a respeito do Brasil que nos permite entrar em contato com questões chaves, já apontadas nesta tese, de forma mais direta. Tais textos apresentam análises que buscaram investigar os problemas que assolam o país como é o caso de *A política no Brasil* de Álvaro Bomfílcar; se propuseram a examinar temas fundamentais da História Nacional, como *História da Independência* de Carlos Maul; e por fim se cultivaram a constituição de manuais escolares como *História do Brasil, curso superior* de João Ribeiro ou extensos estudos sobre nossa história como *História do Brasil, Ilustrada* de Rocha Pombo.

Apesar de terem produzido diversos livros, discursos, artigos de periódicos, etc., os escritos selecionados para compor o *corpus* documental deste capítulo representam os textos que possuem maior relevância em relação às questões levantadas por esta tese. Os textos foram eleitos, pois, na maioria dos casos<sup>154</sup>, compõem livros que buscam construir interpretações ou refletir a respeito da História Nacional. Os livros continuarão a ser analisados no terceiro capítulo e por isso esta escolha foi importante.<sup>155</sup>

Além de cumprirem as exigências citadas, os textos selecionados, podem ser considerados grandes êxitos de seus autores, já que repercutiram e ecoaram no período, muitas vezes abrindo importantes portas como foi o caso de Rocha Pombo e João Ribeiro, que por meio de seus textos passaram a integrar o quadro de sócios do IHGB.<sup>156</sup>

Os escritos analisados são prefácios, introduções, proêmios, instruções e discursos produzidos por Rocha Pombo, João Ribeiro, Álvaro Bomfílcar e Carlos Maul e eleitos por serem considerados ponto de observação a respeito do projeto historiográfico construído por estes pensadores.

---

<sup>154</sup> Digo isto, pois um dos textos analisados se trata de um discurso que a princípio não apresenta nenhuma relação direta com o livro analisado.

<sup>155</sup> No terceiro capítulo da tese estes mesmos livros são analisados com a intenção de verificar qual história foi construída, quais os principais temas abordados e como estas produções contribuíram para a composição de determinada visão a respeito da história nacional.

<sup>156</sup> Como veremos mais adiante, existem indícios de que os livros de Álvaro Bomfílcar e Carlos Maul, tiveram uma boa avaliação da crítica no período de seus lançamentos, no entanto, não existem estudos que comprovem que tais obras foram as de maior repercussão destes autores.

Segue uma tabela com os textos que serão analisados:

| <b>Título</b>                   | <b>Autor</b>    | <b>Localização</b>                                 | <b>Ano de Publicação</b> |
|---------------------------------|-----------------|--|--------------------------|
| Introdução                      | Rocha Pombo     | Compendio de História da América                   | 1898                     |
| A concepção moderna de História | Rocha Pombo     | História do Brasil Ilustrada                       | 1905                     |
| Introdução                      | João Ribeiro    | História do Brasil: curso superior                 | 1908                     |
| Discurso de posse no IHGB       | João Ribeiro    | Discurso proferido por ocasião do ingresso no IHGB | 1915                     |
| Introdução                      | Álvaro Bomílcar | A Política no Brasil ou o nacionalismo radical     | 1920                     |
| Proêmio                         | Carlos Maul     | História da Independência do Brasil                | 1921                     |

Vale destacar que o único texto que não se liga de forma direta a um livro, ou seja, que não é um prefácio, uma introdução ou um proêmio é o discurso de posse no IHGB de João Ribeiro. Apesar de não ter nenhuma ligação aparente com o livro selecionado, o texto pode ser entendido como um paratexto já que a aceitação de Ribeiro como sócio nos quadros do IHGB se deu através da análise deste mesmo livro, *História do Brasil*<sup>157</sup>. O livro teria, portanto, justificado o ingresso de Ribeiro no Instituto e garantido a realização do discurso. O que o torna um epitexto público que contribui para a presença desta obra na cultura histórica do período, já que os discursos de posse no IHGB podem ser vistos como fontes privilegiadas para compreender o que era entendido como saber e fazer histórico no Brasil.<sup>158</sup>

Sendo assim, propõe-se neste capítulo a observação mais detalhada de algumas ideias e pretensões, contidas nestes escritos, em relação a história e sua produção, tomando o autor como uma unidade temporária.<sup>159</sup> Para tanto, utilizarei textos que, assim como afirmou François Hartog a respeito dos prefácios analisados por ele em *A História de Homero a Santo*

<sup>157</sup> A eleição de novos membros da agremiação era realizada a partir da indicação de um nome e de uma obra a ser analisada. A partir desta indicação, uma comissão era formada para analisar a obra e produzir um parecer que indicaria a aceitação ou não do novo membro. GUIMARÃES, Lúcia Paschoal. **Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**. 1994. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

<sup>158</sup> Sobre a importância do IHGB como consagrador de discursos ver: GOMES, Angela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

<sup>159</sup> Questão discutida na introdução da tese.

*Agostinho*, podem nos ajudar, por sua dimensão prescritiva e reflexiva, a indicar as balizas e marcas a respeito do que estes textos apontam como sendo história neste momento.<sup>160</sup>

## 2.1. Uma discussão entre utilidade e método – Rocha Pombo

Ao produzir uma crítica acerca do livro *O Brasil na História* de Manoel Bomfim, Rocha Pombo (1857-1933), em 1931, elogiava o esforço de interpretação feito pelo autor e seu empenho em “[...] criar estímulos entre os contemporâneos para reagir contra os vícios e males da herança colonial dos últimos dois séculos”.<sup>161</sup> No entanto, a busca por uma síntese da História Nacional e por uma história que inspirasse os contemporâneos o preocupava muito antes disso. Já em 1904, no prefácio de *História do Brasil, Ilustrada*, Pombo reflete sobre a necessidade de produção de uma síntese para a história do Brasil e, antes disso, em seu livro *Compendio de História da América*, publicado em 1900, o autor se propõe a escrever uma obra que intencionava “[...] começando por ensinar nas escolas, nos clubes, nas associações, nas nossas festas cívicas, pela imprensa, pela tribuna, pelo livro, a história de nossa grande América, mais bela, mais edificante do que parece aos que lhe desconhecem [...]”<sup>162</sup>.

Podemos observar ao longo de sua carreira se repetir os objetivos expostos acima; através de compêndios para a educação ou de outros textos sobre história, Rocha Pombo fez grandes esforços no sentido de pensar os fatos históricos gerais da História Nacional.<sup>163</sup>

Apesar de já ter certo destaque em sua terra natal, Morretes no Paraná, como escritor de romances e poesia, professor e jornalista<sup>164</sup>, foi no Rio de Janeiro que Rocha Pombo<sup>165</sup> deu início à sua produção de cunho mais historiográfico, logo após a sua mudança, publicaria dois de seus principais textos pensando a história.

<sup>160</sup> HARTOG, François. **A história de Homero a Santo Agostinho**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 10-11.

<sup>161</sup> POMBO, Rocha. O professor M. Bomfim. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 02 julho de 1931.p.4. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

<sup>162</sup> POMBO, Rocha. **Compêndio de História da América**. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilá,1925. p. XIV.

<sup>163</sup> Além dos já citados, são exemplos de livros deste tipo: POMBO, Rocha. **História da America, para escolas primarias**. Rio de Janeiro: Garnier, 1903; **História do Brasil, Curso Superior**. São Paulo: Cayeiras: Rio: Recife: Cia. Melhoramentos de São Paulo, Irmãos Weiszflog incorporados, 1925; \_\_\_\_\_. **História do Brasil, para o ensino secundário**. São Paulo: Weiszflog, 1917. \_\_\_\_\_. **Nossa Pátria**: narração dos fatos da História do Brasil através da sua evolução. São Paulo: Weiszflog, 1917; \_\_\_\_\_. **História do Brasil, curso superior**. São Paulo: melhoramentos. 1925; \_\_\_\_\_. **História Universal**. São Paulo: Melhoramentos. 1932.

<sup>164</sup> Sobre a notoriedade da atuação de Rocha Pombo no Paraná ver: LUCCHESI, Fernanda. **A história como ideal**: reflexões sobre a obra de Jose Francisco da Rocha Pombo. São Paulo: USP, 2004.

<sup>165</sup> Rocha Pombo nasceu em 4 de dezembro de 1857, em Vila de Morretes, no Paraná e faleceu no Rio de Janeiro, aos 76 anos, em 26 de julho de 1933.

O primeiro deles foi publicado três anos após sua chegada à capital, *Compêndio de História da América (1900)*. Esta obra atesta sua importância por ter sido, juntamente com *O Paraná Centenário (1500-1900)*, ambas de 1900, uma das obras analisadas para a aceitação de Pombo nos quadros de sócios do IHGB. Além disso, esta mesma obra foi vencedora do primeiro concurso da Diretoria de Instrução Pública, com um parecer positivo de Manoel Bomfim.

O outro, *História do Brasil, Ilustrada*, obra publicada em dez tomos, de 1905 a 1917, foi o maior esforço historiográfico do autor e seu prefácio contém uma importante reflexão a respeito da natureza da história.

Tendo em vista, o lugar que tal sujeito ocupou na cena intelectual da Primeira República, neste tópico, pretendo tratar de dois momentos de Rocha Pombo, representados pelas duas obras citadas acima, abordando a relação entre a produção de uma interpretação e a aplicação do método científico. Como o autor concilia as duas coisas?

No primeiro momento, focaremos na análise da introdução do *Compêndio*, com destaque para a interessante trajetória da publicação. Nesta fase notamos maior interesse na produção de uma síntese interpretativa, em que os limites de imparcialidade impostos pelo método, são deixados em segundo plano; já no segundo momento, no prefácio de *História do Brasil*, podemos verificar a franca tentativa de conciliar as duas coisas, em que o autor busca alcançar uma aproximação mais intensa entre a história e a ciência.

Sendo assim, o que se pretende aqui é refletir a respeito de uma problemática importante para a perspectiva histórica do grupo de textos analisado e que os escritos de Rocha Pombo demonstram particular interesse: a relação entre a síntese interpretativa, que contribui para a produção de uma história prática, e o método, que auxilia na manutenção do critério histórico com destaque para o tratamento dado a noção de imparcialidade.

### **2.1.1. *Compêndio de História da América: por uma história que inspire***

O *Compêndio de História da América*, como já pôde ser notado, tem uma trajetória interessante, ganhador do concurso da *Diretoria Geral da Instrução Pública* em 1899, fruto do enfrentamento de um grupo liderado por Manoel Bomfim, que buscava uma ampliação nos estudos de história da América, foi o primeiro manual para ensino desta disciplina adotado no

país<sup>166</sup>. Além de ter sido uma das produções avaliadas para a entrada de Pombo no quadro de sócios do IHGB. Uma obra, portanto, importante para a posição do autor e fundamental para a discussão apresentada nesta tese, já que, através de sua análise poderemos contribuir para a discussão referente à relação entre síntese interpretativa, imparcialidade e utilidade da história.

*Compêndio de História da América* por se tratar de um texto didático possui um formato semelhante ao de uma síntese histórica, neste caso, da América. Na introdução, Rocha Pombo aponta que um compêndio didático deve apresentar uma síntese da história:

[...] a primeira qualidade de tal trabalho é a de pôr, ante os olhos de quem estuda, os fatos nas suas linhas gerais de modo que a variedade deles não faça esquecer nunca ao espírito do leitor a grande síntese em que esses fatos coincidem, ligam-se e como que se completam e se animam.<sup>167</sup>

Ainda na introdução do *Compêndio* fica claro o “ponto de vista” sobre o qual a obra foi produzida; nele se defende que as “invasões europeias [...] interromperam a continuidade da América aborígene” e assim “as raças americanas” teriam ficado “[...] reduzidas ao papel de simples modificadoras da civilização clássica para aqui transplantada”. Apesar deste papel reduzido, a “incontestável [...] influência, tanto na constituição étnica como no espírito da América histórica, figura como um dos mais notáveis fatores”<sup>168</sup>.

Outro elemento apontado como formador das características americanas diz respeito à maneira com que o europeu se estabeleceu na América: “O novo Mundo [...] tornou-se primeiro como uma **terra de promessa** para a alma humana [...] mais tarde, foi asilo geral de todas as aspirações que surgiam com a vitória definitiva da filosofia cristã, e o vasto e seguro refugio de todos os perseguidos pela tormenta revolucionaria.” Porém, o “inevitável” antagonismo entre os dois mundos foi se aprofundando em um “conflito impossível de disfarçar”<sup>169</sup>.

Após estas conclusões, o texto segue propondo que sem se entregar a uma política de guerra, a história aconselharia que ao mesmo tempo em que se abrem os braços fraternalmente para acolher os povos do mundo, se cultive e desenvolva “o espírito da pátria, a grande ideia americana”, um estímulo que dirigisse estes “povos irmãos” à solidariedade para a fundação de uma vida nova “[...] que recebe da história o que o passado fez de grande,

<sup>166</sup> BITTENCOURT, Circe. Ensino de História da América: reflexões sobre problemas de identidades. **Revista Eletrônica da Anphlac**. n. 4. p. 5-15. 2005. p. 8.

<sup>167</sup> POMBO, Rocha. **Compêndio de História da América**. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilá, 1925. p. XV

<sup>168</sup> POMBO, Rocha. **Compêndio de História da América**. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilá, 1925. p. XI, XII, XIII

<sup>169</sup> Ibidem, p. XI, XII, XIII. (grifo do autor)



e funda no amor e na justiça, no dever e no direito, que constituem a plenitude da existência moral, o desenvolvimento desse augusto patrimônio”.<sup>170</sup>

A política de expansão das grandes potências entraria em conflito com “os interesses, os direitos” e até mesmo com a “própria soberania” das nacionalidades americanas. Esta visão a respeito da história americana aponta para a necessidade de um sentido prático para a obra, um sentido que propõe uma ação:

Esse sentimento da união americana há de dar-nos mesmo uma feição nova ao nosso civismo, ao nosso amor da liberdade, ao nosso espírito de pátria – apanágios das democracias que aqui se levantam. Agitar as multidões com esta vasta aspiração: e sobretudo, começar nas escolas a acender na alma da mocidade esta nova centelha de paixão, sacrossanta e humana, que virá a ser como um novo espírito a exaltar-nos no avanço incessante para o futuro – eis aí o que estão reclamando os nossos destinos.<sup>171</sup>

Temos aqui uma proposta de ação que visa modificar espíritos e mudar destinos. Esta proposta de história e de futuro para a nação agradou muito a Manoel Bomfim, que em seu parecer favorável ao texto destacou tal conformidade de ideias. A interpretação baseada em um ponto de vista que traria à tona a verdadeira História Nacional e provocaria ação é um ponto bastante importante para a visão de história presente no grupo de textos analisado nesta tese.

No parecer a respeito do *Compêndio*, assinado por Bomfim, a ênfase dada ao estilo “apaixonado” adotado no texto, se liga à busca por um sentido interpretativo para a História Nacional, já que, apenas com a adoção de um ponto de vista claro a “verdade” poderia ser alcançada. Para Bomfim:

O estilo é geralmente vigoroso, e, longe de gerar essa apatia ou fastio que sentimos diante do comum das histórias modernas, chega a impressionar e comover. O autor é um espírito apaixonado. [...] O escritor se manifesta sempre o mesmo espírito devorado pelo amor da justiça, abrasado pelos grandes ideais de solidariedade e de progresso, e é sobre isto que se assenta a orientação filosófica do seu trabalho. [...] não se limita a contar: interessando-se pelos acontecimentos, ele os analisa, discute-os, aponta as causas e condena, sem restrições, aquilo que lhe parece iníquo e retrógrado.<sup>172</sup>

O elogio de Bomfim se direciona a uma história animada por um estilo vigoroso e um espírito apaixonado. Sabemos, que para este autor, a paixão é um requisito muito importante

---

<sup>170</sup> Ibidem, p. XIII

<sup>171</sup> Ibidem, p.XIV.

<sup>172</sup> BOMFIM, Manoel. Parecer do concurso para a escolha de compêndio sobre a História da América... In: POMBO, Rocha. **Compêndio de História da América**. Rio de Janeiro: Laemmert & c., 1900. p. IX.

para a escrita da história e que a isenção provoca uma história apática e, muitas vezes, mentirosa e imoral. Para Bomfim, portanto, este compêndio, apresenta uma composição orientada pelos critérios corretos de escrita da história, priorizando a parte útil desta produção destacando os ideais de justiça, solidariedade e progresso. As reflexões sobre imparcialidade são tratadas com ainda mais destaque no trecho seguinte do parecer:

Sei que muitos condenam um tal ardor numa obra de história, principalmente se ela se dedica às escolas; sei que se considera indispensável uma história calma, fria, imparcial... Isto equivale a exigir o impossível. Nenhum historiador é verdadeiramente imparcial. Seria preciso supor o homem destituído de sentimentos. Essa imparcialidade ele pode simulá-la quanto à exposição, evitando cuidadosamente os comentários e os juízos, tanto sobre os acontecimentos como sobre os homens. Por vezes, esse esforço significa, de fato, o desejo de ser justo, mas, comumente, isto não passa de um artifício para conquistar o ânimo do leitor. Nesse caso é preferível um escritor que seja franco e sincero, e deixe ver logo qual o seu critério, desde que ele não proceda com *parti-pris*, desde que não seja capaz de sacrificar a verdade a preocupações pessoais.<sup>173</sup>

Ao realizar uma contundente crítica à historiografia e à ideia de imparcialidade que iria se confirmar em suas obras, principalmente em *O Brasil na História (1931)*, Bomfim demonstra sua insatisfação com um tipo de “história calma, fria e imparcial” e clama por mudanças, neste caso, representada pela obra de Pombo.

Além da aprovação em relação ao objetivo da história e a forma com que ela deveria ser produzida, Bomfim ainda manifesta concordância com as conclusões, ou melhor, com os usos do passado elaborados na introdução do *Compêndio*, e afirma que reflexões contidas em *América Latina: males de origem* já teriam se manifestado no parecer a respeito da obra:

Essas mesmas, agora desenvolvidas, já as apresentei, em parte, resumidamente num parecer, prefácio à excelente *História da América*, livro didático do sr. Rocha Pombo, parecer que deriva justamente dessa preocupação, já antiga.<sup>174</sup>

E continua a aproximar suas ideias das conclusões apresentadas no texto, destacando principalmente a herança colonial como o grande mal do Brasil.

É momento, aqui, de dizer o prazer que senti ao verificar que o escritor (único a apresentar-se) cujo livro relatei, se bem que estudasse apenas os fatos históricos, e do ponto de vista didático, chegara a essa conclusão: que os males atuais da América Latina não são mais que o peso de um passado

<sup>173</sup> Ibidem, p. XVI.

<sup>174</sup> BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005. p. 37.

funesto, conclusão que ora demonstro e documento, quando estudo os efeitos do *parasitismo das metrópoles*, a que já me referia no *parecer*.<sup>175</sup>

Apesar da aprovação de Bomfim, da conquista do prêmio e da utilização do *Compêndio* como livro escolar, cabe destacar que esta interpretação da história estava em disputa, encontrava-se em franca tensão com a interpretação vigente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e foi explicitamente combatida no parecer de admissão do novo sócio Rocha Pombo em 1900:

Na parte relativa ao Brasil, o autor, historiando os acontecimentos da Independência, expressa-se nos seguintes termos: O Império foi um verdadeiro prolongamento da colônia sob o ponto de vista social e político. No Brasil, portanto, a reação contra o sistema colonial só começou francamente em 1889 – A comissão não pode absolutamente concordar com esta proposição tão contrária à verdade histórica e à máscula energia patriótica, de que deram provas a gloriosa geração da independência e as que se lhe seguiram.<sup>176</sup>

A Comissão de Admissão de Sócios composta por M. A. Galvão e Barão Homem de Melo e tendo como relator o Conselheiro Sousa Ferreira manifesta a desaprovação acerca da interpretação sobre um tema bastante importante da História Nacional. O livro de Pombo manifesta a crença de que a Independência não teria ocasionado grandes mudanças sociais e políticas para o Brasil. Esta ideia, defendida também em textos de Bomfim, diz respeito à herança colonial que teria se estendido de forma mais clara até a proclamação da República. A comissão avaliadora do IHGB não admite tal ideia; para ela, a Independência seria um marco patriótico na História Nacional no qual o povo firmou sua “[...] emancipação política com a mais altiva consciência de seus direitos e com a mais decidida resolução e firmeza [...]”<sup>177</sup>.

Esta contenda pelo passado nacional aponta duas interpretações distintas de nossa história pátria. Em escritos de Pombo e Bomfim, a Independência, feita com o Império, foi imposta ao povo brasileiro; já no parecer apresentado pela comissão de avaliação do IHGB, o Império foi eleito de forma consciente pelo povo.

O parecer afirma que tais conclusões de Pombo se fazem contrárias à “verdade histórica”, vetando, desta forma, esta versão da história que estaria em disputa com outra, esta sim, defendida pelo IHGB. Tal veto, no entanto, não impediu a aprovação de Pombo nos quadros do Instituto e a comissão declarou:

<sup>175</sup> Ibidem, p. 37. (nota de rodapé)

<sup>176</sup> **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, (64), Parte II, 1900. p. 453.

<sup>177</sup> Ibidem, p.453.

feita esta ressalva imposta pelo sagrado respeito e pelo mesmo sentimento de responsabilidade que nestes assuntos corre a este Instituto, é grato à Comissão declarar que, na compêndiosa obra do sr. Rocha Pombo, encontra-se um grande cabedal de pesquisas históricas e valiosos subsídios para a história do nosso continente, a par de muita erudição por parte de seu autor.<sup>178</sup>

O *Compêndio de História da América* representa o esforço de realização de uma síntese interpretativa formulada a partir de um ponto de vista que busca um sentimento de “união americana”. Estas ideias estão em total confluência com as apresentadas por Bomfim em suas obras futuras; no entanto, notamos um veto claro do parecer apresentado pelo IHGB, evidenciando uma contenda em relação à interpretação da História Nacional. Neste trabalho, Pombo, portanto, sublinha a utilidade de sua obra, buscando apontar um caminho interpretativo para a história da América em que busca agitar em seus leitores<sup>179</sup> os ideais de justiça, solidariedade e progresso.

### 2.1.2. *História do Brasil, Ilustrada: por uma história científica*

Após a produção do *Compendio de História da América*, Pombo se dedicou a elaboração de um novo projeto a *História do Brasil, Ilustrada* escrita e publicada em dez tomos entre os anos de 1905 a 1917. Esta grande obra não teria despertado grande interesse do público, além de ter gozado de uma péssima avaliação da crítica, dependendo apenas do empenho de seu autor e do editor, Benjamim de Aguiar, para que a edição fosse levada até o final.

Apesar da infeliz repercussão, a crítica, com o tempo, lhe teria atribuído o “mérito” de ser um celeiro de informações históricas muito consultado em bibliotecas<sup>180</sup> e ganharia ainda mais duas reedições; a primeira, em 1922, tiragem comemorativa pela Independência resumida em três tomos; e a segunda, baseada na de 1922, com acréscimos de Hélio Viana e publicada entre 1935 e 1967, a mais lida e conhecida entre todas as edições.<sup>181</sup>

---

<sup>178</sup> Ibidem, p.454.

<sup>179</sup> Lembrando que a obra venceu o concurso promovido pela Diretoria de Instrução Pública que buscava difundir o estudo de História da América no ensino primário, assim o livro seria utilizado na Escola Normal, dedicada a formação de professores das escolas primárias. Ver: BITTENCOURT, Circe. Op. cit. p. 8.

<sup>180</sup> SANTOS, Ivan Norberto dos. **A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República.** Dissertação de mestrado em História. Rio de Janeiro: Ufrj, 2009.p. 106 a 111.

<sup>181</sup> Ibidem, p. 112.

O que mais nos importa neste momento, no entanto, é seu prefácio intitulado “A concepção moderna da História”<sup>182</sup>. Se no prefácio de *Compêndio* ficou claro que o livro era um esforço de síntese baseada em um “ponto de vista”, aqui a questão da síntese (de forma bem mais explícita) também é um ponto relevante. No entanto, o tema da interpretação ganha maior complexidade, já que o texto se propõe a discutir sobre a cientificidade da história. “Será a história uma ciência?”<sup>183</sup> é a questão chave do prefácio.

Para tanto, Pombo se apoia em algumas questões levantadas por Henry Thomas Buckle (1822-1862)<sup>184</sup> em seu livro *História da Civilização na Inglaterra*. Ao iniciar a discussão o autor pergunta se a história poderia ou não ser considerada uma ciência, a solução apresentada é não ser possível preferir uma resposta à outra; no entanto, argumenta que, se já falam em uma ciência social, também se poderia pensar em “fundar” a história que nada mais seria do que a generalização desta ciência social.

Mas, afinal, o que seria tal ciência social? O texto defende que, “ordenar os fenômenos que se manifestam nos agrupamentos humanos isolados” e “sistematizar fatos relativos à vida e ao desenvolvimento de uma nação”, seriam procedimentos já executáveis formadores desta ciência social que a partir de tais procedimentos demonstrariam suas leis, sendo muitas já conhecidas. Assim, as leis históricas seriam compostas a partir de um “estudo comparativo das leis que regem a sociedade”.<sup>185</sup>

---

<sup>182</sup> Este texto foi analisado em: SANTOS, Ivan Norberto dos. **A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República**. Dissertação de mestrado em História. Rio de Janeiro: Ufrj, 2009.; DETONI, Piero Di Cristo Carvalho. **A síntese como desafio historiográfico na Primeira República**. Pequenos estudos de caso. 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013.

<sup>183</sup> Tal questão também foi formulada e respondida por Pedro Lessa em sua introdução ao livro *História da Civilização na Inglaterra*, de Buckle, também citado aqui por Pombo. Para uma discussão a respeito deste prefácio, que mais tarde seria publicado na revista do IHGB com o nome *Reflexões sobre o conceito de história*, ver: GOMES, Angela de Castro. Pedro Lessa: reflexões sobre o conceito de história. In: NICOLAZZI, Fernando. **História e Historiadores no Brasil: no fim do Império ao alvorecer da República-c.1870-1940**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015; MENONCELLO, Aline Michelini. **Pedro Lessa, um juiz-historiador: nação, patriotismo e raça**. 2016, 133f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016.

<sup>184</sup> Henry Thomas Buckle era filho de comerciantes ingleses, autodidata se dedicou ao estudo histórico, teve contato com o utilitarismo de John Stuart Mill (1806-1873) e como positivismo de Comte (1798-1857). Em 1840, teria iniciado a preparação de sua grande obra *História da Civilização na Inglaterra* com apenas dois volumes publicados em 1857 e 1861, respectivamente. Baseado uma linguagem cientificista com um forte determinismo sua obra manifesta a busca por uma “ciência social” de leis impessoais e eternas, tal esforço teve grande repercussão no Brasil, tendo sido lido por Silvio Romero, Euclides da Cunha Areripe Jr., Capistrano de Abreu, etc. Ver: ARAUJO, Valdeci. Henry Thomas Buckle (1822-1862). In: MARTINS, Estevão Rezende (org.). **A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 217-225.

<sup>185</sup> POMBO, Rocha. “A concepção moderna da história”. In: \_\_\_\_\_. **História do Brasil, ilustrada**. vol. I. Parte primeira: O descobrimento; Parte segunda: A terra. Rio de Janeiro: J. F. Saraiva editor, 1905.

A partir de tais observações o autor conclui: “Se estas leis já estão conhecidas, é fácil de conceber, como entende Buckle, que a constituição da ciência da história só espera agora pelo talento de grandes filósofos, pelo esforço e capacidade de generalização de homens de gênio que tomem a si essa tarefa”.<sup>186</sup> Ou seja, a constituição da história como ciência só aguardaria, no momento em que Pombo escreve um grande talento que realizasse sua síntese para ser concebida, desejo já exprimido por Capistrano de Abreu.<sup>187</sup>

Além da dedução de leis históricas a partir de leis sociais o autor destaca que algumas leis poderiam ser inferidas, com ainda mais precisão do que as leis sociais, dos documentos históricos, da “vasta documentação” já recolhida. Assim, entende-se que as “leis históricas” poderiam ser extraídas de duas formas: a partir de um estudo comparativo com as leis que regem a sociedade ou a partir da documentação histórica já levantada.

As leis históricas seriam, portanto, diferentes das leis sociais e para comprovar tal concepção, o autor apresenta como exemplo de lei histórica a noção de progresso. Esta não seria uma lei social pois existiram sociedades que “[...] deixaram de progredir, que se dissolveram ou que, chegadas a certa fase da sua existência, passaram a sofrer modificação regressiva até extinguir-se.”<sup>188</sup> No entanto, pouco importaria que povos e nações sucumbissem, nada disso infringiria a lei suprema apontada pela história, já que:

Do mesmo modo que ninguém se lembraria de negar a gravidade só porque um pedaço de papel cai mais lentamente que um pedaço de chumbo – não é possível a um homem de razão contestar o desenvolvimento contínuo do espírito humano só porque um povo cessou de desenvolver-se e outro se desenvolve incompletamente.<sup>189</sup>

O progresso é assim entendido como uma lei inegável. Tal conclusão apontaria uma nova tarefa aos historiadores: encontrar as demais leis históricas que serviriam para guiar a grande síntese. Essa tarefa não seria nada simples levando em consideração a aparente “desordem” e “fortuidade” que faz com que tudo pareça “eventual na vida dos povos”.<sup>190</sup>

Analisar uma sociedade de perto, em seus detalhes levaria a comprovação das diferenças e variedades de “instituições, de costumes, de maneiras, de direito, de moral, de religião e até

---

<sup>186</sup> Ibidem.

<sup>187</sup> Tal desejo pela produção da grande síntese da história nacional já foi abordado no primeiro capítulo desta tese.

<sup>188</sup> POMBO, Rocha. “A concepção moderna da história”. In: \_\_\_\_\_. **História do Brasil, ilustrada**. vol. I. Parte primeira: O descobrimento; Parte segunda: A terra. Rio de Janeiro: J. F. Saraiva editor, 1905.

<sup>189</sup> Ibidem.

<sup>190</sup> Ibidem.

de temperamento, de índole, de tendências”<sup>191</sup>; no entanto, se a observação passasse a ser do conjunto dos fatos tais diferenças desapareceriam cada vez mais.

Pombo compara o trabalho do historiador ao de um botânico que, ao observar a flora de uma determinada zona, encontra uma variedade tão grande de indivíduos que lhe parece impossível classificá-los; entretanto quanto maior se torna sua zona de estudos, mais padrões vão aparecendo. O historiador, como o naturalista, só poderia, até então, registrar os fatos para que posteriormente, com a análise destes dados, pudessem compreender que assim como a natureza a história tem suas leis. Pombo indica, desta forma, que a ciência da história só poderia ser criada no momento em que ele está escrevendo, pois só então os dados teriam sido coletados de forma suficiente para se concluir as leis que regeriam tal ciência.

Ao afirmar a ideia de história em que as leis seriam a base para a formulação de seu movimento a exposição chega a conclusões ainda mais duras: “Discutimos hoje um problema de história como se discute um problema de mecânica ou de física”. Esta rigidez com que a história é compreendida no texto coopera para a conclusão de que a observação de leis poderia contribuir até mesmo para “explicar o futuro pelo presente” e servir para “saber para onde vai uma época”, além de já cumprir a função fundamental de “servir de lições aos vindouros”.<sup>192</sup>

Neste prefácio, Pombo apresenta, portanto, uma noção de cientificidade da história, a partir da adoção de ideias de Buckle, o que contribui para a aceitação da possibilidade de produção de uma história imparcial, já que a “direção dos acontecimentos” deveria ser apontada pelas leis históricas. Assim, a concepção apresentada no prefácio de *Compêndio*, e muito elogiada por Bomfim, de que a narrativa deveria ser guiada por um “ponto de vista”, é substituída pela visão mais “científica” de uma história guiada por leis.

Outro ponto importante apontado no prefácio é a distinção entre antigos e modernos. Desde o título do prefácio seu autor aponta a relevância desta diferença, e, em seu texto, busca se distanciar dos primeiros e se filiar aos segundos. Assim, história:

Para os antigos, consistia ela no registro dos grandes acontecimentos, sobretudo da ordem política; das façanhas militares, das ações dos príncipes e dos heróis – no intuito de que tais fatos “se não apagassem da memória dos homens”. Para os modernos, consiste a tarefa do historiador em apanhar, cada vez com mais precisão e o mais nitidamente possível, as relações entre os fatos humanos, para sabermos, cada vez melhor e com mais segurança, em que sentido eles se vão desdobrando.<sup>193</sup>

---

<sup>191</sup> Ibidem.

<sup>192</sup> Ibidem.

<sup>193</sup> Ibidem.

Aqui, mais uma vez é destacada a necessidade de apreensão do “sentido” em que os fatos humanos se desdobram. Os modernos, portanto, se dedicariam a esta busca que se mostra fundamental para seu conceito de história. Historiadores que se “limitam a narrar os acontecimentos” sem se importar em saber de “que maneira eles se ligam uns aos outros”, estariam partindo de um “ponto de vista estreito” que não serviria à história.

Pombo apresenta, portanto, a partir deste conceito de história qual o seu objetivo com a produção desta obra. Fica claro que não se pretende realizar uma “história da civilização no Brasil”, pois faltaria ao autor “conhecimentos especiais” e “material” para tal empreitada; o que busca é muito menos pretencioso, é:

[...] consubstanciar elementos para o historiador futuro e, portanto, **fazer apenas um pouco mais que a simples crônica**, porque há de ser uma **condensação de crônicas e monografias**, de tudo em suma que tem de ser estofo histórico da obra de amanhã.<sup>194</sup>

A intenção de fazer um “pouco mais do que a simples crônica”, condensando os fatos, no entanto, ainda remete à noção de transmitir uma ideia geral sobre o sentido de algo, e é neste ponto que Pombo não se explica. O autor acredita que ainda não estaria fazendo história a partir do “conceito atual de ciência histórica”, e sim realizando algo entre a crônica e a síntese da História Nacional, que ainda estaria por ser feita; ou seja, pretendia ainda, assim como o enunciado por Capistrano de Abreu, reunir material para o historiador futuro.

A ideia de condensar ou resumir crônicas sugere a utilização de uma ideia geral a ser seguida e o autor nos dá algumas pistas sobre tal ideia. À princípio afirma que ainda não teríamos uma história, pois somente estaríamos “reagindo contra os males e vícios do regime colonial”; conclusão já apresentada no prefácio do *Compêndio* e aqui repetida, o que nos leva a crer que alguns de seus “pontos de vistas” lá apresentados podem se aqui repetidos.<sup>195</sup>

Aponta, também, que pretende “[...] estudar, fazer análises, fazer se nos permite o termo – uma dissecação rigorosa e científica dos elementos que lhe forneceremos para a nossa psicologia”; no entanto, não pretende com isso limitar-se “apenas a narrar secamente e sem alma a variedade de sucessos de que se trará” pelo contrário busca “apanhar a diretriz dos acontecimentos, medir, entender, ponderar o valor e a significação dos fatos, de forma a sugerir ao menos ao construtor que vier alguma coisa que o “orienta”, mas tudo com “muita

---

<sup>194</sup> Ibidem. Grifo meu.

<sup>195</sup> No próximo capítulo da tese esta questão será em parte respondida.



sinceridade à plena isenção de animo, sem nos mostrarmos preocupados do pensamento de fazer história onde a história não pode ainda ser feita”.<sup>196</sup>

Estas afirmações nos apontam para a tentativa de equilíbrio entre o rigor científico e uma interpretação dos fatos que traga sentido a eles. Como vimos, num primeiro momento, Pombo se dedicou a uma história de forte cunho político em que expôs um “ponto de vista” claro apresentado com paixão. Neste momento, a noção de imparcialidade não parecia ser algo a ser alcançado, pois uma história com “ponto de vista” implica no entendimento da existência de outros “pontos de vista” que a mesma poderia ser escrita. Já em seu segundo momento o autor buscará se aproximar de uma história mais científica através de sua relação com as “leis sociais” e “leis históricas” levando à compreensão de que a história apresenta apenas uma versão correta e esta estaria embasada por estas mesmas leis, assim o ponto de vista do autor não interferiria mais em sua concepção de história, tornando sua imparcialidade possível.<sup>197</sup>

Pombo, portanto, é um autor complexo que oscila em seus textos, entre uma noção de história que apresenta uma intenção prática ligada a fins políticos e que assume a paixão, se aproximando de questões defendidas por Manoel Bomfim – como o apresentado no *Compêndio de História da América* – e outra que tem como questão principal a defesa da cientificidade da história, como o apresentado em *História do Brasil, Ilustrada*.

Esta tensão entre a eleição clara de um ponto de vista e a defesa de uma história produzida a partir de leis, não o impede de continuar defendendo a síntese como principal forma de se produzir a História Nacional. Pombo reivindica a produção de monografias, mas a partir de uma orientação geral, que neste caso seria a busca por um sentido nas leis, diferentemente de Capistrano de Abreu, que apesar de também desejar a princípio a produção de uma síntese e mais tarde apontar a necessidade da produção de monografias, se afasta desta noção científica que busca nas leis um sentido para a história.

Apesar desta tensão entre a primeira forma de ver a história, que busca uma síntese baseada em um pragmatismo e a segunda que aguarda a produção de monografias para a realização da grande síntese, destacamos nos escritos de Pombo, a vinculação à ideia geral e a busca constante por uma história que explique o Brasil, mesmo que almeje a cientificidade.

---

<sup>196</sup> Ibidem, p. 204

<sup>197</sup> Ivan Noberto dos Santos em sua dissertação a respeito de Rocha Pombo entende a passagem do primeiro prefácio para o segundo como a passagem de uma historiografia amadora para uma historiografia profissional. Ver: SANTOS, Ivan Norberto dos. **A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República**. Dissertação de mestrado em História. Rio de Janeiro: Ufrj, 2009

## 2.2 - A “nova síntese” e a ética do presente - João Ribeiro

Em 1931, João Ribeiro (1860-1934) ao criticar *O Brasil na História* de Manoel Bomfim o classifica como um “longo panfleto político e histórico”, no entanto, também o compreende como um livro “de crítica e educação”, “tendencioso” já que na “[...] grande contingência e no tumulto dos acontecimentos é sempre possível escrever o *pró e contra* acumulando a seu favor os materiais do proveito e da evidência”, e completa com um elogio ao afirmar que para atingir o “grau de eloquência” da obra “[...] seria necessária não só erudição metódica do autor e ainda convicção e o temperamento de um filósofo como ele o é em toda plenitude.”<sup>198</sup>

As características tanto negativas quanto positivas apontadas por Ribeiro evidenciam a complexidade que determinadas questões manifestavam para este autor. A ideia de que o texto de Bomfim é panfletário e tendencioso, mas, ao mesmo tempo, eloquente, crítico, educativo e filosófico e, ainda, a afirmação da erudição metódica que pode “no tumulto dos acontecimentos” gerar evidências “pró ou contra” determinados argumentos, podem indicar como as regras da disciplina histórica estavam em disputa no momento.

João Ribeiro, ao chegar ao Rio de Janeiro em 1881, ficou conhecido como filólogo, poeta e colaborador de diversos periódicos (alguns republicanos e abolicionistas), isso com a ajuda de Sílvio Romero que publicaria um elogioso artigo sobre seu livro de poesia intitulado *Idílios Modernos*. Mais tarde, já como um pensador consagrado que pertencia tanto aos quadros do colégio Dom Pedro II (1887) quanto à Academia Brasileira de Letras (1898), passou a ser reconhecido como historiador, a partir da publicação de seu principal livro na área: *História do Brasil*, lançado em 1900, no contexto das comemorações do descobrimento do Brasil.

*História do Brasil* é um manual escolar e ganhou tanto destaque que foi a obra analisada pela comissão de admissão de sócios do IHGB, admissão esta ocorrida no ano de 1913. Além, deste livro, o autor ainda produziria diversas obras direcionadas ao público escolar, entre suas principais produções deste gênero estão: *História Antiga* (1892); *História do Brasil* (1900), *História Universal* (1918) e *História da Civilização* (1932).<sup>199</sup>

Tendo em vista o lugar ocupado por este pensador no momento da publicação de seus textos, pretendo abordar dois textos produzidos em momentos diferentes. No primeiro momento tratarei do prefácio de *História do Brasil, curso superior* escrito em 1900 e reescrito em 1908, nele será possível verificar como Ribeiro entendia que a história do Brasil deveria

<sup>198</sup> RIBEIRO, João. “Manoel Bomfim: O Brasil na História”. **Registro Literário**. Rio de Janeiro, 26 de março de 1931. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017. p. 12.

<sup>199</sup> HANSEN, Patrícia Santos. **Feições e Fisionomia: a história do Brasil de João Ribeiro**. Rio de Janeiro: Access, 2000. p. 39.

ser escrita e com quais ferramentas. Já no segundo momento abordarei a consequência da produção deste livro através da análise de seu discurso de posse no IHGB pronunciado no ano de 1915, sete anos após a reescrita do prefácio.

O que se pretende, portanto, é compreender por meio destes dois momentos importantes da trajetória de Ribeiro, como a história foi pensada e escrita por ele, como foi construído em seus escritos o papel da história e do historiador e o quão suas contribuições se aproximam e se ligam ao “projeto” proposto por Bomfim.

### **2.2.1. *História do Brasil, curso superior: por uma história interna do Brasil***

*História do Brasil*, publicado originalmente em 1900 e destinado ao público escolar, foi um grande sucesso junto à crítica e pode ser considerado o principal livro de João Ribeiro voltado para a escrita da história. Em sua 1ª edição, o livro se chamava *História do Brasil adaptada ao Ensino Primário e Secundário*, no entanto, no mesmo ano foi desmembrado em três versões: uma para o curso primário, uma para o curso médio e outra, a que teve maior repercussão, para o ensino superior. Esta última versão contou com diversas edições chegando até a 19ª no ano de 1966.

Em 1908, para a 3ª edição, Ribeiro realizou algumas adaptações na introdução<sup>200</sup> do livro inserindo trechos que repercutem o grande sucesso que a obra alcançou. Utilizarei uma edição posterior aos ajustes, exatamente por conter tais inserções, procurando, a partir deste prefácio apontar a forma com que Ribeiro buscou apresentar sua obra.

Algum tempo após o lançamento do livro, já com seu sucesso confirmado, em 1913, alguns sócios<sup>201</sup> do IHGB propuseram o nome de João Ribeiro para Comissão de Admissão de Sócios e indicaram *História do Brasil* como obra a ser avaliada para sua entrada como sócio efetivo da agremiação. No parecer de admissão aprovado unanimemente em setembro de 1913 temos a impressão da comissão a respeito da obra que destaca características importantes da mesma.

Logo no início do texto, a comissão salienta as extensas qualidades do autor que é visto como “um dos mais vastos e mais fecundos espíritos do Brasil atual”, é apresentado ainda como filólogo, erudito, folclorista, poeta, prosador, crítico literário e por fim pianista e pintor,

<sup>200</sup> O autor manteve grande parte do texto da 1ª edição, destacando, no entanto, o grau de inovação contido na obra.

<sup>201</sup> Eram eles Max Fleuss, Pedro Souto Maior, Luiz Gualberto, Norival Soares de Freitas, Roquette Pinto, Manuel Cícero Raul Tavares e Homero Baptista. Ver: ATAS das sessões realizadas em 1913. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. LXXVI, parte II, (1913), 1914.p. 601-602.

tudo com os mais altos louvores. Quando se dedicam ao historiador o elogio se direciona ao manual “em que o espírito se ergue das minúcias fatigantes da crônica e abrange os fatos em uma generalização”, tal espírito conduziria o povo brasileiro para a constituição de uma nacionalidade e para incorporar-se, conscientemente ao quadro da civilização ocidental”.<sup>202</sup> Os relatores apontam, portanto, sua predileção em relação a produção de uma história que elege a generalização que orienta, em detrimento da crônica que apresentaria apenas minúcias sem importância.

Os pareceristas destacam ainda que a obra analisada seria realizada por caminhos novos “por uma concepção científica das vidas dos povos”. Esta concepção estaria ligada a ordenação lógica dos acontecimentos e a forma com que eles se relacionam com o “desenvolvimento social e político do povo” trazendo uma apreciação geral a respeito do Brasil e de sua organização na história.

Evidenciando a produção de uma escrita que apresentasse um sentido para a História Nacional em detrimento de outra que se dedicasse apenas a “minúcias sem importância” ou discussões a respeito de eventos singulares sem uma regularidade, os sócios do IHGB completam:

Coube ao sr. João Ribeiro oferecer-nos uma vista de conjunto da civilização brasileira, num compendio ginásial que instrui a adolescência e orienta os historiadores proventos. Para os primeiros, simplifica os fatos, selecionando-os e sintetizando-os; para os segundos, extrai a marcha geral da civilização, nesta parte da América, elementos para interpretar os acontecimentos, e para mais proveitosamente dirigir as suas investigações.<sup>203</sup>

Como podemos ver a principal qualidade da obra, levantada por este conjunto de textos, é a busca por uma história que apresentasse a marcha geral da civilização no Brasil através de uma análise do “desenvolvimento político e social dos povos”.

O objetivo de realizar tal empreitada aparece também nas palavras do próprio Ribeiro, que na introdução de *História do Brasil, curso superior*, escrita em 1903 e reescrita em 1908, se manifesta da seguinte forma:

[...] fui o primeiro a escrever integralmente a nossa história segundo nova síntese. Ninguém antes de mim, delineou os focos irradiação da cultura e civilização [SIC] do país; nenhum dos nossos historiadores ou cronistas seguiu outro caminho que o da cronologia e da sucessão dos governadores,

---

<sup>202</sup> **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro, t. LXXVI, parte II, (1913), 1914, p. 626-627.

<sup>203</sup> Idem, p. 627.

caminho seguro, mas falso em um país cuja história se fazia ao mesmo tempo por múltiplos estímulos de diferentes pontos.<sup>204</sup>

Ao se dizer o primeiro a escrever a história pátria sob “uma nova síntese” Ribeiro se referia a seu intento de “retomar uma antiga tradição” de dedicação ao estudo “da terra e das gentes que a habitavam”. Com a convicção de que a nossa história teria perdido “um pouco de vista o Brasil interno por só se considerarem os movimentos da administração e os da represália estrangeira” propunha destacar as “feições e fisionomia” própria do Brasil, enfatizando o papel do colono, do jesuíta, do mameluco, do índio e do negro na constituição do Brasil.

Com os livros didáticos dando “excessiva importância à ação de governadores e à administradores (...) de nossa defesa externa” esta obra propunha outra abordagem que presumia que não se poderia conhecer os povos através do exclusivo conhecimento da guerra. Assumindo, entretanto, ser “difícilimo atender todos os elementos que entraram na composição do Brasil, marchar-lhes o grau de colaboração em que agiram” e admitindo a existência, na obra de algumas ideias gerais que “andam por aí repetidas”.<sup>205</sup>

Esta *História do Brasil* buscava, portanto, ser uma História Nacional para estudantes em que o Brasil interno se destacaria em detrimento da história política, indicando assim através de uma nova síntese algumas ideias gerais para a História Nacional. Nesta introdução não há uma exposição a respeito do método histórico, não há indicações de fontes utilizadas, há apenas a afirmação do objetivo de produzir um “livro destinado ao esquecimento das paixões do presente e à glorificação da nossa história”

Com a publicação desta obra, seu sucesso de público e o parecer favorável do IHGB, é possível notar, no meio intelectual e até mesmo dentro do IHGB, o ressoar de noções caras à produção historiográfica nacional ligadas ao projeto formulado mais tarde por Bomfim, como a busca por uma obra que sintetize e apresente uma História Nacional que explique o Brasil, além da necessidade de se pensar uma história “interna”, em que o povo seja o protagonista e que suas “feições e fisionomias” desnude o Brasil interno.

---

<sup>204</sup> RIBEIRO, João. **História do Brasil** – curso superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1964. p.18-19.

<sup>205</sup> *Ibidem*, p. 18.

### 2.2.2. Discurso no IHGB: por uma história a partir do presente

Em seu discurso de posse no IHGB, pronunciado em 20 de abril de 1915, João Ribeiro buscou elucidar sob quais ideias se fundam sua noção de história para logo em seguida apontar o “caráter geral” da vida nacional.

Neste discurso, a história é apresentada como uma “contínua substituição de fatos ao grado do presente” que se faz, a partir do presente, ainda que seja ele “[...] quem governa o passado e é quem fabrica e compõem nos arquivos a genealogia que lhe convém. A verdade, corrente hoje, sabe buscar, onde os há verossímeis, os seus fantasmas prediletos de antanho”.<sup>206</sup>

Quando a determinação do presente sobre o passado é aceita, admite-se também que a história é produzida por um ponto de vista, o do presente, e coloca em dúvida a ideia de que a história pode ser alcançada em sua totalidade real através do método histórico. Chegando até a afirmação de que “a imparcialidade pode ser imoral: nós temos a obrigação de justificar o presente, de fundar a Ética da atualidade”.

Afirma-se aqui a obrigação moral de se pensar o passado a partir das necessidades do presente pregando, desta forma, a inevitabilidade de se produzir história a partir de sua utilidade. Assim:

Os Romanos buscaram em Troia a sua falsa ascendência. Os bandoleiros eram já então homens honrados. Isto não é falsificar por vangloriar nem deturpar por jactância, nem mentir por amor a mentira. É estender ao passado as mais nobres ambições do presente. É ressuscitar o que é digno de ressurreição. Com esta filosofia, ou antes, com este pragmatismo, é que tenho meditado a nossa história.<sup>207</sup>

A História Nacional deveria se pautar no pragmatismo em que as necessidades do presente se impõem para a formulação da história. É com este pragmatismo que se deveria procurar compreender o “caráter geral” da vida nacional.

Ao buscar “compreender o caráter ou a expressão mais geral” do povo se pretende “talvez” esclarecer a “sua vocação e seu destino”. Desta forma, a história seria uma ferramenta que contribuiria para a concretização do destino da nação. Privilegiando, portanto, uma visão a respeito da história que apontasse para uma síntese que pudesse revelar uma

<sup>206</sup> RIBEIRO, João. Discurso de posse de João Ribeiro no IHGB, em 10 de abril de 1915. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. LXXVIII, parte II, (1915), 1916.p. 617.

<sup>207</sup> *Ibidem*, p. 618.

identidade que encaminhasse de forma prática a produção do futuro. Entendimento que está em confluência com o que aponta Manoel Bomfim em seus escritos um pouco mais tarde.

Pensando no caráter geral do povo brasileiro, o discurso segue apontando o “sentimento fundamental” deste povo. Esse sentimento estaria ligado a seu alto grau de conservadorismo, de apego à tradição, ao amor pelo passado e o medo do futuro. Como consequência deste sentimento, o autor aponta a lentidão nos processos brasileiros e indica como exemplos dessa morosidade: a demora para acabar com a escravidão, a implementação da monarquia ao invés da República e a lentidão para implementação da mesma. Apesar de indicar tais questões como problemas, o escrito também destaca um lado positivo e destaca a estabilidade da História Nacional como algo bom, a lentidão com que os fatos se deram, fizeram com que os acontecimentos ocorressem de forma mais pacífica e regulada. Por fim, aponta que nossa história pode ser vaga e tediosa como a paz, mas é, ao mesmo tempo, fecunda, honesta e bela.

### 2.3 – A militância como meio de se produzir história – Álvaro Bomílcar

Álvaro Bomílcar (1874-1957), ao analisar o livro *América Latina: males de origem* de Manoel Bomfim, afirma que a obra deriva “[...] diretamente do amor de um brasileiro pelo Brasil, da solicitude de um americano para a América”. Palavras utilizadas por Bomfim para descrever sua pretensão e reafirmada por Bomílcar, que segue dizendo:

Na ‘América Latina’ há conceituação filosófica, há investigações curiosas, documentação paciente e meticulosa, e sobretudo, o que anima aquelas páginas, o que fala mais alto, é o desassombro (coragem) do patriota, verdadeiramente amigo de seu país.<sup>208</sup>

Bomílcar atribui ao patriotismo o melhor sentimento motivador para se escrever a História Nacional. A partir dele se poderia chegar a uma verdade que orientasse a população. O autor ainda considera a obra “[...] o melhor resumo de sociologia e crítica histórica que se tem feito sobre o Brasil, no Brasil”.

A atuação de Álvaro Bomílcar no meio letrado do Rio de Janeiro se iniciou após o autor se estabelecer no estado na segunda metade dos anos 10, antes disso ocupou cargos oficiais em diversos estados brasileiros durante a primeira década do século XX. Sua atuação

---

<sup>208</sup> BOMILCAR, Álvaro. *A América Latina*. **Gil Blas**. Rio de Janeiro: 11 de dezembro de 1919.

se firmou com um forte engajamento político agindo na formação de “frentes nacionalistas”.<sup>209</sup>

Bomílcar teve papel relevante no cenário brasileiro participando de grandes empreitadas como a fundação do mensário de propaganda nacionalista *Brazilea*, da Revista *Gil Blas*, da organização do movimento Propaganda Nativista (PN) e de sua participação na Ação Social Nacionalista (ASN). Além de escrever para revistas e publicar livros, entre suas principais obras estão *O Preconceito de Raça no Brasil* de 1916 e *Políticas no Brasil ou o Nacionalismo Radical* de 1920.

Como um grande militante do nacionalismo, criou para divulgar suas ideias, como já afirmado, no ano de 1917, com o apoio de Damasceo Vieira<sup>210</sup> e Jackson Figueiredo<sup>211</sup> a revista *Brazilea* que tinha como subtítulo, *Sociologia, arte e crítica* e defendia, em uma tônica nacionalista, a luta contra os portugueses e a valorização da mestiçagem na construção do povo brasileiro<sup>212</sup>. Ainda com a intenção de divulgar o nacionalismo, fundou no ano de 1919 a *Propaganda Nativista* que se apresentava como um movimento eminentemente político de luta pela emancipação econômica e pela defesa das ideias republicanas e democráticas, tendo como patrono Floriano Peixoto. O movimento pretendia despertar a solidariedade entre as nações americanas, defender o mercado de trabalho para os brasileiros através da regulamentação da imigração, que deveria ser dirigida apenas para o serviço da lavoura<sup>213</sup>. Estas foram bandeiras fortemente defendidas por Bomílcar em seus escritos.

Além da revista *Brazilea*, Bomílcar se envolveu em outro importante semanário, a Revista *Gil Blas*, que se autodenomina um panfleto de combate, fundada em 1919 e dirigida por Alcebíades Delamare<sup>214</sup>. *Gil Blas* foi uma das principais publicações nacionalistas da

---

<sup>209</sup> OLIVEIRA, Augusto Cesar Freitas de. **A sociologia do branco: o pensamento de Álvaro Bomílcar**. Trapézio (UNICAMP), Campinas, v. 01, 2002. p.61.

<sup>210</sup> Arnaldo Damasceno Vieira (1879-1951) nasceu em Porto Alegre foi general e escritor sua obra mais expressiva se intitula *Baladas e Poesias* e data de 1911.

<sup>211</sup> Jackson Figueiredo (1891-1928) foi um importante militante católico e escritor. Nasceu em Aracaju e foi para o Rio de Janeiro em 1915, onde foi proprietário da *Livraria Católica*. A partir de 1921 passou a editar a revista *A Ordem* e em 1922 fundou o *Centro Dom Vital*. Entre suas principais obras estão: *Do nacionalismo da hora presente* (1921), *A reação do bom-senso* (1922), *Literatura reacionária* (1924) e *Colona de fogo* (1925).

<sup>212</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. **Levantamento da revista *Braziléia***. CPDOC, mimeo, 1978. Apud OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 149.

<sup>213</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *Op. Cit.* p. 150.

<sup>214</sup> Alcebíades Delamare Nogueira da Gama (1888-1951) nasceu em São Paulo, formou-se em Direito em 1917, foi promotor público, professor e escritor nacionalista e católico. Foi idealizador da *Ação Social Nacionalista* (ASN), foi um dos sócios fundadores do *Centro Dom Vidal*, ajudou a fundar a Academia de Ciências Econômicas, Sociais e Políticas, entre outras coisas. Entre suas obras estão: *Momentos Nacionalistas* (1923), *As duas bandeiras* (1924) e *Línguas de fogo* (1926). Para um estudo completo sobre a revista e detalhes sobre a



década de 1920, manteve relações estreitas com o Presidente Epitácio Pessoa, propagou um nacionalismo lusófono, aderiu a posições da Igreja Católica e em seu segundo ano de circulação tornou-se órgão de divulgação da Ação Social Nacionalista (ASN) fundada em 1920, também por Delamare, que tinha como presidente Afonso Celso e que Bomílcar foi grande colaborador.<sup>215</sup>

Um de seus principais escritos resume-se a uma série de artigos que escreveu na imprensa do Rio de Janeiro no ano de 1911 e que depois foi reunido em seu livro *O preconceito de raça no Brasil*, publicado no ano de 1916. O tema geral dos artigos é a sucessão de levantes da marinha de 1910/1911 contra os castigos corporais e as péssimas condições de trabalho. O autor se solidarizou com os revoltosos, condenando os oficiais que segundo ele, como grande parte da elite brasileira se baseava em teorias raciais de discípulos de Gobineau<sup>216</sup> e Cuvier.<sup>217</sup>

Além de se posicionar contra teorias raciais e apontar os “preconceitos de raça”, o texto ainda aponta a influência portuguesa como uma forte questão maléfica a sociedade nacional, atribuindo aos portugueses uma exploração econômica no passado e no presente. O conteúdo deste livro, portanto, expunha a grande afinidade de seu pensamento com algumas questões apontadas por Manoel Bomfim, no entanto, é somente em seu próximo livro *Políticas no Brasil ou o Nacionalismo Radical*, publicado em 1920, que esta afinidade ficará explícita.

Tendo em mente sua posição no cenário intelectual brasileiro passamos a análise do texto selecionado.

---

participação de Bomílcar no semanário ver: JESUS, Carlos Gustavo Nobrega de. **Revista Gil Blas e o Nacionalismo de combate**. São Paulo: Cultura Acadêmica/Editora Unesp, 2013.

<sup>215</sup> JESUS, Carlos Gustavo Nobrega de. **Revista Gil Blas e o Nacionalismo de combate**. São Paulo: Cultura Acadêmica/Editora Unesp, 2013.p. 241-243.

<sup>216</sup> Arthur de Gobineau (1816-1882) foi um filósofo e diplomata francês autor do famoso livro *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1855) no qual defendia que a mistura de raças levaria a raça humana a graus sempre maiores de degenerescência física e intelectual. Gobineau esteve duas vezes no Brasil em missões diplomáticas e manifestou seu desagrado em relação à miscigenação da sociedade brasileira apontando como única solução a imigração de “raças” europeias.

<sup>217</sup> George Cuvier (1769-1832) foi um naturalista e zoologista francês, um dos mais influentes defensores do Catastrofismo. Ao se dedicar a pesquisa das “raças humanas” considerou os africanos negros a “raça” mais degradada contribuindo para a difusão destas ideias a partir das teorias raciais. OLIVEIRA, Augusto Cesar Freitas de. **A sociologia do branco: o pensamento de Álvaro Bomílcar**. Trapézio (UNICAMP), Campinas, v. 01, 2002.p. 63.

### 2.3.1. *A política no Brasil ou o nacionalismo radical: por uma história patriótica*

Neste novo texto, Bomílcar dedica um capítulo a cada obra que considera importante para entender o Brasil, são elas: *A Organização Nacional* de Alberto Torres, *América Latina: males de origem* de Manoel Bomfim, *Nacionalismo Econômico* de Nicolau Debané, *O Brasil Heroico* de Alípio Bandeira e um capítulo dedicado a obra de Farias Brito, além de um compilado de discursos pronunciados pelo autor. Esta obra, contem, portanto, proposições importantes do autor a respeito da sociedade e da história brasileiras e por esse motivo ela foi eleita para ser analisada.

Em sua introdução, a obra é apresentada como um “ensaio de crítica social e histórica”, que busca por meio de um “exame dos problemas político-sociais” e se utilizando de análise histórica apontar quais são os males que afligem a sociedade brasileira. Para isso faz uma apreciação de alguns aspectos da História Nacional defendendo que a mesma deve ser produzida de uma forma prática pensando na resolução dos problemas nacionais. Afirma, portanto, que:

O Brasil tem uma história honrada, mas, pouco interessante; não pela carência de fatos dignos de menção ou sistematizadores eminentíssimos, mas por falta de um Michelet, capaz de consubstancia-los numa obra virtual e votiva, **de acordo com interesses nacionais.**<sup>218</sup>

Neste parágrafo, admite-se que à história do Brasil não faltam fatos interessantes e nem “sintetizadores eminentíssimos” o que faltaria seria alguém capaz de abordar tais fatos em uma história que servisse aos interesses nacionais características não encontradas em nossos compêndios didáticos, que apresentam uma história “fria e maçadora”, ou seja, os compêndios podem até apresentar uma síntese, mas esta não é a desejada por Bomílcar.

Quando se refere aos sintetizadores da história afirma a falta de habilidade dos historiadores nacionais para tecer uma história que não seja apenas uma compilação de fatos em uma síntese, e sim uma obra como a composta por Michelet<sup>219</sup>. Ou seja, o texto afirma a necessidade de algo como uma obra que aponte um “espírito” da nação que lhe indique um caminho.

<sup>218</sup> BOMÍLCAR, Álvaro. *A política no Brasil ou o nacionalismo radical*. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Maurillo, 1920. p. 2.

<sup>219</sup> Jules Michelet (1798- 1874) Em sua obra mais importante *Histoire de France* (1867) propôs recuperar o destino da França como Nação autônoma. Preocupado, portanto, com o destino da pátria entendia a si mesmo como um defensor do povo destacando suas virtudes e importância como maior agente do destino da França. SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Jules Michelet”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de História. O caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2010, p.91-98.

Bomílcar destaca, em nota, uma passagem do livro *A Organização Nacional* (1914) de Alberto Torres<sup>220</sup>. Nesta passagem Torres afirma: [...] O destino de um país é função de sua história e geografia. O Brasil não tem história, que tal nome não merece a série cronológica dos fatos das colônias dispersas, e a sucessão, meramente política de episódios militares e governamentais.”<sup>221</sup>. Assim, sua história ética, econômica e social apenas se formaria a partir da consciência de uma unidade moral entre os habitantes da nação, o que estaria longe de ser realizado.

A partir destas críticas tecidas verificamos o quão grande é o descontentamento com a produção da História Nacional. Segundo afirmações contidas na introdução analisada, a história apresentada nos compêndios didáticos seria “fria e maçadora”, lhe faltaria, portanto, a orientação guiada pelos interesses nacionais, faltariam ao Brasil, portanto, como já afirmado, obras como a de Michelet que guiassem a pátria e seus interesses.

Com isso em mente e propondo a produção de um outro tipo de obra, a introdução segue afirmando que a crítica social, assim como a sociologia e a filosofia da história se fundariam “nos fatos e nos sentimentos, e talvez mais nos sentimentos do que nos fatos” levando à afirmação de que a obra apresentada seria filha do “patriotismo puro e escorreito” refletindo “paixão, esta precede de sentimentos nobres e viris”<sup>222</sup>. Bomílcar, portanto, buscou construir sua crítica e interpretação histórica a partir de um ponto de vista claro, embasado na ideia de patriotismo.

Assim, o autor aponta como seu objetivo principal a produção de uma obra dedicada à investigação a respeito dos problemas nacionais, que partisse do ponto de vista do patriotismo, no entanto, almejando uma “possível serenidade”, necessária a produção de um trabalho de crítica histórica e social.

---

<sup>220</sup> Alberto Torres nasceu em Itaboraí (RJ), em 1865, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1885. Foi deputado estadual (1892-1893) e em seguida deputado federal (1893-1896) pelo estado do Rio de Janeiro. Assumiu, em 1896, a pasta da Justiça. Foi presidente do Estado do Rio. E em 1901, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal. Publicou em 1914 os livros *O problema nacional brasileiro* e *A organização nacional* e, em 1915, *As fontes da vida no Brasil*, nos quais concebia o Brasil como um país de natureza essencialmente agrária, opondo-se assim a qualquer veleidade industrialista. Nacionalista, defendia o fortalecimento do Executivo, convocando os intelectuais a participar da organização da sociedade. A nação, segundo suas palavras, deveria organizar-se “como corpo social e econômico, não devendo copiar nem criar instituições, mas fazê-las surgir dos próprios materiais do país”. Suas ideias estiveram bastante em voga na década de 1930, com o movimento integralista. Faleceu em 1917. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

<sup>221</sup> TORRES, Alberto. **A organização Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914. apud BOMILCAR. Op. cit. p.173.

<sup>222</sup> BOMÍLCAR, Álvaro. **A política no Brasil ou o nacionalismo radical**. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Maurillo, 1920. p. 17.

No entanto, Bomfincar mostra-se bastante cético quanto a forma com que sua obra seria avaliada pelos críticos. O autor afirma acreditar que o motivo pelo qual suas obras recebem críticas negativas do meio letrado é o emprego da sociologia como chave da análise:

Conheço o meio em que vivo; e sei que nesta época e neste meio, quem busca a chave da sociologia, e, supondo havê-la encontrado, ousa defini-la com sinceridade, pode considerar-se *boicotado* para o resto da vida...<sup>223</sup>

Bomfincar entende que as ideias apresentadas em seus livros são as de um “visionário” e estão “em marcha para o triunfo”. O nacionalismo brasileiro, como o maior expoente deste pensamento e de sua missão como “patriota e homem livre”, fornece a chave para levantar “o espesso véu que encobre as realidades de nossa fisionomia social”.

Assim a “chave sociológica” apontada por Bomfincar como motivo de sua rejeição diante dos pares parece relacionar-se a ideia de um fio condutor que perpassa sua interpretação, este fio seria guiado pelo patriotismo do autor. Apenas esta chave de leitura revelaria a verdadeira realidade nacional.

O texto segue esboçando alguns princípios utilizados nos livros para pensar a situação atual do Brasil. Destaca:

Hoje, forçoso é confessar: o Brasil não tem Independência, porque não a tem um país sem autonomia econômica; não goza da abolição, porque a escravatura na Amazônia, e noutros pontos afastados do interior, é um fato; e não pratica a República porque o povo, desconhecendo os seus direitos, não delibera nos atos solenes da política.<sup>224</sup>

Tais conclusões derivam de ideias ligadas aos acontecimentos históricos nacionais, tais interpretações se conectam com a conclusão já apontada por Bomfim e Pombo a respeito da continuidade de questões entre a Independência e a República. Esta é uma interpretação histórica bastante relevante para a linha de pensamento difundida por estes pensadores e fundamental para o projeto apresentado por Bomfim.

#### **2.4- O questionamento ao método histórico – Carlos Maul**

Os escritos de Carlos Maul também contribuem para a construção de concepções a respeito da História Nacional que se unem ao projeto de Brasil apresentado por Manoel

---

<sup>223</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>224</sup> Ibidem, p. 9.

Bomfim. Ao se referir ao livro o *Brasil na História* de Bomfim, este pensador destaca de forma enfática sua discordância quanto ao rumo da historiografia nacional. Em suas palavras:

Para que ninguém se melindrasse e ofendesse nas suas crenças é que os nossos historiadores, a interpretar os documentos, a ler os viajantes europeus da época colonial, a penetrar os estudos de Frei Vicente do Salvador, a seguir a pegada de Capistrano, preferiram o lirismo de Rocha Pitta como fonte inspiradora e como padrão. A consequência de tal delicadeza de sentimentos temo-la nessa volumosa bibliografia em que se encontra de tudo menos a verdade.<sup>225</sup>

Maul afirma, portanto, que a História Nacional por erro de método ou “inspiração” se apoiou em maus historiadores que não souberam apresentar a verdadeira História Nacional. Esta contestação à forma de se escrever a História Nacional também aparecerá em suas obras como é o caso de *História da Independência do Brasil*, livro que terá seu prefácio analisado neste tópico da tese.

Carlos Maul (1887- 1974) teve grande relevância no meio letrado atuando, desde o início dos anos 1900 como jornalista, escritor e poeta elogiado por Olavo Bilac, João do Rio, entre outros. Foi também redator do *Correio da Manhã*, *A Imprensa*, *Gazeta de Notícias* e construiu uma forte reputação como jornalista escrevendo artigos diários para os jornais *A Notícia* e *O Dia* até os anos 70. Durante toda sua vida publicou cerca de 60 livros de poesia, teatro, traduções, história e crítica literária.

Sua dedicação à escrita da História Nacional começou em 1920, quando se propôs a reinterpretar a história da emancipação com o livro *História da Independência do Brasil* (1921) publicado no âmbito das comemorações do centenário. Sua dedicação à história, no entanto, não terminaria aí, sendo ainda bastante longa, entre suas principais obras nesta área estão: *A Marquesa de Santos: seu drama, sua época* (1938), *No tempo da Coroa* (ND), *O Rio da Bela Época* (1968) e a *República Brasileira* (1935), uma coletânea de artigos de diversos autores, entre eles Maul, publicada pela *Biblioteca Militar*, entre outras.

Ainda durante a década de 1920, Maul teve forte atuação política como membro do “Conselho Supremo” da Ação Social Nacionalista (ASN), associação já citada que teve Álvaro Bomílcar como membro, e como cofundador do Partido Republicano Nacional (PRN) em que ocupou a posição de presidente. O partido propunha uma redefinição da identidade nacional afastando-a da Europa e a aproximando de uma ideia específica de América.

---

<sup>225</sup> MAUL, Carlos. “O Brasil na História”: sugestões do último livro de Manoel Bomfim. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: 8 de março de 1931.

No ano de 1935, Maul organizou uma coletânea contendo textos da trilogia escrita por Bomfim em um livro intitulado *O Brasil; com uma nota explicativa de Carlos Maul*. Lançado pela editora brasileira, o livro tinha como objetivo levar ao público uma síntese que abarcasse o Brasil colônia até a República.<sup>226</sup>

Tendo em mente seu posicionamento no meio intelectual seguimos com a análise do Proêmio da obra *História da Independência do Brasil*.

#### 2.4.1. *História da Independência do Brasil: por uma história pragmática*

A *História da Independência do Brasil*, livro, como dito, publicado por ocasião do centenário da Independência foi prometido pelo autor em quatro tomos, mas teve apenas dois publicados<sup>227</sup>. Este estudo teve relevância no período sendo lido e criticado por grande parte da imprensa<sup>228</sup>. O primeiro volume do livro é dedicado ao estudo da “tradição revolucionária” brasileira e do “espírito republicano” que teriam agitado os movimentos em torno da emancipação política, já no segundo volume o estudo recai de forma mais direta sobre os acontecimentos factuais que levaram a emancipação.

Ao analisar o *Proêmio* da obra encontramos a indicação de Maul a respeito do que pretende com seu estudo. O objetivo deste trabalho seria trazer “luz nova” para as “fragmentadas” histórias já existentes a respeito deste assunto tão fundamental para a História Nacional. Em suas palavras:

Preocupa-me, neste livro, unicamente o que se relaciona em linha direta com a independência política do Brasil. No correr destas páginas de narrativa, encontrar-se-á o resultado não só de leituras meditadas de sociólogos e historiógrafos, mas também o meu ponto de vista pessoal, pois que a imparcialidade não exclui o modo de ver de quem transmite a outrem as suas impressões de um acontecimento. Esse personalismo, entretanto, em nada se parece com o critério apaixonado que caracteriza certos trabalhos de história em que a crítica, não raro, se confunde com a fantasia a mais ardente.<sup>229</sup>

<sup>226</sup> A partir da década de 1930, Maul passa assumir uma postura diferente, nesta outra visão o autor passa a compreender como o grande causador dos males do Brasil, não mais o parasitismo português, mas um “cosmopolitismo bolchevista” que estaria atrelado a arte moderna, movimento amplamente criticado por ele. Ver: CAIRES, Daniel Rincon. A estética nacionalista de Carlos Maul. *História e Democracia: Precisamos falar sobre isso*. In: **Anais do XXIV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP**. Universidade Federal de São Paulo. São Paulo: 2018.

<sup>227</sup> Em minha pesquisa não encontrei a publicação dos volumes três e quatro prometidos pelo autor e divulgado pelos periódicos do período. Ver: MAUL, Carlos. **História da Independência do Brasil**. Rio de Janeiro: H. Redo Y Gubáú & Comp. 1921 a. p. I-IV.

<sup>228</sup> *Ibidem*.

<sup>229</sup> MAUL, Carlos. **História da Independência do Brasil**. Rio de Janeiro: H. Redo Y Gubáú & Comp. 1921 a. p. VI.

Temos neste proêmio, portanto, a discussão de uma questão fundamental referente a critérios utilizados pelo método histórico. A noção de imparcialidade é aqui questionada, pois ela não excluiria o “modo de ver” do sujeito transmissor. Esta obra seria, portanto, baseada, não só em conclusões de sociólogos e historiadores, mas em seu ponto de vista pessoal. Tal premissa coloca o empreendimento em um rol de obras que estão em plena disputa a respeito da forma em que a História Nacional deve ser conduzida.

O texto segue apresentando contestações a respeito do método ao afirmar: “Estou convencido de que nem sempre ou mesmo quase nunca, a verdade histórica, se depara nos documentos oficiais. Esses papéis, porém, auxiliam fortemente os investigadores que lhes analisarem as sutilezas.”<sup>230</sup> O uso de “documentos oficiais” tem aqui sua eficácia relativizada, já que a verdade histórica não estaria contida nestes documentos, esta relativização dos documentos põe em questão boa parte da historiografia nacional que se apoiou no uso dos ditos documentos oficiais para produzir a História Nacional.

O proêmio segue apontando as pretensões da obra afirmando ser possível desfazer “enganos” a respeito da história, no entanto não seria possível desfazer “lendas” sem que outras fossem criadas em seu lugar, e por isso defende que o ponto de vista de quem realiza o empreendimento deve ser exposto, sem, no entanto, confundir esta liberdade com a possibilidade da divulgação de “fantasias”. Ou seja, há um limite em que o método deve ser seguido para não se perder em fantasias, o autor deve, portanto, deixar seu “ponto de vista” claro, este posicionamento seria uma parte indispensável do método para alcançar a verdade histórica.

Como o prometido, na sequência do texto, nos é apresentado o ponto de vista em que o estudo será embasado. Assim:

Em primeiro lugar eu estudo, comparativamente, a ação desenvolvida pelas metrópoles europeias no Novo Mundo e os efeitos do despotismo sobre os descendentes dos colonos; a maneira por que se desenvolveram os germes revolucionários entre os povos diversas estirpes, espalhados pela América <sup>231</sup>

No “método” de estudo aqui apresentado, temos, portanto, a indicação de um ponto de vista específico que culmina na ideia de que no Brasil, a “nossa tradição exclusiva e fundamental é revolucionária” e desta forma a revolução só não se fez devido a repressão

---

<sup>230</sup> Ibidem. P. VI.

<sup>231</sup> Ibidem, p. VII.

colonial. Esta repressão teria surgido do sistema de colonização “ou melhor, do aproveitamento de riquezas”.<sup>232</sup>

No proêmio analisado encontramos mais uma vez o questionamento em relação a ideia de imparcialidade e a afirmação de que a declaração de um ponto de vista pode indicar claramente o caminho de um texto. Nesta obra, o autor afirma discutir fatos que tem relação direta com a Independência, no entanto, esta discussão parte de um ponto de vista em que se busca explicar a História Nacional, apontando um fio condutor que a reorganize e a livre de “enganos”.

## **2.5 - Por uma síntese apaixonada e útil da/para a História**

Os textos analisados neste capítulo são introduções, prefácios, proêmios e discursos que apresentam algumas ideias, reivindicações e reclamações a respeito da História Nacional. Entre tais reivindicações as que mais ressoam entre os escritos são: a necessidade/desejo de se produzir uma obra a partir do presente, que assuma um ponto de vista/a paixão, que tenha o povo como protagonista e explique e conduza o Brasil.

Neste sentido, alguns fios condutores nos são apresentados como solução para a escrita da História Nacional. Os autores analisados nos apresentam alguns pilares, ideias, guias que poderiam/deveriam orientar as produções nacionais, como a noção de “espírito” do povo brasileiro, o embasamento em leis sociológicas, o foco no “Brasil interno”, nas obrigações do presente ou no patriotismo são alguns dos aspectos que deveriam conduzir a produção da escrita nacional. Todos eles apresentando a intenção da síntese e a necessidade de direcionar a nação através da história, daí uma predileção por uma história engajada, que assuma a paixão.

Além disto, tendo essa necessidade de explicar e conduzir o país, estes escritos muitas vezes desaprovam a história produzida por seus contemporâneos, acusando-a de ser “fragmentada”. Estudos monográficos, que se dedicam a estudar uma parte específica da história, são criticados e, com eles, o método em que são baseados.

Ao se posicionarem contra aspectos importantes do método histórico, como a imparcialidade, os textos aqui apresentados muitas vezes recorrem à sociologia, entendida como um método explicativo, para justificar o que pretendem fazer. Em outras palavras, na

---

<sup>232</sup> Ibidem, p. IX.



falta de um método específico, já que o existente é em parte reprovado, tais autores buscam dialogar com a sociologia a fim de fundamentarem suas proposições.

Por fim, outro ponto importante desta partilha de ideias se refere ao imperativo de se interpretar o Brasil a partir das necessidades internas, negando desta forma, teorias prontas que explicassem a nação, como as teorias científicistas, por exemplo. O clamor é, portanto, para a construção de uma explicação do Brasil a partir de questões internas e pertinentes à nação brasileira se ligando desta forma, às propostas apresentadas por Bomfim em seu projeto para o Brasil.

### 3. Por uma História da emancipação nacional: em busca da independência, liberdade e soberania

A história da independência caiu de madura: o Português, vigilante e lampeiro, apressou-se e apanhou-a para si. [...] a crise de 22, em vez de ser a turbacão vibrante de uma nação a ensaiar-se na liberdade e soberania, seja um período de náuseas e tonteiras, de um povo consciente da sua nacionalidade, levado a incluir nos seus destinos aquilo mesmo que mais contrariava e destorcia.<sup>233</sup>

No trecho acima redigido por Manoel Bomfim, podemos ver a importância dada ao ato da Independência, já que este evento poderia conferir ao Brasil sua “liberdade” e “soberania” empregando um novo sentido à nacionalidade. No entanto, segundo Bomfim, apesar da deflagração da Independência, a emancipação nacional não se fizera como o desejado pelos brasileiros, sendo tomada pelas mãos portuguesas que continuariam a guiar o destino da nação, alheio aos desejos do povo.

A Independência é o principal marco político do Brasil para parte do conjunto de textos aqui investigados, sendo sua discussão e interpretação primordiais para a compreensão de outros episódios históricos que se relacionariam diretamente a este. Este evento é, portanto, entendido como o nó central deste capítulo que desembocará em outros tantos temas que contribuem para o entendimento, tanto da história da Independência como da história da nação.

O debate em torno de sete de setembro suscitou diversas formas de perceber a formação da nação e fez parte da cultura histórica de período. Durante a preparação para as comemorações do centenário da Independência entre a segunda metade da década de 1910 e os primeiros anos da década de 1920, o tema foi revisitado de uma forma intensa pelos intelectuais que através da reinterpretação de sua história buscavam compreender o Brasil. Com a mobilização causada pela comemoração coube a estes atores, por meio de publicações em jornais, revistas, livros, monumentos, palestras e congressos, elaborar imagens relacionadas à fundação da nacionalidade brasileira.<sup>234</sup>

---

<sup>233</sup> BOMFIM, Manoel. **O Brasil na História**: deturpação das tradições, degradação política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930, p. 482.

<sup>234</sup> MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz cem anos**: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992. p. 3-4.

Este debate em torno da nacionalidade evidenciou diversos projetos que disputavam a legitimidade de suas interpretações a respeito do Brasil moderno. Apesar do diagnóstico comum, sempre marcado pelo atraso, os projetos que buscavam explicar e dar novo significado ao país apresentavam diferentes interpretações do passado e soluções distintas para o futuro, muitas vezes divergindo acerca dos reais motivos do descompasso entre o país e a modernidade e discordando do caminho que trariam progresso a civilização brasileira.<sup>235</sup>

Em meio a diferentes interpretações produzidas durante as comemorações do centenário, algumas publicações podem ser apontadas como fundamentais para o debate, tais como: as conferências promovidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, intituladas *O ano do Centenário*, ocorridas em 1922, a *História da Independência do Brasil*, de Pedro Calmon, publicada em 1923 na revista do IHGB, *O movimento da Independência* de Oliveira Lima, publicado no ano de 1922, e, principalmente, a *História da Independência* de Varnhagen,<sup>236</sup> publicada postumamente em 1916, e que é considerada por um significativo número de estudos<sup>237</sup> uma interpretação matricial a respeito deste fato político.

Estes trabalhos apresentam de forma geral uma interpretação que enaltece a emancipação nacional sob a ótica da continuidade, sem realizar significativos Cortes com o passado em uma perspectiva claramente conservadora e em confluência com o desejo do Estado.<sup>238</sup> Estes estudos operam uma conciliação com o passado colonial a partir da valorização da imagem de D. Pedro I, e apontam a solução monárquica como uma conciliação positiva entre o passado e presente, entre a monarquia e a República.

A história da Independência pode ser entendida, portanto, como um ponto nodal da disputa em torno das interpretações acerca da História Nacional, visto que a partir dela questões fundamentais como o sentido do passado colonial podem ser revistas.

---

<sup>235</sup> Ibidem, p. 5.

<sup>236</sup> Para uma análise destas obras ver: KÄFER, Eduardo Luis Flach. **Entre a Memória e a História: a historiografia da Independência nos cem anos da emancipação.** 2016.126f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS. Porto Alegre, 2016.

<sup>237</sup> Ver em: COSTA, Wilma Peres. A Independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István (org.) **Independência: história e historiografia.** São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005, p.53-118; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da escola palatina ao silogeu:** Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007; MALERBA, Jurandir. Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil (1980-2000). In: \_\_\_\_\_ (org.). **A independência brasileira: novas dimensões.** Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 19-52; PIMENTA, João Paulo. A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica. **Revista de História Ibero-americana**, n.1, 2008, p.70-104.

<sup>238</sup> KÄFER, Eduardo Luis Flach. **Entre a Memória e a História: a historiografia da Independência nos cem anos da emancipação.** 2016.126f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS. Porto Alegre, 2016.

Sendo assim, com a revisão da história da Independência outros pontos fundamentais também puderam ser reformulados, tais como: o papel de figuras históricas, a participação do povo e sua constituição, o sentido do passado colonial, a formação nacional, integração do território, e até o significado dado a República. A disputa interpretativa em torno desta marcação do tempo na narrativa da história da nação, pode, portanto, indicar os caminhos propostos para a resolução dos problemas nacionais.

Assim, os textos que serão analisados fazem parte de um rol de interpretações que disputam um significado específico para a história do Brasil. E o momento da Independência aparece para eles como fundamental para a reinterpretação da nação desejada. Tendo a comemoração do centenário em mente como é o caso do livro *História da Independência* (1921) de Carlos Maul, produzido para o centenário, ou *A Política no Brasil ou o Nacionalismo Radical* (1920) de Álvaro Bomílcar que se refere às comemorações, ou com edições comemorativas como a de *História do Brasil Ilustrada* (1922) de Rocha Pombo, ou ainda que não foram produzidas especificamente para as comemorações e não se referem a elas, mas tratam da Independência como *O Brasil na História* de Manoel Bomfim (1932) e *História do Brasil, curso superior* (1908) de João Ribeiro, estas produções buscam reinterpretar a História Nacional dando novo sentido ao passado e projetando um outro futuro.

Como apresentado nos dois capítulos anteriores, esta tese se preocupa em evidenciar um conjunto de ideias que, assumidas e reafirmadas por certo número de autores que avaliaram positivamente a obra de Manoel Bomfim, pode ser entendido como um projeto em disputa com outras concepções de história e de nação na primeira metade do século XX. No primeiro e segundo capítulos ficaram claros alguns fundamentos deste projeto compartilhado: a concordância com o projeto de Manoel Bomfim por um grande número de críticas que reafirmavam suas principais premissas, e a partir daí a confirmação da busca por uma história que explique e conduza o Brasil de forma pragmática, colocando em xeque questões importantes para a defesa de uma história científica, como a relativização e, às vezes, negação da imparcialidade.

A partir destas conclusões, buscarei analisar no terceiro capítulo quais versões a respeito da Independência Manoel Bomfim, Rocha Pombo, João Ribeiro, Álvaro Bomílcar e Carlos Maul defendem e como elas se articularam com os aspectos teórico-metodológicos esboçados em seus prefácios, introduções e discursos analisados no capítulo anterior. Para tanto, será realizada a análise de dezesseis livros escritos pelos mesmos quatro autores

discutidos no capítulo anterior, além do próprio Manoel Bomfim. Segue a lista com as obras analisadas no capítulo:

| <b>Título</b>   | <b>Autor</b>    | <b>Ano de Publicação</b> |
|---|-----------------|--------------------------|
| Compendio de História da América.                         | Rocha Pombo     | 1898                     |
| História do Brasil Ilustrada. Volumes I ao X.             | Rocha Pombo     | 1905 a 1917              |
| História do Brasil: curso superior                        | João Ribeiro    | 1908                     |
| A Política no Brasil ou o nacionalismo radical.           | Álvaro Bomílcar | 1920                     |
| História da Independência do Brasil. Volumes I e II.<br>* | Carlos Maul     | 1921                     |
| O Brasil na História                                      | Manoel Bomfim   | 1932                     |

O que se pretende com este estudo não é fazer uma apreciação detida de cada obra, mas sim a partir da eleição de temas específicos de grande relevância para a tese e para a história construída pelos livros, investigar a interpretação dada a eles, buscando compreender a forma com que se relacionam com as premissas assumidas em seus prefácios e introduções, analisados no capítulo anterior.

A escolha dos livros se justifica, como apontado no capítulo dois, pela relevância dos temas tratados e por serem obras que buscam discutir a História Nacional. O livro de Manoel Bomfim eleito para esta pesquisa foi *O Brasil na História*, pois é nele que encontramos seu projeto para a história na forma mais bem-acabada.

Tendo em vista a importância fundamental atribuída a *História da Independência do Brasil* de Varnhagen durante a comemoração do centenário, sua função matricial para a compreensão do tema, e ainda a eleição da mesma como exemplo maior de como a história não deve ser produzida por Bomfim e parte de seus comentadores, esta obra será analisada aqui como um contraponto às ideias defendidas pelo conjunto de textos estudado. Ou seja, tratarei de alguns pontos desta obra, focando na interpretação que o autor dá a Independência, buscando compreender o sentido empregado ao passado por ele.

A análise será iniciada, portanto, pela *História da Independência*, primeiro a de Varnhagen e a seguir os outros autores, pois este é um tema privilegiado para a investigação que será realizada, já que a partir dele os outros se desdobram. Mais três temas relevantes

---

\* Ambos os livros foram publicados no mesmo ano.

serão analisados a seguir: o sentido dado à colonização, a questão da constituição do povo e do território, além de uma apreciação a respeito do balanço que alguns textos fazem a respeito da República e seus feitos. Por fim, em uma análise mais detida será investigada a relação das interpretações dadas aos temas com as proposições a respeito da histórica construída pelos autores analisados.

### 3.1 - Um contraponto: A História da Independência por Varnhagen

Os preparativos para a comemoração da Independência já estavam em curso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro quando os manuscritos originais do livro *A História da Independência*<sup>239</sup> de Francisco de Adolfo Varnhagen, escrito em 1875, foram descobertos em meio aos papéis que compunham o arquivo do Barão de Rio Branco<sup>240</sup>. Na ocasião, o presidente perpétuo do Instituto, conde Affonso Celso (1860-1938)<sup>241</sup>, organizou uma comissão destinada a examinar, conferir e coordenar os originais para que fossem posteriormente publicados na revista do IHGB, em 1916.

O aparecimento do livro póstumo de Varnhagen trouxe uma reviravolta nos planos de comemoração do Centenário pelo Instituto. Ditando o tom da festividade, a obra influenciou os temas abordados nas palestras que fizeram parte da programação do evento ocorrido em 1922, já que estes obedeciam, rigorosamente, a noção de *processo* tal como concebera o Varnhagen em *História da Independência*.<sup>242</sup>

Em sua *História da Independência*, Varnhagen procurou cumprir alguns critérios que entendia fundamentais para a escrita da história, como a “boa fé e imparcialidade” buscando desempenhar o papel de um “jurado, mui consciente de seu veredito”<sup>243</sup>. O texto é fartamente documentado e apoiado em cartas, relatórios, decretos, entre outros documentos oficiais, comprovando seu apego às pesquisas documentais.

<sup>239</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. “*História da Independência do Brasil*”. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 79 (133): 23-596, 1916.

<sup>240</sup> José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão de Rio Branco) foi diplomata e historiador, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 20 de abril de 1845, e faleceu na mesma cidade, em 10 de fevereiro de 1912. Coursou o Colégio Pedro II, estudou na Faculdade de Direito de São Paulo, e formou-se em 1866 pela Faculdade de Recife. Regeu a cadeira de Corografia e História do Brasil no Imperial Colégio Pedro II.

<sup>241</sup> Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior é natural de Ouro Preto - Minas Gerais, nasceu em 31 de março de 1860 e veio a falecer no Rio de Janeiro em 11 de julho de 1938. É um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras e pertenceu ao IHGB.

<sup>242</sup> GUIMARÃES, Lúcia M. P.. **Da escola palatina ao silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.p. 135.

<sup>243</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. “*História da Independência do Brasil*”. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 79 (133): 23-596, 1916. p. 25-26.

Apesar disso, sua imparcialidade e boa fé são contestados por Bomfim e outros autores que o acompanham em suas críticas, como vimos no primeiro capítulo, e sua interpretação da Independência é revisada pelas obras analisadas neste capítulo, para grande parte delas a história de Varnhagen é exemplar no sentido de uma interpretação equivocada baseada em critérios externos aos interesses nacionais.<sup>244</sup>

Em sua versão da emancipação, a partir de uma noção de *processo*<sup>245</sup>, Varnhagen destacou o protagonismo da família real e, principalmente, de D. Pedro I, deixando clara sua fidelidade à coroa. Compôs um elenco de fatores fortemente relacionados às ações da monarquia que teriam desencadeado a emancipação política do Brasil apontando três iniciativas cruciais para a construção da nação brasileira, foram elas: a chegada da família real, em 1808; a elevação da então colônia a Reino Unido e sede do trono português, em 1815 e, por fim, a decisão do rei de retornar a Portugal.

Estes três acontecimentos teriam servido em favor da futura união nacional, tendo proporcionado transformações que, mais tarde, contribuiriam para o espírito de integração e autonomia, dificultando a reversão da situação, ou seja, tornando árduo, senão improvável, o retrocesso do Brasil à condição de Colônia.

A chegada da família real e a elevação do Brasil a reino unido seriam os primeiros passos para a emancipação nacional, o próximo passo viria com a Revolução Constitucionalista do Porto (1820). Este movimento, ao suscitar dúvidas a respeito do retorno da família real a Portugal e acerca da situação do Brasil como reino unido, teria aflorado questões importantes aos interesses brasileiros, gerando uma situação incerta ao país.

Para Varnhagen, D. João VI estaria em uma situação bastante complicada e qualquer passo em falso poderia ocasionar a desunião do Brasil, assim, diante de tais impasses a decisão mais acertada teria sido a que tomou o monarca, seu retorno a Portugal e a permanência de seu filho seria uma “grande resolução” em favor da futura unidade do Brasil. Desta forma, D. João nos é apresentado como um governante competente, que ao se encontrar em uma situação difícil tomou decisões corretas em prol do Brasil e seu futuro.

Para Varnhagen, após a partida de D. João, o que se via no Brasil era a falta de conformidade entre os que se ocupavam de política. À vista disso, o autor identificou três fortes tendências: “monarquia pura”, “monarquia constitucional” e “democracia e

---

<sup>244</sup> Para uma análise mais contida acerca das histórias da Independência de Varnhagen e Bomfim ver: TONON, Marina R. **Reinventando o Brasil: Manoel Bomfim e a crítica à historiografia brasileira**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2014.

<sup>245</sup> GUIMARÃES, op. cit., p. 124.

republicanismo”, destacando que cada uma destas três tendências dividia-se em frações que inclinavam, uns à união com Portugal e outros à Independência.

A falta de harmonia em que se encontrava o Brasil teria levado a uma insatisfação geral, tanto de portugueses como de brasileiros. Enquanto isto, em Portugal, após a chegada de D. João VI, as Cortes teriam começado a legislar para o Brasil, e, dentre diversas propostas, ficou resolvida a criação de Governos Independentes, estando as tropas, em cada província, sujeitas a um governador de armas, que provavelmente seria escolhido entre os portugueses, e que se subordinaria unicamente às Cortes de Lisboa ou ao seu governo. Foi também referendado, neste momento, um decreto que ordenava o regresso do príncipe a Portugal.

Estas decisões teriam sido mal recebidas no Brasil, já que se temia pela recolonização e divisão do país. Este temor, por sua vez, finalmente despertaria um sentimento de independência entre os brasileiros. Assim, apenas neste momento os brasileiros demonstram verdadeira insatisfação com a situação e passam a desejar a emancipação nacional. Assim:

Todas as moderadas tendências da parte dos Brasileiros pensadores mudaram de repente, com a chegada especialmente do decreto para a retirada do príncipe, acompanhado logo do projeto proposto acerca da supressão dos tribunais. De um dia para o outro viu-se [*sic*] extraordinariamente alentada a pequena minoria dos clubes que ousara acenar tão cedo com a independência: e o que se viu de mais extraordinário foi o apresentarem-se alistados, abertamente a declararem contra as providências das Cortes, centenas [*sic*] de famílias inteiras, e, com mais audácia e valor que os Brasileiros, os próprios Portugueses, empregados públicos ou estabelecidos no Brasil, uns porque viam desde logo a perspectiva de ficarem a meio soldo, outros, proprietários e comerciantes, não viam na retirada do príncipe senão dissolução, anarquia e saqueio geral, segundo tinham o exemplo do que haviam sofrido os Espanhóis por ocasião de se proclamarem em republica os Estados limítrofes <sup>246</sup>.

Tendo em vista esta perspectiva, brasileiros e portugueses passariam prontamente a se manifestar contra a partida do príncipe, com a intenção de evitar a anarquia a que teriam se submetido os Estados espanhóis para proclamarem a república, indicando que o melhor caminho para o Brasil, naquele momento, era a manutenção da Monarquia.

O príncipe ao perceber a gravidade da situação teria pensado em desobedecer às ordens vindas das Cortes, já que do contrário sacrificaria vidas brasileiras, mas sua decisão de

---

<sup>246</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. “História da Independência do Brasil”. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 79 (133): 23-596, 1916. p. 125.



ficar, só teria sido tomada após a leitura de uma carta de Thomaz Antonio, homem de confiança de D. João, para um velho amigo Antonio Soares de Paiva. Na carta, o ex-ministro do rei dizia que se o príncipe desejasse salvar seu pai e os reinos de Portugal e do Brasil, além de si próprio, não deveria de forma alguma deixar o Brasil.<sup>247</sup>

Os acontecimentos que fizeram o príncipe mudar de opinião quanto à sua partida para Portugal teriam sido, primeiramente, o receio de perder vidas brasileiras na desordem que sua ausência causaria, e a carta de Thomaz Antonio, fato determinante. Esta interpretação aponta para a imagem positiva de D. Pedro que pelo bem de todos, brasileiros e portugueses, decidira sacrificar seu desejo de retornar a Portugal.

Neste processo descrito por Varnhagen, a participação de José Bonifácio teria se restringido à redação de uma representação da Junta de São Paulo em que se reivindicava a permanência do príncipe, publicada quando este já havia tomado sua decisão e a participação de José Clemente Pereira, presidente do Senado da Câmara, se resumira a um discurso em que o mesmo suplicou ao príncipe que suspendesse sua viagem, quando este já havia decidido por essa resolução, ou seja, a participação destes atores não teriam sido decisivas para a determinação do “Fico”.

Após os acontecimentos que levaram à permanência do príncipe no Brasil, depois de uma crise com as tropas portuguesas, resolvida pela fidelidade de D. Pedro, uma viagem à Minas Gerais teria ocasionado uma importante mudança “[...] operado no ânimo do príncipe uma transformação radical. Tinha-se completamente naturalizado brasileiro, e de tal começou a ufanar-se perante o próprio pai”<sup>248</sup>. Enfatizando a transformação no ânimo do príncipe, Varnhagen buscou dar como terminada a ligação do mesmo com Portugal identificando-o totalmente com as causas brasileiras.

A isso teria se seguido uma série de ações que reforçaram, ainda mais, os laços do príncipe com o Brasil, foram elas: o decreto, conhecido como “cumpra-se”, determinando que as decisões das Cortes portuguesas só se cumpririam no Brasil com o aval do regente; a aceitação por parte do príncipe do título de *Defensor Perpétuo do Brasil*; o anúncio de que uma assembleia geral constituinte e legislativa seria convocada após as eleições dos Deputados das Províncias, e por fim, um decreto declarando inimigas quaisquer forças armadas que viessem de Portugal. Segundo Varnhagen, em “todas estas decisões tinha já grande parte a Maçonaria, de cujo Grande Oriente o ministro José Bonifácio era ainda grão-mestre”.

---

<sup>247</sup> Ibidem, p. 129.

<sup>248</sup> Ibidem, p. 156.

No entanto, apesar da influência da Maçonaria em seu governo, a decisão de declarar a Independência do país teria sido obra do próprio príncipe, pois este, ao visitar a província de São Paulo a pedido de sua junta, já “se despediu quase resolvido a declarar a independência”<sup>249</sup>. No entanto, a decisão do príncipe só teria sido definida após o recebimento dos despachos vindos do Rio de Janeiro, enviados pela princesa, sua esposa, e por José Bonifácio. Nestes despachos, encontravam-se cartas que traziam notícias a respeito de resoluções tomadas pelas Cortes portuguesas, resoluções estas “que careciam com urgência de ser prevenidas, antes que chegassem oficialmente”.<sup>250</sup>

Afinal, o príncipe tomara a decisão certa, já que:

Não lhe restava, pois, mais que uma de duas resoluções a tomar: ou proclamar de todo a independência, para ser herói, ou submeter-se a cumprir e fazer cumprir os novos decretos das Cortes, não já para ir como fora ordenado no ano anterior, viajar com mentores, mas, sim, mui provavelmente, para finda a Constituição, ser chamado à barra pelas Cortes a fim de se justificar pelos seus atos, e dobrar os joelhos em presença dos seus imprudentes afrontadores.<sup>251</sup>

Para Varnhagen, “inspirado pelo gênio da glória”, com esta resolução, o príncipe “acabava de salvar o Brasil, propondo-se a formar de todo ele unido uma só nação americana”<sup>252</sup>. Dessa forma teria se feito a Independência do Brasil para Varnhagen: o príncipe como seu principal articulador, apoiado pela Maçonaria e tendo como inimigo a combater as Cortes portuguesas que faziam seu pai prisioneiro. Para Varnhagen, o príncipe foi o herói e salvador do Brasil.

Segundo Varnhagen, o processo de independência teria ocorrido, portanto, de forma assertiva e tranquila graças às ações da monarquia portuguesa e, especialmente, de D. Pedro I, elegendo, este último, como salvador e fundador do Império brasileiro. Tendo, portanto, o papel de fundadora, fica claro que a monarquia portuguesa não só concordava com a independência, como também contribuiu de forma fundamental para que ela ocorresse sem sérios embaraços. Assim, sob a proteção da monarquia portuguesa o Brasil teria alcançado sua independência, além de sua unidade nacional.

Desta maneira, para Varnhagen, o Estado brasileiro em formação era entendido como continuidade do Estado português, ou seja, o Brasil, após a independência, teria herdado de

---

<sup>249</sup> VARNHAGEN, op. cit., p. 181.

<sup>250</sup> Ibidem, p. 185.

<sup>251</sup> Ibidem, p. 185-186.

<sup>252</sup> Ibidem, p. 187.

Portugal as bases para construir sua nação. Uma nação que, exatamente por ser herdeira de Portugal, poderia ser grandiosa.

Ao realizar esta abordagem, Varnhagen expõe seu projeto político em que elege a Monarquia como forma de governo para o Brasil, além de um governo Monárquico o Brasil de Varnhagen deveria herdar, também, o modelo de civilização Europeia e todas as consequências que isto comporta, como a unidade racial com a predominância do homem branco.<sup>253</sup> Esta versão ganharia, mais tarde, o lugar de principal referência acerca da independência nacional e tornando-se peça fundamental na consolidação de uma memória política em torno da solução imperial.<sup>254</sup>

### 3.2 - A Independência do Brasil ou a falta dela

Como vimos, a história da Independência está atrelada à ideia de emancipação e autonomia do povo brasileiro e por isso é tão importante para a construção empreendida pelos textos aqui analisados, neles vemos afinidade em relação à interpretação do tema, uns mais radicais, no sentido de ir ao extremo oposto da interpretação histórica de Varnhagen, e outros mais ponderados. No entanto, de forma geral, tendem a compreender a Independência como um acontecimento que não trouxe a tão esperada emancipação mantendo o Brasil atrelado a uma monarquia que não representava as aspirações e desejos de sua população.

Como sabemos, o significado da Independência já ganhou diversas interpretações com fortes debates a respeito de suas continuidades e descontinuidades repletas de paradoxos, suas circunstâncias densas e complexas possibilitaram e, ainda possibilitam, múltiplas leituras que a apontam como uma “revolução liberal”, uma “transição pacífica”, um “desquite amigável”, uma “revolução” com ampla repercussão popular ou como uma “reação conservadora”. Todas estas interpretações já foram acionadas em algum momento, revelando um forte uso político deste acontecimento.<sup>255</sup>

Bastante discutida pelos pensadores da história, a data se tornou particularmente importante com a Proclamação da República, já que neste momento o sete de setembro

<sup>253</sup> TONON, Marina R. **Reinventando o Brasil: Manoel Bomfim e a crítica à historiografia brasileira**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2014, p. 109.

<sup>254</sup> KÄFER, Eduardo Luis Flach. **Entre a Memória e a História: a historiografia da Independência nos cem anos da emancipação**. 2016.126f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS. Porto Alegre, 2016. p. 83.

<sup>255</sup> COSTA, Wilma Peres. A independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ, Istivan. (Org.) **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005. p. 56.

deveria ser revisitado como marco fundador da nacionalidade brasileira. Os republicanos se viram com dificuldades de justificar tal data comemorativa no calendário de feriados nacionais, mas acabaram por optar, de forma geral, pela conciliação com o passado monarquista.<sup>256</sup>

A construção da Independência como um marco importante para a emancipação brasileira é revisitada pelas obras analisadas nesta tese. Ela é vista de uma forma geral, como uma construção importante que deve ser revisada para que seu significado se transforme e traga à tona seu verdadeiro papel na construção da nacionalidade.

Manoel Bomfim, o maior representante do projeto de Brasil estudado por esta tese, ao tratar do tema defende que sem a intervenção da monarquia a Independência teria se realizado com a República. A emancipação com adoção do regime republicano seria inevitável pela força do desejo nacional, no entanto, a monarquia a teria tomado para si, garantindo assim a continuidade do domínio da metrópole sobre o Brasil.

Em *O Brasil na História*, Bomfim trata dos acontecimentos da Independência de forma dispersa, uma vez que o tema perpassa todo o livro. No entanto, dada à relevância do assunto, Bomfim também lhe dedicou um apêndice nomeado de *A História da Independência* em que se debruça de forma mais intensa sobre o período.

Em sua abordagem, Bomfim buscou refutar concepções instituídas pela historiografia oficial, elaborando respostas às questões apontadas, por ele, como “deturpadas” por esta historiografia. Desta forma, buscou realizar uma enfática defesa de sua versão dos fatos assumindo a “paixão” como forma de alcançar a verdadeira história da nação. Apesar de negar a objetividade, Bomfim, não deixou de utilizar fundamentos importantes do método histórico, apoiando-se em diversas fontes como cartas, revistas, testemunhos de viajantes, documentos oficiais e livros para compor sua obra, assumindo parte do método histórico ao mesmo tempo em que realizava uma crítica a ele.

Um ponto importante para a interpretação de Bomfim a respeito da história da emancipação diz respeito à presença da corte portuguesa no Brasil, Bomfim acreditava que, ao contrário do que alguns autores, como Varnhagen, afirmavam este fato não contribuiu para deflagrar a Independência, e sim a atrasou, já que o desejo de emancipação se fazia presente nas aspirações dos brasileiros desde os movimentos insurrecionais do final do século XVIII. Para ele:

---

<sup>256</sup> Ver: MOTTA. 1992, p. 15; OLIVEIRA, Lucia Lippi. 1989. "As festas que a República manda guardar". Estudos Históricos, n. 4. p.172-89.

A presença da coroa, com o seu aparato de força e corrupção, pode retardar a redenção do Brasil, sobretudo depois do fracasso dos Pernambucanos; todavia desde que, a pretexto de constituição, foram levados os Brasileiros a manifestarem-se a favor da liberdade política, deram largas aos seus contidos anseios, e, sentindo-se fortes nas suas aspirações nacionais, nada mais os poderia conter.<sup>257</sup>

Assim, o desejo de emancipação nacional existente nos brasileiros foi ativado pela presença da corte, que, com o desenrolar dos fatos, percebeu neles “um indomável espírito de reivindicação nacional”<sup>258</sup>. A contundente busca pela emancipação do brasileiro, que será discutida mais adiante, tornava, portanto a Independência inevitável, e percebendo a situação a coroa a tomou para si.

Assim, a chegada da corte portuguesa ao Brasil teria ocasionado, aos brasileiros, certa autonomia em relação a Portugal, mas não contribuíra de fato para livrar o país do domínio português. Mais tarde, com a *Revolução Constitucionalista do Porto* (1920) e a exigência do retorno de D. João VI a Portugal, teria se iniciado de fato o processo de Independência.

Os acontecimentos que antecederam 1822 são interpretados como movimentos planejados para entregar a coroa a D. Pedro; a volta de D. João a Portugal, exigida pelas Cortes, teria sido “o primeiro ato da farsa”:

Com a partida de D. João VI, fechou-se o primeiro ato da farsa, que veio a ser a – Independência do Brasil, registrando, o mais interessado no embuste, um excelente resultado: achou-se senhor do país, livre para arranjar uma independência em que se garantisse.<sup>259</sup>

O próximo passo, o segundo ato, para a Independência a gosto de D. Pedro teria sido a “farsa do Fico”. Este episódio foi apontado por Bomfim como um conluio entre o príncipe e a maçonaria, esta por sua vez, teria sido corrompida pelas ações de Joaquim Gonçalves Ledo “cuja canalhice tornou possível – desvirtuar-se a tradição maçônica, até então brasileira e republicana”<sup>260</sup>.

O “Fico”, portanto, é entendido como o ato principal para adiar e corromper a Independência. Para Bomfim, “[...] foi a *ficada*, que, desde logo, desvirtuou a Independência e a entregou (e com ela o Brasil) ao Príncipe. Do momento do Fico em diante, desapareceram

<sup>257</sup> BOMFIM, Manoel. **O Brasil na História**: deturpação das tradições, degradação política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930. p.483.

<sup>258</sup> Ibidem, p.484.

<sup>259</sup> Ibidem, p. 497.

<sup>260</sup> Ibidem, p.501.

as possibilidades de República [...]”<sup>261</sup>. Com isso, o feito passa de um ato heroico a uma atitude mesquinha que visava manter o Brasil sob o domínio português.

Por fim, o “gesto do Ipiranga foi o momento capital, no terceiro ato da farsa da Independência, e é o que se salva de toda ela”<sup>262</sup>, pois teria sido o único ato feito em favor do Brasil. Conduzida por José Bonifácio, “Monarquista intransigente, cordialmente bragantista, sempre avesso a revoluções, José Bonifácio foi o mais radical independentista de todos que, de fato, concorreram na obra”<sup>263</sup>, teria feito a Independência para o Brasil:

José Bonifácio nada preparou, antes, para a Independência; todavia uma vez no Governo, foi o senhor da situação, o ostensivo condutor da política, até o ponto de, apesar de tudo, fazer a mais brasileira das independências que podiam sair do fisco de José Clemente, tão nacionalizada, que nunca mais foi possível voltar atrás para a sonhada reunião.<sup>264</sup>

Ao entrar para o governo, Bonifácio teria se tornado um condutor ativo e lúcido dos acontecimentos, e, quando vieram os ataques das Cortes portuguesas à “dignidade nacional”, o ministro “respondeu desassombradamente, e a cada um dos golpes do lusitanismo cartista, respondeu com outro mais eficiente”.<sup>265</sup> Conduzindo a política brasileira contra os mandos de Portugal e, com este posicionamento, teria obtido uma Independência menos bragantina e mais brasileira.

Entretanto, mesmo “na plenitude do programa criado pelo Andrada”, a Independência fora para Bomfim “viciosa, incompleta e desorientadora, uma vez que contrariava os patentes intuits da nacionalidade, segundo a tradição santificada e consagrada no sangue dos nossos mais legítimos e característicos patriotas”.<sup>266</sup>

Com este último ato se concluía, para Bomfim, a grande farsa que foi a Independência: o que se seguiu a ela não seria nada além da continuidade do que já ocorria, ou seja, o Brasil, apesar de aparentemente emancipado, “estava sob o governo de *legitimíssimos* representantes da metrópole”.<sup>267</sup>

A versão da Independência construída por Bomfim aponta, portanto, a monarquia portuguesa como um fardo que através de suas tramoias teria impedido a verdadeira

---

<sup>261</sup> Ibidem, p. XIX.

<sup>262</sup> Ibidem, p. 512.

<sup>263</sup> Ibidem, p. XVIII

<sup>264</sup> Ibidem, p. 509.

<sup>265</sup> Ibidem, p.513.

<sup>266</sup> Ibidem, p.515.

<sup>267</sup> Ibidem, p. I.

emancipação do Brasil, esta deveria ter ocorrido pelas mãos dos brasileiros e trazido com ela a República, verdadeiro desejo nacional.

Se contrapondo de forma direta à *História da Independência* de Varnhagen, que é inclusive citada em diversos momentos como exemplo de história bragantina, Bomfim deixa claro o ponto de vista que o conduziu em sua escrita e que perpassa toda sua versão da História Nacional. A ideia de uma tradição que aponta para um futuro específico e que só pode ser compreendida através da paixão é, portanto, a fórmula que possibilita sua versão da história da Independência.

O livro *Política no Brasil ou o nacionalismo radical* (1920) de Álvaro Bomílcar também faz parte do grupo de trabalhos que apontam a Independência, da forma como foi feita, como um atraso ao desenvolvimento nacional, pouco relevante para seu avanço, entendendo-a como uma continuidade do domínio português sobre a nação brasileira.

Sua obra, uma compilação de artigos apresentada como um “ensaio de crítica social e histórica” foi organizada em duas partes, a primeira contém críticas de livros ou textos considerados importantes pelo autor como *A Organização Nacional* (1914) de Alberto Torres, *América Latina: males de origem* (1905) de Manoel Bomfim, *Nacionalismo Econômico* (1917) de Nicolau Debané, *O Brasil Heroico* (1918) de Alípio Bandeira, além de um texto que discute a política no Brasil, outro que se dedica a crítica do texto *A língua portuguesa no Brasil* (1919) de Afrânio Peixoto e por fim um artigo dedicado a obra de Farias Brito. Já a segunda parte é composta por alguns discursos pronunciados pelo autor em momentos solenes, como na ocasião da fundação da *Ação Social Nacionalista*. Sendo assim, o autor não se preocupa em contar a história da Independência de forma detalhada, mas a descreve em linhas gerais, em um ou outro artigo, indicando sua posição sobre o acontecimento.

O autor afirma que a partir do século XVIII em diante a ideia de Independência ganha espaço ficando cada vez mais forte criando a possibilidade de sua realização a partir das mãos brasileiras, de uma forma gloriosa ou pela mão bragantina, como uma cilada:

Se vingasse com a revolução de 1817 teríamos feito o Brasil, republicano, o Brasil americano, o Brasil brasileiro, sem vícios de origem, pois o perigo do fracionamento em pequenas pátrias- único argumento dos adversários sistemáticos da República, - não pode ser invocado pelo critério da política positiva, orientada por nobres sentimentos <sup>268</sup>.

---

<sup>268</sup> BOMÍLCAR, Álvaro. *A política no Brasil ou o nacionalismo radical*. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Maurillo, 1920. p. 5.

A independência brasileira seria, portanto, feita com a República só ela teria impedido os vícios que a nação continuaria a carregar sem ela, “fizemo-la, porém, em 1822, com a monarquia, por inspiração de José Bonifácio e de mãos dadas com o elemento suspeito, trabalhinho sorrateiro do reinol José Clemente Pereira”.<sup>269</sup>

A respeito da participação de José Bonifácio e Clemente Pereira, Bomílcar se baseando na versão proposta por Rodrigo Octávio<sup>270</sup> em seu livro *Festa Nacionais* (1893) afirma que a implantação da monarquia foi obra de Bonifácio, mas o estabelecimento do absolutismo e predomínio do partido português que se fizeram contra as aspirações nativistas seriam obra de Pereira.

Assim, diferentemente de Bomfim que vê a atuação de Bonifácio como positiva, Bomílcar a reduz à busca pela preservação da monarquia, afirmando que do arranjo entre estes atores se teria feito a Independência, mas não a verdadeira emancipação:

Dessa estranha aliança política entre o brasileiro e o português, desta desvantajosa camaradagem entre vitima e algoz, de ontem, nasce o Império do Brasil, o luso-brasileirismo e a Independência, - deusa factícia, ante cujos altares ajoelhamos, contritos e reverentes, em 7 de Setembro de cada ano...<sup>271</sup>

O sete de setembro ganharia, portanto, uma importância não merecida na História Nacional, pois teria originado uma Independência “falhada” feita em um Brasil “saqueado” e “roubado” e que ainda passa a ser comemorada todo ano. A obra de Bomílcar deixa clara sua visão de que a Independência só seria de fato emancipação nacional se feita por brasileiros e com a República.

Em *História da Independência do Brasil* (1921) Carlos Maul apresenta em dois volumes sua interpretação a respeito do evento. Apontando no primeiro volume o que ele entende por “tradição revolucionária” o autor segue no segundo volume focando nos acontecimentos mais diretos da emancipação.

Do mesmo modo que as obras de Bomfim e Bomílcar, o trabalho de Maul admite a ideia de que ela teria sido uma grande farsa. Para ele:

---

<sup>269</sup> Ibidem, p.5..

<sup>270</sup> Rodrigo Otavio de Langgaard Meneses foi um jurista e magistrado nascido em Campinas (SP) em 1866, ocupou diversos cargos governamentais como secretário da Presidência da República no governo Prudente de Morais (1894-6), além de ter sido vice-presidente do IHGB e membro fundador da Academia Brasileira de Letras.

<sup>271</sup> BOMÍLCAR, Álvaro. **A política no Brasil ou o nacionalismo radical**. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Maurillo, 1920, p. 5.



O futuro com as façanhas de Pedro I veio demonstrar que o lance dramático do Ipiranga não passara de uma farsa engenhada espetaculosamente [SIC] para incutir nos brasileiros um pouco de confiança, e induzi-los a desistir da ideia republicana que era o espantinho da metrópole.<sup>272</sup>

O entendimento de que a Independência deveria se realizar com o sistema republicano, pois só assim a verdadeira tradição nacional seria seguida, é também compartilhada por Maul. Bastante preocupado em combater a história contrária à sua versão, Maul realiza uma análise a respeito da figura de D. João VI e sua participação nos acontecimentos que antecederam o sete de setembro.

Apesar de ter “exaltadores” que lhe atribuem façanhas como ter contribuído de alguma forma para a emancipação nacional ao elevar o Brasil à categoria de reino ou o glorificam pela abertura dos portos e pela concepção de iniciativas que trariam progresso a nação D. João seria uma figura que em nada contribuiu para o desenvolvimento do Brasil, sendo “um simples brinquedo das circunstâncias”. Desta forma, trata-lo como um grande estadista que proporcionou a Independência ao vir para o Brasil seria um erro de “escritores idólatras da monarquia” e mais:

Exaltar D. João VI como pioneiro da independência do Brasil é negar o heroísmo dos que bateram contra os holandeses, por amor a terra e não por solidariedade aos portugueses, dominadores como quaisquer outros; é obscurecer a galhardia do índio que defendia o solo contra os invasores; é reduzir a glória dos mártires da revolução precursoras da área de emancipação absoluta. Realmente o rei precipitou os acontecimentos, mas não com os atos políticos de sua vinda à América, e sim com a violência grosseira dos seus sequazes, com o seu próprio comportamento público que desencadeou o povo sempre predisposto a sugerir-se.<sup>273</sup>

A construção da imagem de D. João como um “pioneiro” da Independência teria sido arranjada através dos esforços de D. Pedro II que sempre trabalhou para “mostrar os seus antepassados e seus agentes como os únicos fatores de todas as glórias brasileiras”<sup>274</sup> e para isso teria contado com o apoio do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* que ao “mistificar documentos” reabilitava tais figuras.

A figura de José Bonifácio também é revisada nesta obra sendo retratada como um brinquedo de suas próprias ambições e dos acontecimentos. Citando exatamente a mesma passagem que Bomilcar reproduziu do livro *Festas Nacionais* de Rodrigo Otávio, Maul

<sup>272</sup> MAUL, Carlos. **História da Independência do Brasil**. Vol. II. H. Redó y Gbau & Comp. Rio de Janeiro: 1921 p. 127-8.

<sup>273</sup> Ibidem, p.38 - 39.

<sup>274</sup> Ibidem, p.31. Em nota de rodapé referenciando o trabalho de Aprígio Guimarães *Luiz do Rego e a Posteridade*.

atribui a Bonifácio a monarquia, já que graças a ele, que envolveu o regente, a monarquia teria lançado suas raízes em nosso território e a José Clemente Pereira as heranças que se opuseram aos desejos de progresso e liberdade do povo.

Já D. Pedro I é visto por Maul como um legítimo representante do interesse português que no evento do grito do Ipiranga, buscava apaziguar os ânimos exaltados na província e não proclamar a Independência, conferindo ainda a seu “espírito de intriga” a vitória dos Bragança, sem ele “teríamos feito em 1822 a República que era o ideal americano dos revolucionários nativistas desde o século anterior”.<sup>275</sup> O episódio da independência é entendido, portanto, como o triunfo da política bragantina e não como a verdadeira emancipação nacional. Assim, para Carlos Maul:

Mais uma vez triunfava a política do Bragança. Estava o país dividido em duas facções, a monárquica e a republicana, a de moldes absolutistas que encontrava amparo forte no elemento reinol, e a democrática que constituía a aspiração suprema dos filhos do país.<sup>276</sup>

O que restou do acontecido teria sido um país dividido entre sua verdadeira tradição revolucionária e republicana e a monarquia que somente interessava aos planos dos Bragança.

Na extensa obra *História do Brasil Ilustrada* (1905-1917) Rocha Pombo dedica um volume inteiro de 920 páginas à construção de sua interpretação a respeito da história da Independência, nela o autor apresenta uma versão mais amena e conciliadora em relação ao papel da família real portuguesa entregando a D. Pedro I o papel de grande defensor da causa nacional que teria contribuído para seu triunfo com a Independência. Anos antes em *Compendio de História da América* (1900) Pombo também apresentava uma versão da família real menos radical do que as anteriores, mas mesmo assim, entendeu a Independência como uma continuidade da colônia e não uma conquista nacional.<sup>277</sup>

Em ambas as obras Pombo afirma que o que teria contribuído para o “sentimento de pátria” que gerou o desejo de independência no colono teria sido o próprio sistema colonial que com suas injustiças gerara o desejo de emancipação.<sup>278</sup> A vinda da família real portuguesa não teria colaborado para amenizar tais sentimentos, apesar de ter trazido

---

<sup>275</sup> Ibidem, p. 123.

<sup>276</sup> Ibidem, p. 129.

<sup>277</sup> Lembrando que esta afirmação de Pombo foi alvo de críticas por parte da comissão do IHGB que avaliou seu livro para a aceitação do mesmo como membro.

<sup>278</sup> POMBO, Rocha. **História do Brasil, ilustrada**. vol. V. Continuação da parte quinta. Rio de Janeiro: J. F. Benjamin de Aguilã, [1911]; POMBO, Rocha. **Compendio de História da América**. Rio de Janeiro: Laemmert & c., 1900. p. 264.

vantagens à colônia as expectativas da população não teriam sido satisfeitas o que acirrou ainda mais a rivalidade entre portugueses e brasileiros.<sup>279</sup>

Em *História do Brasil* o autor afirma que dentro de pouco tempo a Corte se tornou “[...] mais uma excrescência incomoda e penosa, do que a portadora da era com que se tinham iludido as populações de todas as capitânias [...]”.<sup>280</sup> Assim, a presença da família real não teria contribuído para a emancipação nacional de forma direta, proporcionando mais independência à colônia, mas sim através da frustração que causara na população acirrando os ânimos para a busca da emancipação.

Será então preciso considerar o estabelecimento da corte portuguesa no Rio de Janeiro como tendo entravado a evolução que vinha fazendo, e impedido que iniciássemos em princípios do século XIX uma aprendizagem que só viemos a começar efetivamente em 1889. Sem a vinda da família real não teríamos tido a regência de d. Pedro; e sem este, é claro que não ficaríamos sujeitos a atravessar sessenta e tantos anos de império, numa impaciência e sofreguidão incessante e dolorosa, como si precisássemos de primeiro dirimir o velho pleito, para só depois entrar em plenitude da vida nacional.<sup>281</sup>

Afirmando que apenas com a República em 1889 é que se iniciou a plenitude da vida nacional, o autor ainda acrescenta em uma nota de rodapé que “[...] só em 1889 que começamos a reagir decisivamente contra tudo que sessenta anos de império subsistiu dos vícios da colônia [...]”.<sup>282</sup> Pombo entende, portanto, à República como transformadora da realidade nacional e a Independência com o império um período de entrave do desenvolvimento nacional.

A figura de D. João VI não ganha muito destaque no *Compêndio* e em *História do Brasil*, aparece mais como um ator sem muita importância que a única realização teria sido manter a unidade política do vasto domínio, e mesmo este feito poderia ser contestado.<sup>283</sup> Já D. Pedro é narrado com maior destaque dentro desta trama, visto como uma figura popular, isto porque, segundo Pombo, os brasileiros desejavam a Independência e viam no príncipe uma figura que se mostrava digna e “capaz de realizar” a “obra” que traria a tão desejada

<sup>279</sup> POMBO, Rocha. **Compêndio de História da América**. Rio de Janeiro: Laemmert & c., 1900. p. 266

<sup>280</sup> POMBO, Rocha. **História do Brasil, ilustrada**. vol. V. Continuação da parte quinta. Rio de Janeiro: J. F. Benjamin de Aguilá, [1911]. p.211.

<sup>281</sup> Ibidem, p.443.

<sup>282</sup> Ibidem, p.443.

<sup>283</sup> Pombo parece relativizar o fato e sua importância. Ver: POMBO, Rocha. **História do Brasil, ilustrada**. vol. V. Continuação da parte quinta. Rio de Janeiro: J. F. Benjamin de Aguilá, [1911]. p. 451. Veremos esta contenda com maiores detalhes mais adiante.

autonomia à nação brasileira.<sup>284</sup> D. Pedro foi apontado ainda como uma pessoa generosa, pois se mostrava devotado a obra da independência, mesmo não sendo o primeiro interessado.<sup>285</sup>

José Bonifácio é tido como um homem notável que assumiu a “direção” naquele “grande momento”, sempre buscando levar a situação no sentido da Independência. Pombo, entretanto, não atribui nenhuma paternidade definitiva ao ato de sete de setembro deixando tudo como um ato quase coletivo em que vários atores contribuíram para seu desfecho final.<sup>286</sup>

O sentido geral da Independência é alterado entre os dois livros. No *Compêndio de História da América* a Independência foi entendida como insuficiente para satisfazer o espírito liberal que teria caracterizado a revolução americana. O processo de emancipação é lido como “falso”, um “arranjo dinástico” que deve como desfecho provocado pelo “autoritarismo de D. Pedro” e pelo “predomínio dos Andradas” a anarquia de seus primeiros anos de governo.<sup>287</sup> E traz o sentido final afirmando que “O império foi um verdadeiro prolongamento da colônia, sob o ponto de vista social e político.” E que no Brasil, portanto, a “reação contra o sistema colonial só começou francamente em 1889”.<sup>288</sup>

Já em *História do Brasil Ilustrada*, o autor apesar de manter a mesma afirmação de que apenas em 1889 o Brasil se fez livre, como vimos acima, transforma a Independência em um grande feito que teria muito trabalho para se firmar após o mesmo, restando tornar efetivo o que havia feito. Para tanto, D. Pedro, teria apresentado bastante dificuldade neste processo de efetivação se mostrando cada vez mais impopular até “tornar-se incompatível com os sentimentos dos brasileiros”. Entretanto, para o autor a história deveria absolvê-lo dos erros cometidos já que este teria devotada sinceridade e paixão a obra.<sup>289</sup>

Vemos, portanto, uma variação na interpretação principalmente em relação à importância do evento e da figura de D. Pedro I, ambos ganhando maior importância para a História Nacional na segunda versão.

Em *História do Brasil, curso superior* (1900) João Ribeiro apresenta a versão da Independência que mais destoa das outras analisadas, já que aponta o evento como um marco

<sup>284</sup> POMBO, Rocha. **Compêndio de História da América**. Rio de Janeiro: Laemmert & c., 1900. p. 269.

<sup>285</sup> POMBO, Rocha. **História do Brasil, ilustrada**. vol. V. Continuação da parte quinta. Rio de Janeiro: J. F. Benjamin de Aguilã, [1911]. p.758.

<sup>286</sup> *Ibidem*, p. 640.

<sup>287</sup> POMBO, Rocha. **Compêndio de História da América**. Rio de Janeiro: Laemmert & c., 1900. p. 333-334.

<sup>288</sup> *Ibidem*, p.265.

<sup>289</sup> POMBO, Rocha. **História do Brasil, ilustrada**. vol. V. Continuação da parte quinta. Rio de Janeiro: J. F. Benjamin de Aguilã, [1911]. p.758.

significativo que, de fato, trouxera certa emancipação à nação, além de exaltar a figura de D. Pedro como um grande defensor do Brasil que realizou a Independência, em prol da nação.

O autor defende que o período que antecede os acontecimentos da Independência se caracteriza pela presença de dois “exércitos” opostos, os *constitucionalistas* representados pelos portugueses que buscavam a democratização da monarquia e os *republicanos*, mamelucos que almejavam a liberdade defendendo a revolução americana. Apesar desta divisão clara entre portugueses e brasileiros, Ribeiro não faz a defesa de nenhum dos dois ideais afirmando apenas que o absolutismo, representado naquele momento pela monarquia na figura de D. João VI, era impossível de ser mantido e os dois lados teriam que combatê-lo.  
290

Ao afirmar que o absolutismo não era mais possível, o autor também conclui que “No Brasil tampouco poder-se-ia pensar na monarquia como forma de governo se um dia o país se emancipasse do julgo tradicional”<sup>291</sup> e que a revolução constitucional é, portanto, de origem portuguesa. Assim, se feita pelos brasileiros a emancipação deveria trazer consigo a República, mas como foi feita por Portugal, manteve a monarquia.

Ribeiro ao analisar a vinda da corte portuguesa para o Brasil aponta este evento como o verdadeiro responsável pela Independência política do Brasil ainda que “efêmera”, já que depois de suas consequências não teria sido mais possível reestabelecer o monopólio e as leis do antigo regime.<sup>292</sup> Ainda que as Cortes tenham tentado fazer com que isso ocorresse.

D. João VI apesar de ter trazido com ele de Portugal a autonomia para o Brasil, ainda que “sob as formas do absolutismo” não teria tido competência para criar aqui “um novo império” como havia dito que o faria. D. João é ainda apontado como o grande desmoralizador das instituições monárquicas, já “impopular e antipática às aspirações americanas”. Sem capacidade para levar o complicado momento político suas atitudes teriam comprometido para sempre o prestígio da instituição.<sup>293</sup>

Já D. Pedro é construído com uma imagem muito mais positiva, após o retorno de D. João para Portugal, o príncipe passa a ser a principal figura da Independência. Com o plano das Cortes portuguesas de recolonizar o Brasil, D. Pedro teria se posicionado ao lado das “aspirações liberais dos brasileiros”, assumindo o comando quando os mesmos não podiam, já que:

---

<sup>290</sup> RIBEIRO, João. **História do Brasil** – curso superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1964. p, 339.

<sup>291</sup> Ibidem, p. 339.

<sup>292</sup> Ibidem, p. 323.

<sup>293</sup> Ibidem, p.326.

[...] o Brasil, não estando de todo preparado para tão súbita regeneração, qual a que aspiravam os seus filhos, dividia-se em partidos, sem ter a consciência exata da revolução que mal ignorada e latente se ia fazendo; uma destas divisões formando maior sulco era naturalmente mais profunda e punha em partes contrárias e antagonicas os portugueses e os brasileiros. Assim, a questão política, como outrora, abrasava-se com a nacionalidade.<sup>294</sup>

Apesar de admitir interesses opostos entre brasileiros e portugueses, Ribeiro lamenta esta cisão entre os dois grupos, já que como os brasileiros não estavam prontos para realizar a Independência com a República a única solução possível seria a Independência com o príncipe, e para isso era necessário acabar com este antagonismo. Para o autor, D. Pedro era o “órgão mais profícuo e eficaz dessa difícil conciliação”. Apresentado, portanto, como um protetor do Brasil que buscava o apoio do povo, o príncipe é visto, assim como o Brasil, como uma vítima “do mesquinho despotismo das Cortes”.<sup>295</sup>

O ato do “Fico” surge nesta leitura como uma desobediência formal às Cortes e uma aliança entre o príncipe e os brasileiros. Neste momento a presença de José Bonifácio se faz importante e o autor atribui a ele a responsabilidade de restituir a unidade política brasileira que as Cortes buscavam fragmentar. Ribeiro conclui sua versão da participação de Bonifácio afirmando que daquele momento em diante “[...] começa a ação construtora de José Bonifácio, que alarga e amplifica o triunfo obtido, mas na verdade não sem imoderação e imprudência”.<sup>296</sup>

Por fim, Ribeiro conclui que o ato da Proclamação da Independência em sete de setembro, apesar de ter sido eleito como marco da emancipação política poderia não o ter sido. O autor aponta a chegada da família real como a “verdadeira” data da emancipação e apesar de reconhecer um espírito republicano nos nacionais aponta a obra da Independência, relativizando sua data, como um marco transformador para o Brasil.

Como vimos, a Independência é tida como um momento chave para a História Nacional apesar de algumas variações, os textos analisados defendem a ideia de que os brasileiros desejavam a emancipação com a República, mas esta não pode se realizar, seja pela usurpação portuguesa como aponta Bomfim, Bomílcar, Maul e com um pouco mais de cautela Pombo, seja pela falta de preparo dos brasileiros como aponta Ribeiro.

De qualquer forma, entende-se que a monarquia funciona, no mínimo, como algo provisório que não pode ser a versão final de um governo brasileiro. Para os mais enfáticos era sim uma forma de atraso do desenvolvimento nacional.

---

<sup>294</sup> Ibidem, p. 348.

<sup>295</sup> Ibidem, p. 348.

<sup>296</sup> Ibidem, p.350.

Figuras como as de D. João VI, D. Pedro I e José Bonifácio ganham destaque nestas interpretações ora com imagem negativa como é o caso de D. João de forma unânime, ora positiva como D. Pedro para alguns. D. João como já é unanimemente apontado como uma figura fraca, cheio de más intenções ou simplesmente incompetente. Já D. Pedro é apresentado como um esperto articulador que tomou o poder para si nas versões de Bomfim, Bomfílcar e Maul, ou como um competente defensor dos interesses nacionais que buscava livrar o Brasil das Cortes como quer Pombo e Ribeiro.

José Bonifácio também é figura controversa, enquanto Bomfílcar e Maul constroem sua imagem de uma forma negativa, já que este teria inspirado a monarquia, Bomfim, apesar de com ressalvas, entrega a ele o título de defensor dos interesses nacionais. Já Pombo e Ribeiro o veem como um importante articulador, mas sem grandes destaques.

Por fim, vemos que o sentido da Independência apresenta algumas variações, enquanto para Bomfim, Bomfílcar e Maul ela é entendida como um atraso para o desenvolvimento nacional, pois naquele momento a verdadeira emancipação só seria feita pelas mãos dos brasileiros e com a implantação da República, para Pombo sua importância pode ser relativizada já que apenas com a República teríamos iniciado uma reação à exploração portuguesa, mas ainda assim aponta o marco como um acontecimento relevante que teria gerado consequências importantes para o desenvolvimento nacional e, por fim, para Ribeiro, apesar de entender que se feita pelo brasileiro ela teria que ser Republicana e que não poderia ser considerada a forma final de governo ideal para o Brasil, a Independência seria um avanço que trouxe certa autonomia para a nação e sua população.

### **3.3 – O sentido da colonização**

Os quase trezentos anos de colonização brasileira marcaram a História Nacional e a interpretação de seu sentido vem sendo discutida ao longo dos anos. Seu significado pode ser relacionado de forma direta com o desfecho da Independência, tanto com explicações que exaltam a herança colonial como com interpretações que culpam a colonização pelos males enfrentados pela nação. Adeptos do segundo grupo, os textos estudados nesta tese apresentam variações, as vezes mais brandas, as vezes mais radicais de uma interpretação que funde o desfecho da Independência a uma colonização ligada à exploração do Brasil.

Durante o centenário da Independência de 1922, o sentido da colonização e sua relação com a emancipação nacional também foi bastante discutido. Se por um lado alguns

autores, como Afrânio Peixoto<sup>297</sup>, enalteciam a herança colonial ligando-a à cultura greco-romana e à moral cristã, por outro o tom dominante no evento foi de crítica à colonização e suas consequências para o desenvolvimento nacional.<sup>298</sup>

Ao longo do tempo duas versões do passado nacional se destacaram: a primeira avaliava positivamente o passado colonial e imperial, acreditando no valor das nossas tradições, fruto da colonização portuguesa e da influência da Igreja Católica. Já, a segunda, via a República como uma ruptura necessária com o passado português corporificado no regime monárquico. Para esses republicanos, a nacionalidade seria o resultado da luta contra o passado e a organização de uma nova sociedade.<sup>299</sup>

Pensadores como Bomfim e Bomílcar são notados neste período como grandes opositores da colonização e da influência portuguesa na formação do Brasil como nação. A defesa de Álvaro Bomílcar por um nacionalismo radical ao organizar movimentos sociais e políticos, como já vimos, pretendendo lutar pela valorização do brasileiro em oposição à herança colonial portuguesa foi bastante repercutida.<sup>300</sup>

Neste tópico pretende-se compreender o sentido que os textos estudados atribuem à colonização e como sua herança influenciou nos males do Brasil, refletindo a respeito de como estas versões da história lutam por construir um sentido e pela defesa da colonização como um mal para o Brasil.

Em o *Brasil Na História*, Manoel Bomfim apresenta o período da colonização como um momento de “infecção no organismo social brasileiro” que impediu a nação de prosperar e se desenvolver. Apesar da visão negativa a respeito da administração portuguesa sobre o Brasil, o autor aponta as origens de Portugal como heroicas, esta mesma origem teria sido passada ao Brasil, mas com o tempo, a metrópole teria se degradado. Desta forma, a “Primeira nação a constituir-se nos restos da Idade Média, primeiro grande império moderno, primeira potência ultramarina, Portugal teve a triste glória de ser a *primeira* decadência, entre as nações modernas”.<sup>301</sup>

Apesar de toda sua história e origem Portugal teria levado, através de sua exploração, o Brasil a degradação:

---

<sup>297</sup> PEIXOTO, Afrânio. *Minha terra, minha gente*. 2ª. ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves; Lisboa-Paris, Allaud e Bertrand, 1916. Outra interpretação da herança colonial como positiva foi produzida por Afonso Celso, Ver: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p.142.

<sup>298</sup> COSTA, Wilma Peres. A Independência na historiografia brasileira. In: JANCÓS, István (org.) **Independência: história e historiografia**. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005. p. 19.

<sup>299</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.24.

<sup>300</sup> Ibidem, p. 135.

<sup>301</sup> BOMFIM, Manoel. **O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930. p. 271.



A explicação do paradoxo, que é a causa mesma da desgraça em que sofreu o Brasil, até quase perder o caráter; essa causa nós a encontramos na degeneração da metrópole, que, decaída degradada, pesou sobre o Brasil com toda a miséria da sua degradação, contaminando a vida pública da colônia, na proporção, mesma, da necessidade em que se encontrava.<sup>302</sup>

A ambição e a ganância portuguesa, frutos de sua degeneração, levariam a mais cruel exploração da colônia. Portugal teria fechado o Brasil para o resto do mundo isolando da vida e do progresso. A administração dos Bragança degradados, “corruptos, ineptos, doidos e cruéis”<sup>303</sup> legou à nação a degradação e a ignorância buscando extinguir as energias nacionais que surgiam nos brasileiros.

O período da colonização é entendido, portanto, como o grande mal da nação, os problemas que o Brasil possuía seriam fruto destes quase trezentos anos de exploração da terra e das gentes. Levando a necessidade de se lutar contra essa herança e contra sua exaltação.

Álvaro Bomílcar, concordando com o diagnóstico de Bomfim, utilizou o mesmo conceito usado por ele em *América Latina: males de origem* para explicar a exploração da metrópole sobre a colônia. O *parasitismo* de Portugal teria levado o Brasil a três séculos de “obscurantismo”<sup>304</sup>.

O *parasitismo* teria difundido em “nossas artérias” todos os vícios oriundos da “inferioridade de caráter, índole e educação” vindas dos portugueses, já em “decadência” na época do descobrimento. Essa deterioração do caráter português é que teria contribuído para a instauração da escravidão entre outros problemas:

O autor [Bomfim] mostra cabalmente o que se deve entender por parasitismo, e põe a descoberto, diante dos nossos olhos atônitos, esse polvo imenso, que se fixou de mil maneiras no organismo deste país, ajudado pelos costumes, pelas tradições, pelas leis, contaminando todas as classes, estribando-se ao princípio na escravidão, e baseando-se, depois de feita a abolição, no preconceito de raça.<sup>305</sup>

A escravidão é vista como um grande erro que ocasionou o preconceito de raça, prolongando os problemas sociais enfrentados pela nação.

---

<sup>302</sup> Ibidem, p. 270-271.

<sup>303</sup> Ibidem, p. 298.

<sup>304</sup> O artigo em que Álvaro Bomílcar analisa o livro *América Latina: males de Origem* de Manoel Bomfim, analisado no primeiro capítulo da tese reaparece agora como parte de livro *A Política no Brasil ou o Nacionalismo Radical*.

<sup>305</sup> BOMÍLCAR, Álvaro. **A política no Brasil ou o nacionalismo radical**. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Maurillo, 1920, p.30.

A colonização portuguesa não teria carregado consigo apenas decadência e imoralidade, com ela também veio a Igreja Católica que teria sempre visado a “Ordem, o Bem e a união espiritual no Mundo” e seu papel no Brasil particularmente, seria:

[...] no caso particular que nos ocupa, no caso do Brasil, é de justiça convir, que vindos de Portugal, nos tempos de obscurantismo que se seguiram ao descobrimento, nessa longa noite de 300 anos, os únicos hospedes que nos honraram, os únicos humanitários e benfazejos, foram os Nobrega, os Anchieta, os Vieira, todos esses ilustres, boníssimos e cândidos jesuítas.<sup>306</sup>

Bomílcar defende, portanto, a ação da igreja católica como única salvadora da degradação e exploração que se encontrava na colônia, desta forma, não seria possível negar a importância de seu papel histórico.

Seguindo a mesma linha de pensamento, referente a avaliação a respeito da colonização, Carlos Maul entende a administração da colônia como uma política de exploração da terra e do que nela se produzia e faz uma enfática crítica à ambição portuguesa:

Eram qualidades peculiares das gentes ibéricas dos séculos XV ao XVIII a audácia para as incursões nos territórios desconhecidos e a voracidade do ganho imediato. Não os preocupava o desejo de construir a grande pátria. Queriam apenas envolver de luxo o rincão europeu que esperava, a cada retorno de caravela, as especiarias, os metais preciosos, as essências finas, tudo enfim que pudesse concorrer para o gozo sem esforço das castas sibaritas.<sup>307</sup>

Além da exploração da terra e de suas produções, a escravidão também recebe avaliações negativas, como mais um sintoma da ambição e da sede de exploração portuguesa que arrancara “violentamente” os negros de seu meio.<sup>308</sup>

Toda esta exploração, um verdadeiro sistema de “aproveitamento das riquezas” teria levado a “espoliações descabidas” dos brasileiros despertando desta forma, um forte espírito de emancipação entre os mesmos.

Da mesma maneira que nos outros textos analisados aqui, em *Compêndio de História da América* e *História do Brasil Ilustrada*, o período colonial é apresentado como um fardo para o Brasil, tanto em um como no outro Pombo enxerga a herança colonial como negativa. No primeiro pontua:

<sup>306</sup> Ibidem, p.39.

<sup>307</sup> MAUL, Carlos. **História da Independência do Brasil**. Vol. I. H. Redó y Gbau & Comp. Rio de Janeiro: 1921.p. 25.

<sup>308</sup> Ibidem, p.17.

O regime a que Portugal submetia a s suas colônias era quase idêntico ao estabelecido nos domínios de Espanha: as mesmas exações, os mesmos privilégios, as mesmas iniquidades e abusos de toda ordem que sufocavam os povos de toda a América Latina.<sup>309</sup>

Abusos e exigências cometidos pela metrópole teriam contaminado o “organismo” da colônia que se não reagisse a este contágio estaria condenada a “pena de morte”. As lutas pela independência seriam as primeiras reações contra os “vícios e males do regime colonial”.<sup>310</sup>

Em *História do Brasil Ilustrada* a partir de um julgamento muito semelhante ao do livro anterior Pombo afirma que Portugal:

[...] tratou-nos como se fosse o Brasil apenas o seu vasto celeiro. Não era uma renovação, um ressurgimento o que se fazia aqui: era simplesmente a pratica de processos destinados a tirar todos os proveitos imediatos de uma larga e rica feitoria.<sup>311</sup>

A falta de um sentimento de respeito para o Brasil como uma terra que poderia vir a se tornar uma nação teria levado a metrópole a exploração da terra de uma forma que apenas almejava tirar proveitos de seu domínio, esta atitude também é como causadora de uma revolta nos brasileiros que passaram a exigir emancipação.<sup>312</sup>

João Ribeiro em *História do Brasil, curso superior* define a colonização portuguesa como opressora, Relativizando, no entanto, esta opressão, o autor afirma:

O despotismo que Portugal exercia no Brasil não era mais violento do que algures havia e do que havia na própria metrópole; ao contrario, pouco a pouco se tinha elevado na mãe-pátria o conceito de colônia tão instruída como ela e decerto, se fora unida, mais poderosa.<sup>313</sup>

Assim, a metrópole exercera sim certo despotismo subjugando a colônia, no entanto, este tipo de abuso não seria diferente do que acontecia em outras colônias e até mesmo na própria metrópole. Apesar de atenuar o significado da opressão que Portugal exercia sobre o Brasil, Ribeiro não deixa de pontuar as consequências da dominação e aponta como reação a essa dominação o desejo de emancipação e as lutas pela independência.

Enfim, como vimos, a atuação da metrópole é construída por estes textos como uma exploração. Esta opressão poderia ser fruto da corrupção e deterioração do caráter português

<sup>309</sup> POMBO, Rocha. **Compêndio de História da América**. Rio de Janeiro: Laemmert & c., 1900. p. 264.

<sup>310</sup> Ibidem, p.264.

<sup>311</sup> POMBO, Rocha. **História do Brasil, ilustrada**. vol. V. Continuação da parte quinta. Rio de Janeiro: J. F. Benjamin de Aguilã, [1911]. p.773

<sup>312</sup> Ibidem, p.772-773.

<sup>313</sup> RIBEIRO, João. **História do Brasil – curso superior**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1964. p. 300

como afirmam Bomfim e Bomfílcar, ou poderia ser entendido como algo mais comum a todas as nações do período como quer João Ribeiro. De qualquer forma, o que vemos é uma herança maléfica que teria contribuído para os problemas futuros enfrentados pela nação.

### **3.4 – A formação da ideia de nação**

A ideia geral de formação do espírito nacional carrega com ela um importante significado. É a partir dela que se busca definir como se formou a nacionalidade brasileira, a identidade nacional. Preocupação de grande parte dos escritos do período, a identidade nacional brasileira é motivo de disputas e está ligada ao que identifica um povo como um povo, ao que os tornam filhos de determinada nação, no caso a brasileira.<sup>314</sup>

Para responder o que torna um conjunto de indivíduos uma nação os textos analisados buscam construir uma imagem de formação da alma nacional, tentando compreender o que originou tal sentimento. Este espírito, caráter ou alma é de extrema importância para grande parte destes trabalhos já que daria o tom para o desenvolvimento do restante da História Nacional.

Dentre as principais imagens formadoras da nacionalidade estão as ideias de herança da raça e da história de um povo. Tais questões serão muito importantes para definir o espírito nacional. O tema da raça e sua importância para a construção da alma nacional é bastante relevante e apresenta diversas versões diferentes que podem apontar um sentido negativo ou positivo para a miscigenação encontrada no território brasileiro, os textos estudados aqui vão lidar com esta questão buscando associa-la a uma imagem positiva da constituição do caráter nacional.

Além da raça, alguns pontos do desenvolvimento histórico da nação são levantados como grandes contribuintes para a formação desta nacionalidade. As lutas contra invasores estrangeiros e contra a dominação portuguesa seriam dois pontos cruciais para o desenvolvimento do espírito nacional. Esta questão passa por uma grande discussão em torno de que momento da história este espírito teria se formado, qual ação teria elevado a alma nacional?

Neste tópico pretende-se apresentar quais versões a respeito da nacionalidade são construídas pelos textos analisados, buscando compreender como os mesmos veem a formação do tipo nacional a partir do entrecruzamento das raças e como isso compõe o caráter

---

<sup>314</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 29.

nacional, outra questão a ser destacada é a que se faz a respeito da ocasião em que nasce o espírito nacional, busca-se verificar em que momento e de que maneira a alma nacional se formou nas obras analisadas. Enfim, a intenção é apontar como tais autores constroem, desconstroem e revisam as imagens definidoras da identidade nacional.

Para Bomfim, o espírito nacional brasileiro, que pode ser entendido como tradição ou consciência nacional, se formou a partir de uma origem heroica, Portugal das grandes navegações, e se consolidou a partir do século XVII com o espírito de luta contra as invasões estrangeiras:

Não houve, no caso, nenhum milagre. A colônia se gerara na virtude do Portugal heroico, e que fora o ânimo nacional mais forte e mais explícito na aurora da vida moderna. Nascido desse germen, levada a aproveitar as energias jovens da terra, a colônia se criara na luta incessante – pela intransigente defesa, contra Franceses, Castelhanos, Ingleses, Holandeses... Calor de legítimo patriotismo, essa luta acelerara a gestação nacional, e, antes que termine a defesa, quando tal se torna mais difícil; fechando-a definitivamente, manifestava-se o Brasil, em provas de valor terminante e indiscutível.<sup>315</sup>

Assim teria se formado o espírito nacional que através de suas incessantes lutas buscava a liberdade e defesa de sua nação no período que ele chama de “Idade Heroica”. Esta ideia de formação do povo brasileiro está mais associada a uma formação histórico-cultural do que biológica. Em uma crítica direta ao positivismo, Bomfim reprova a divisão das raças em efetivas e não efetivas, avaliando que a raça mestiça brasileira contribuiu para o desenvolvimento da nação.<sup>316</sup>

Para Bomfim, alguns momentos históricos são representativos desse espírito nacional e como tal devem ser exaltados por nossa história. Esses acontecimentos são as lutas nativistas, o bandeirantismo e a conquista da unidade nacional.

As lutas nativistas aparecem como reações violentas ocasionadas pela ação da metrópole que teria extorquido até o último jato de vida das populações. O autor destaca a Revolução Pernambucana como um marco iluminado do nacionalismo brasileiro, considerando-a o motivo de maior glória nacional.

A constituição, ou esboço de constituição, de dezessete, é a absoluta garantia da honestidade política de seus autores: condenação da escravidão, liberdade de consciência, liberdade individual, eliminação de todo poder não oriundo

---

<sup>315</sup> BOMFIM, Manoel. **O Brasil na História**: deturpação das tradições, degradação política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930. p.15.

<sup>316</sup> *Ibidem*, p.70.

da democracia...Tinham fé, e, sinceros, eram tão inacessíveis aos interesses materiais que, durante toda a sua incontestável autoridade, não tocaram, os revolucionários, num vintém do Estado, para qualquer espécie de retribuição pessoal.<sup>317</sup>

Bomfim compõe a imagem dos “revolucionários de 1817” como heróis e os ideais da revolução como inspiração para a História Nacional e como reflexo do desejo e do caráter do povo brasileiro.

Ainda pensando em atores que teriam absorvido o espírito nacional e agido em seu favor, Bomfim aponta os bandeirantes como representantes desta tradição. Os bandeirantes paulistas são vistos como patriotas que contribuíram para que a nacionalidade brasileira se firmasse no sul. Para Bomfim o “[...] maior valor constante em toda história dos Paulistas, são os intuits patrióticos dos seus cometimentos aventureiros, a dominar territórios.”<sup>318</sup>, contribuindo, portanto para firmação do espírito nacional e para a unidade do território.

Outra questão bastante relevante para a construção da história a partir do ponto de vista nacional seria o de que a unidade nacional se deveria aos brasileiros e não aos Bragança. Bomfim defende que ela se faz a partir de uma harmonia de sentimento que despertou o desejo de manutenção do território, promovendo a luta em sua defesa:

[...] Então ao mover-se para a liberdade e a soberania, não possuía unidade de sentimento, o povo brasileiro? As manifestações eram locais, sim; nem se admite que pudessem ter outra forma. Sem unidade de sentimento, porém, como explicar que a revolução de Dezesete alastrasse, como alastrou, e levasse as suas pretensões do Ceara até a Bahia e a própria sede da Corte? [...] apesar do desconchavo do ambiente, o que se nota, por parte dos brasileiros, é, sempre, a mais completa unidade de aspiração nacional.<sup>319</sup>

O espírito nacional reivindicado por Bomfim, portanto, busca revelar uma tradição em que os brasileiros através de suas lutas contra as invasões e contra a exploração se formaram buscando a liberdade e a unificação nacional. Este espírito teria se firmado através do tempo e se fortalecido com ele.

As maiores aspirações do espírito nacional teriam se concretizado nas reivindicações da Revolução de 1817: “E nunca mais se dissipou, na terra brasileira, a aspiração, logo incorporada nas suas mais legítimas tradições – independia num regime livre, democrata, republicano”.<sup>320</sup>

---

<sup>317</sup> Ibidem, p. 426.

<sup>318</sup> Ibidem, p. 106.

<sup>319</sup> Ibidem, p. 143.

<sup>320</sup> Ibidem, p. 246.

Já Álvaro Bomílcar aponta que as formações das nacionalidades não se fazem apenas a partir do “amor e da cortesia”, mas sim com “atos de energia e coragem” se firmando na terra e no meio através de um “vibrante patriotismo” que tem consciência e compreensão do seu destino.<sup>321</sup> Desta forma, por meio da luta sistemática contra a colônia “sempre retrógada” é que teriam se formado os patriotas brasileiros, únicos que conseguiram levar algum tipo de progresso para a nação.<sup>322</sup>

Assim, o “ponto de vista brasileiro” se formou a partir da consciência nacional dos descendentes das diversas raças que se misturaram no Brasil.

Devemos orgulhar-nos de nossas origens americanas, e de ser um conglomerado de todas as raças. Não houve inventos, criações de utilidade, reformas e cometimentos políticos, no Brasil, que não fossem iniciativas de brasileiros, - mestiços de todos os povos – entre os quais, só no continente europeu, se contam mais de oito origens diferentes.<sup>323</sup>

O mestiço seria, portanto o portador do ponto de vista brasileiro e suas lutas pela defesa do território nacional e por liberdade seriam representações deste ponto de vista.

A Revolução Pernambucana de 1817 é entendida por Bomílcar como um passado heroico, o movimento realizado pelos “nacionalistas radicais” é descrito como um “glorioso levante” com uma “feição republicana”<sup>324</sup> que era a única realmente brasileira. Como já vimos, em defesa da revolução o autor aponta que se ela tivesse alcançado êxito a emancipação do Brasil teria ocorrido de outra forma, teria sido de fato o “Brasil Brasileiro”.

<sup>325</sup>

Outro ponto ligado a expressão do patriotismo seria a continuidade da posse e unidade territorial do Brasil, em disputa com a versão que aponta esta unidade como obra de portugueses, o autor destaca a ação do mestiço neste feito. Assim, respondendo a um texto de Afrânio Peixoto<sup>326</sup> afirma:

---

<sup>321</sup> BOMÍLCAR, Álvaro. **A política no Brasil ou o nacionalismo radical**. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Maurillo, 1920, p. 46.

<sup>322</sup> Ibidem, p.103.

<sup>323</sup> Ibidem, p.168.

<sup>324</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>325</sup> Ibidem, p.5.

<sup>326</sup> Afrânio Peixoto foi médico legista, político, professor, crítico, ensaísta, romancista, historiador literário, nasceu em Lençóis, BA, em 1876, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, 1947. Foi entre outras coisas, diretor da Escola Normal do Rio de Janeiro (1915); diretor da Instrução Pública do Distrito Federal (1916); deputado federal pela Bahia (1924-1930); membro da ABL (1910).

O artigo rebatido por Bomílcar é: PEIXOTO, Afrânio. A Língua Portuguesa no Brasil. **Revista da Semana**. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1919.

O sr. Afrânio Peixoto alude a manutenção da colônia do Brasil, e a unificação da Pátria, após a Independência, pela ação de José Bonifácio, Pedro I e a Caxias, como si tais obras fossem o resultado do esforço e boa vontade do elemento português; e não quis enxergar nesses feitos a decisiva ação do mestiço brasileiro, sempre bom e sempre generoso, ainda mesmo quando o português, seu *irmão cúpido mas querido*, - para servir-nos da feliz expressão de Paul Adam, - está a arrancar-lhe a camisa e os olhos da cara...<sup>327</sup>

A unidade territorial nacional é, desta forma, atribuída ao trabalho do brasileiro mestiço que já imbuído pelos sentimentos nacionais faz a defesa de sua terra. Assim, Bomílcar confere ao brasileiro e a seu espírito de patriotismo os feitos ligados à liberdade, defesa, manutenção da terra e a busca por uma nação republicana.

Carlos Maul liga a ideia de nação ao que ele chama de tradição revolucionária. Apontando a existência de duas tradições, a colonial, ligada aos interesses da velha metrópole e a revolucionária, representada pelos brasileiros e firmada pela ação cruel desta mesma metrópole. O autor afirma:

A sede do ouro e o servilismo de uma raça arrancada violentamente ao seu meio, as tentações frustradas de dominação do autóctone altivo e afeito á liberdade das suas florestas, eis os despertadores do espírito de emancipação do novo mundo.<sup>328</sup>

O índio e o negro são apresentados como grandes colaboradores deste espírito revolucionário já que as injustiças contra os mesmos teria despertado o desejo de emancipação. Assim, as “três raças, fundidas” teriam produzido uma “índole especial” com desejo de produzir uma civilização nova “mais formosa e humana” que despontaria a fonte de uma “nova cultura”.<sup>329</sup>

Alguns heróis e acontecimentos são eleitos como representantes da tradição revolucionária. A figura de Calabar ganha destaque como um mestiço que impediu que os nascidos no Brasil se submetessem, negando a versão de que teria traído Portugal e se vendido aos holandeses, Calabar é construído como um herói que se importava com os interesses brasileiros.

<sup>327</sup> BOMÍLCAR, Álvaro. **A política no Brasil ou o nacionalismo radical**. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Maurillo, 1920. p. 62.

<sup>328</sup> MAUL, Carlos. **História da Independência do Brasil**. Vol. I. H. Redó y Gbau & Comp. Rio de Janeiro: 1921. p.17

<sup>329</sup> Ibidem, p.31.



Os bandeirantes também aparecem como portadores do espírito revolucionário. Já que suas ações ao fixarem os “alicerces das futuras cidades” são entendidas como “pioneiras da civilização nas terras brasileira”. Assim:

Na alvorada de 1700 os bandeirantes paulistas evidenciam a sua vitalidade na penetração da selva, na descoberta das minas. A sua fisionomia de vincos fundos, o desempenho da sua audácia, emprestam-lhes um prestígio quase sobrenatural. E sua concepção de liberdade transmite os germes despertadores do sonho de autonomia àqueles que se lhe aproximam.<sup>330</sup>

Além das figuras de Calabar e dos bandeirantes, alguns acontecimentos também são listados como representativos do espírito revolucionário. A Conjuração Mineira, chamada por ele de revolução e a Revolução Pernambucana ganham destaque neste tópico.

Ambas “revoluções” teriam expressado o heroísmo característico do caráter revolucionário. A revolução de 1817 seria, segundo o autor, um “complemento natural da revolução de Minas” que por meio de suas lições de sucessos puderam orientar os nortistas.<sup>331</sup> Ainda completa que se a revolução de Minas falou pela delação e covardia de alguns, a de Pernambuco não resistiu ao bloqueio das tropas portuguesas, mas o desejo por liberdade teria as guiado expressando o desejo dos brasileiros.<sup>332</sup>

A formação da ideia de nação é construída por Rocha Pombo em *Compendio de História da América*, sob a ideia de espírito Americano, refletindo a respeito da forma com que os países da América foram colonizados e sobre sua forma de emancipação, Pombo apontou a existência de um espírito americano que se formou através da luta pela liberdade e emancipação e pelo desejo de uma nação que impusesse a república como forma de governo.<sup>333</sup>

Como representante deste espírito de busca por libertação e autonomia o autor aponta a Conjuração Mineira e a Revolução Pernambucana, dois eventos que por meio de suas intenções provariam que a revolução estava no “espírito do povo”.<sup>334</sup> Destacando a figura de Tiradentes como representante para os “brasileiros tudo que tem de generoso e santo o entusiasmo pela liberdade”, não teria sido um grande chefe, mas teria entrado para a história

<sup>330</sup> Ibidem, p. 47.

<sup>331</sup> MAUL, Carlos. **História da Independência do Brasil**. Vol. II. H. Redó y Gbau & Comp. Rio de Janeiro: 1921. p.25.

<sup>332</sup> MAUL, Carlos. **História da Independência do Brasil**. Vol. I. H. Redó y Gbau & Comp. Rio de Janeiro: 1921p.120.

<sup>333</sup> POMBO, Rocha. **Compendio de História da América**. Rio de Janeiro: Laemmert & c., 1900. p.264-265.

<sup>334</sup> Ibidem, p. 268.

como “o tipo do heroico e incondicional devotamento, da paixão encendrada pela grande causa da independência”.<sup>335</sup>

Já em *História do Brasil, Ilustrada*, Pombo aponta alguns fatores que teriam contribuído para a formação do espírito nacional.

Resume-se assim, portanto, as causas principais da diferenciação do nosso espírito: I - A circunstância de haver ficado a própria defesa da terra a cargo quase exclusivo dos colonos; a espontaneidade, a coragem e firmeza com que estes se empenharam sempre nessa obra, da qual saíram insuflados de legítimo orgulho, e de entusiasmo pela pátria; e ao mesmo tempo feridos de ressentimentos e queixas amargas contra a Corte; II – O regime colonial, operando fortemente sobre o sentimento e a consciência dos colonos e convencendo-os de que eram inconciliáveis os interesses do reino e os da colônia; III – O afastamento em que da Europa ficava o Brasil, dando isto lugar a que ainda se agravasse, na prática, o sistema instituído pela metrópole; IV – O encontro das três raças em condições tão excepcionais, pelo valor desigual dos três elementos que entraram em fusão – originando-se daí o mais formidável problema entre quantos tinham que ser aqui resolvidos; V – Perfazendo o influxo exercido no espírito dos colonos por todas essas causas, vêm afinal duas outras: a conquista do interior ampliando enormemente, à custa do heroísmo dos filhos da terra, aquele patrimônio que eles mesmos tinham defendido e guardado; e a fase da riqueza, aberta pela exploração das minas. O bandeirante e o mineiro vêm a ser assim a expressão definitiva do que se fizera durante o regime colonial.<sup>336</sup>

Mesmo afirmando ser difícil precisar quais elementos exatos contribuíram para a formação do espírito nacional o autor aponta os acontecimentos acima. Desta forma, a obra da metrópole teria deixado nos colonos um profundo sentimento de antipatia e repulsa que teria contribuído para o espírito nacional e seu desejo de emancipação.

Como manifestação do desejo de emancipação Pombo destaca a Revolução Pernambucana, segundo ele este movimento pode ser entendido como “sem dúvida nada menos do que uma formal e violenta manifestação de tendências e aspirações” que andariam, mais ou menos latente, nos ânimos de todas as províncias brasileiras, seria, portanto a tentativa mais significativa de realização do desejo de libertação contido no espírito nacional.

337

A formação étnica destacada como um fator importante para a concretização da ideia de povo é apresentada como um “formidável” problema que não apresentava uma solução correta por nunca ter aparecido antes em nenhum outro canto do planeta, para este impasse

<sup>335</sup> Ibidem, p.266.

<sup>336</sup> \_\_\_\_\_. *História do Brasil, ilustrada*. vol. V. Continuação da parte quinta. Rio de Janeiro: J. F. Benjamin de Aguilá, [1911].

<sup>337</sup> POMBO, Rocha. *História do Brasil, ilustrada*. vol. VII. Parte sétima: O Brasil – sede da monarquia portuguesa; Parte oitava: A independência. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilá, [191-].p. 339.

Pombo apresentava como solução o tempo, apenas ele poderia dizer o que viria a ser a mistura das três raças.<sup>338</sup>

João Ribeiro em *História do Brasil, Curso superior* de forma diversa das produções analisadas anteriormente não associa o espírito nacional de maneira direta ao desejo de emancipação e liberdade destacado pelos outros pensadores. Para ele, este desejo, representado pelo espírito de autonomia, estaria ligado aos interesses dos nativos, mas não é tratado como único e verdadeiro sentimento nacional que teria concorrido para a formação da nação.

O espírito de autonomia teria sido desperto através de conceitos desenvolvidos em 1776 no *Congresso da Filadélfia*, tais juízos, mais tarde, também teriam servido como inspiração para a *Revolução Francesa*. Assim, estas ideias “generosas de liberdade” repercutiriam no Brasil lançando as bases para o espírito de autonomia nascido entre os nativos.<sup>339</sup>

Este espírito de autonomia teria sido acompanhado por ideias liberais vindas também de Portugal que acabaram por gerar no Brasil a disputa entre o “liberalismo português” e o “absolutismo português”. A população mestiça brasileira com seu espírito de autonomia se fixara ao lado do liberalismo e esta “raça nova” formaria, portanto, a base para a revolução.<sup>340</sup>

Apesar de afirmar que a raça mestiça estava longe de ser “a peste da cultura americana” como afirmavam alguns sociólogos, Ribeiro as descreve com um falta de capacidade do *self-government*, apesar de se adaptarem as ideias de civilização faltaria a elas virtudes e qualidades morais que só a “educação secular da história” poderia implantar no espírito humano.<sup>341</sup>

Tratado como um movimento mundial rumo ao liberalismo, o desejo de liberdade e a implantação da república seria orientador da Conjuração Mineira, movimento liderado por letrados que traziam ideias novas através da cultura universitária europeia e buscavam livrar sua terra da tutela colonial. De forma distinta, não planejada, a Revolução Pernambucana teria estourado “quase ao acaso” reativando “antigos ódios”, ganhando aos poucos relevo teria se tornado o “movimento emancipacionista de maior vulto até então realizado”.<sup>342</sup>

<sup>338</sup> POMBO, Rocha. **História do Brasil, ilustrada**. vol. II. Parte terceira: as raças que se fundiram. Rio de Janeiro: J. F. Saraiva & Cia editores, [190-], p. 9.

<sup>339</sup> RIBEIRO, João. **História do Brasil** – curso superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1964.p. 299.

<sup>340</sup> Ibidem, p.301.

<sup>341</sup> Ibidem, p.302

<sup>342</sup> Ibidem, p. 309, 310, 338.

O desejo de liberdade e implantação da República teria, portanto, surgido nos brasileiros sob a tutela das ideias surgidas na Europa e nos Estados Unidos, Ribeiro não nega que a opressão portuguesa teria contribuído para o desejo de emancipação, no entanto, não entende o espírito de autonomia como algo vindo apenas dos brasileiros e sim uma junção entre a necessidade nacional e o ideal vindo do estrangeiro.

Como vimos, a construção da noção de espírito ou caráter nacional passa pela ideia de exploração colonial e de luta pela emancipação. A partir daí se formaria uma tradição nacional, um sentimento de patriotismo, um espírito revolucionário, um caráter revolucionário ou um espírito de autonomia, todas estas expressões acompanham a ideia da formação de um povo que busca sua justa emancipação.

### 3.5 - A República

Para muitos pensadores do final do século XIX e início do XX, a constituição de uma nação civilizada e moderna dependia da construção de uma República democrática, no entanto, o que vemos já logo após a instauração desse regime é a desilusão com a forma brasileira de realizá-lo. Uma forte descrença quanto à capacidade do governo republicano de resolver os problemas nacionais foi se fortalecendo, levando os intelectuais a buscarem soluções para a assim chamada crise. Um dos motivos apontados como responsáveis pelas dificuldades enfrentadas para que a República se desenvolvesse plenamente era o predomínio de uma oligarquia considerada conservadora e que impedia, através de suas ações, que atuavam na manutenção de privilégios, o desenvolvimento nacional.<sup>343</sup>

Com o objetivo de salvar a República os pensadores se voltam para a análise histórica buscando compreender o que causou o malogro desta forma de governo<sup>344</sup>. Tal empreitada evidenciou discursos opostos, ora baseados na busca pela “verdadeira” República, ora apoiados na nostalgia do “antigo regime”.<sup>345</sup>

Com estas ideias em mente, pretende-se, neste tópico, observar a avaliação que os autores analisados nesta tese fazem, se é que a fazem, a respeito tanto dos resultados da implantação da República como da sua história. Busca-se verificar o sentido que os textos

---

<sup>343</sup> MOTTA, Marly da Silva. **A nação faz 100 anos: a questão nacional no Centenário da Independência**. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

<sup>344</sup> Sobre a recepção da República no IHGB ver: SOUSA, Francisco Gouvea de. **Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880-1900)**. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

<sup>345</sup> MOTTA. Op. cit., p. 24.

apontam para esta história e seus resultados e, desta forma, deixar mais clara a orientação histórica seguida e projetada por estes autores.

Em *O Brasil na História*, Bomfim não se propõe a escrever a história da República e nem de sua proclamação concluindo sua análise com a Independência. No entanto, o autor, ao tratar do caráter do brasileiro de sua “tranquila bondade” faz uma breve avaliação a respeito do significado do evento até aquele momento, ponderando que:

A República, como a realizam, está a incompatibilizar-se com a Nação Brasileira. Criaturas em que se apurou a ignorância essencial da classe, já sem nenhuma correspondência com a alma nacional, no governo, contrariam ostensivamente a genuína e perene bondade do coração brasileiro, e vimos, em necessária reação, o governo mais execrado da nação.<sup>346</sup>

Tomada pelo “monstruoso e infame oligarquismo” o regime republicano é visto como um fracasso devido à herança bragantina não expurgada.<sup>347</sup> Com a Abolição “mal feita e tardia” e com a República “canhestra, e já infectada”<sup>348</sup> o Brasil continuava a ser colônia e precisaria ainda lutar por sua independência através da busca pela República verdadeira.

Seguindo a mesma linha de pensamento de Bomfim, Álvaro Bomílcar, apesar de decepcionado, também não atribui o problema à República e sim à sua corrupção pela herança colonial. Muito desejada, a República teria sido, à princípio, duramente hostilizada pelos conservadores que revelavam temor por algumas reformas, mas logo que chegara às mãos “hercúleas do herói modesto” a orientação se firmou. Esse herói era:

Floriano Peixoto, o Marechal de Ferro, encarnando todas as vindicações do sentimento popular, deixou entrever as possibilidades praticas do novo regime, orientando a política republicana no único sentido em que ela deve ser orientada: no sentido nacional.<sup>349</sup>

A República estava, portanto, no caminho sob a liderança de Floriano Peixoto, entretanto, após a morte do marechal e, apesar do encaminhamento deixado por ele, a moral republicana teria sido alterada, e o resultado desta deturpação seria o renascimento do “culto desvirilizador das duas mães-Pátrias”, a volta do “antigo senhor” colocaria o Brasil

---

<sup>346</sup> BOMFIM, Manoel. **O Brasil na História**: deturpação das tradições, degradação política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930. p. 214.

<sup>347</sup> Ibidem, p. 72.

<sup>348</sup> Ibidem, p. 195,196.

<sup>349</sup> BOMÍLCAR, Álvaro. **A política no Brasil ou o nacionalismo radical**. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Maurillo, 1920.p. 8.

novamente sobre as rédeas de Portugal.<sup>350</sup> Sendo assim, para Bomfílcar sem a liderança de Floriano, o Brasil voltaria a se aproximar de Portugal, se tornando novamente dependente do mesmo.

Assim, mesmo com a implantação do regime republicano, o Brasil ainda não teria a independência, que só poderia ser alcançada com a nacionalização através do patriotismo, única alternativa para reestruturação da República. Apenas desta forma ela se tornaria de fato o regime democrático almejado por ele.

Em *História da Independência do Brasil*, Carlos Maul apesar de apontar a República como o caminho ambicionado pelos brasileiros, devido a sua *Tradição Revolucionária*, não faz uma avaliação a respeito de seu desenvolvimento até então, e nem busca contar sua história, o autor apenas aponta que este seria o regime correto para o Brasil e busca a partir da produção da História da Independência trazer “um raio de luz nova” para a História Pátria que deveria ser elucidada para sua melhor compreensão.

Rocha Pombo e João Ribeiro também não se preocupam em realizar em seus textos uma avaliação a respeito da República<sup>351</sup> mas não deixam de considerar a importância do acontecimento abordando o tema, cada um a sua maneira.

Em *Compêndio*, Rocha Pombo faz um breve resumo a respeito dos episódios que levaram a proclamação da República atribuindo ao espírito liberal o sucesso do fato.<sup>352</sup> Já em *História do Brasil*, o autor apresenta como último tomo da coleção de dez volumes, uma “parte suplementar” composta por 536 páginas e intitulado *Documentos para a História do primeiro decênio da República*, neste livro o autor apresenta resumos sobre os dez primeiros anos da República, indicando documentos ao mesmo tempo em que os avalia, ou seja, não se propõem a fazer a história, mas montar e disponibilizar o arquivo para o futuro historiador.

Aqui também, Pombo atribui a República ao espírito liberal americano de caráter revolucionário que mesmo após a Independência, não se dava por vencido e desejava instaurar este regime. Teria concorrido para isto também o poder militar que após a guerra do Paraguai não mais pretendia manter-se em posição subalterna, revivendo o espírito revolucionário adormecido pela guerra e contribuindo, assim para a instauração do regime republicano.<sup>353</sup>

---

<sup>350</sup> *Ibidem*, p.8.

<sup>351</sup> Lembrando que os textos dos dois autores foram publicados em 1900, o de Pombo chegando a 1917. Sendo talvez um pouco cedo para realizar avaliações a respeito da República.

<sup>352</sup> POMBO, Rocha. **Compêndio de História da América**. Rio de Janeiro: Laemmert & c., 1900. p. 340.

<sup>353</sup> POMBO, Rocha. **História do Brasil, ilustrada**. vol. I. Parte primeira: O descobrimento; Parte segunda: A terra. Rio de Janeiro: J. F. Saraiva editor, 1905.p. XXXIV, XXXV.

João Ribeiro em *História do Brasil, curso superior* considerou que a história republicana não poderia ser escrita no momento em que realizava seu trabalho, alegando que não passaria além da proclamação, pois “A história contemporânea ainda não pode ser devidamente escrita” incluindo, portanto apenas “[...] algumas indicações acerca das revoluções mais recentes, da abolição e da República”.<sup>354</sup>

Em um curto tópico intitulado *A abolição* Ribeiro atribuiu a Proclamação da República, principalmente, a Abolição da Escravidão, já que esta teria causado antipatia aos agricultores que se juntaram ao partido republicano. Além da adesão dos agricultores ao republicanismo outros descontentamentos teriam surgido no exército e com a ajuda da imprensa republicana algumas forças teriam se reunido levantando-se em revolta, depondo as antigas instituições e proclamando a República.<sup>355</sup>

Como vimos, os textos analisados constroem a República como consequência de um desejo de libertação nacional, com exceção de Ribeiro que apesar de não enfatizar esse desejo como o responsável direto pela implantação do regime, o aponta como responsável pela busca de autonomia em diversos momentos da História Nacional.

Bomfim e Bomílcar são claros quanto à decepção causada pela República e sobre a necessidade de modificar seu espírito através de uma exaltação do espírito nacional e da democratização do regime.

### 3.6 – Método e História

As versões a respeito da história do Brasil construídas pelo conjunto de textos analisados aqui mostram uma interpretação do tema da Independência em que o povo parece ganhar destaque, é através da identificação do sentido de seu “espírito” que a leitura da história é formulada. Para escrever este tipo de história, os autores analisados precisaram realizar alguns ajustes na forma de fazer história corrente: assumir a paixão, os interesses do presente e buscar a produção imediata de uma síntese foram as principais reivindicações que possibilitaram esta história.

Assumir a paixão ou deixar de lado a imparcialidade na hora de escrever a História Nacional é uma premissa importante para Bomfim, Bomílcar e Maul. Estes autores afirmam que a verdadeira história poderia ser escrita apenas assumindo um ponto de vista claro.. É com este argumento que estes pensadores constroem sua versão do passado nacional,

<sup>354</sup> RIBEIRO, João. **História do Brasil** – curso superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1964.p.405.

<sup>355</sup> Ibidem, p. 408.

deixando claro quais os interesses e paixões guiaram sua escrita, assumindo seu patriotismo e defesa de um Brasil republicano e livre.

Rocha Pombo, em *Compendio de História da América* segue a mesma lógica dos autores acima, já em *História do Brasil, ilustrada* o autor reivindica certa imparcialidade através da busca de leis para a produção da história. Apesar desta pretensão Pombo, assim como Ribeiro que anuncia no prefácio de *História do Brasil curso superior*, que deixaria as paixões de lado e mais tarde assume que a imparcialidade poderia ser imoral não declaram a defesa de um ideal (como o patriotismo, por exemplo) como guia para a escrita da história como fazem os outros autores, apresentando, no entanto, uma versão da história em boa parte compatível com a apresentada por Bomfim, Bomílcar e Maul.

A produção de uma história pragmática pensada a partir das necessidades do presente visando o Brasil interno, o povo e suas necessidades possibilitou que suas interpretações atribuíssem um papel importante às lutas em busca da emancipação como a *Revolução Pernambucana* ou a *Inconfidência Mineira*, já que estas revoltas representavam o espírito do povo e sua luta pela libertação. Estes dois conflitos, em especial, ganham destaque pelo desejo de implantação da República como forma de Governo, assim como, a necessidade de dar protagonismo ao mestiço que é entendido de forma geral como portador do “espírito nacional”.

Além disso, Bomfim e Bomílcar, ao realizarem uma avaliação sobre a República, partem de questões colocadas pelo presente, avançando suas análises para um momento da história muito próximo ao que estão escrevendo, abrindo mão, desta forma, dos rigores das balizas temporais colocados pela pesquisa histórica que não admitem este tipo de análise, pois esta colocaria em risco a almejada neutralidade. Sendo assim, a partir destes escritos podemos reafirmar a renúncia destes autores a noção de imparcialidade e sua preocupação com uma produção e análise da história que sejam úteis à nação.

Por fim, o desejo de produção de uma síntese possibilitou que estes autores construíssem suas histórias da Independência a partir da formação de um espírito nacional. Assim, suas narrativas se iniciam com essa formação da nacionalidade, dando maior valor a episódios como a Revolução Pernambucana e a Inconfidência Mineira, diferentemente das narrativas compostas por Varnhagen e autores como José da Silva Lisboa, João Manuel Pereira que construíram uma linha interpretativa destacando as ações individuais e políticas iniciadas, principalmente, com a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, enaltecendo a presença do Estado e a herança portuguesa na formação da nação.



A síntese possibilitou, portanto, a afirmação da República como um desejo nacional, do povo, já que a aspiração pela emancipação viria desde muito antes, desde a formação do espírito nacional.

Ao construírem esta versão da história, estes autores disponibilizaram um passado que apresentava ao cidadão republicano, fosse ele branco, negro, indígena ou mestiço, a possibilidade de um futuro em que apenas as capacidades da população nacional poderiam trazer prosperidade à nação, descartando a dependência de países estrangeiros que, apenas supostamente, trariam o progresso. A verdadeira História Nacional motivada pelo presente republicano, apaixonada, engajada, pragmática e patriótica abriria as portas para o futuro da nação.

## Considerações finais

Esta tese buscou evidenciar um dos projetos de Brasil que compõem a cultura histórica durante as primeiras décadas do século XX. Possuindo as concepções de história e de narrativa histórica desenvolvida por Manoel Bomfim como base para sua formulação, este projeto é representante de um discurso altamente crítico a grande parte da história sobre a nação disponível até então, e que busca reformulá-la a partir de critérios/orientações que apontam algumas escolhas diversas das em voga no período.

O estudo deste aspecto da cultura histórica do início da República contribui para a afirmação da grande complexidade existente no momento em questão. Apesar de muitas vezes ser tomado simplesmente como um período de transição entre o início dos estudos históricos com a fundação do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1838 e a década de 1930, entendida como um momento de renovação pela publicação das obras de Gilberto Freyre, Caio Prado e Sergio Buarque de Holanda, este momento apresentou uma grande complexidade que permitiu inclusive a difusão de um pensamento como o de Manoel Bomfim, muitas vezes entendido como radical.

Com este intuito, o primeiro capítulo da tese buscou mapear adesões ao projeto de Bomfim, a partir da análise de um conjunto de críticas sobre seus principais livros (que contêm as diretrizes de seu projeto), *América Latina: Males de Origem*(1905) e a trilogia: *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na História* (1930) e *O Brasil Nação*(1931). Vimos que seu projeto foi recebido de forma bastante assertiva pela maioria dos textos analisados, indicando uma ampla ressonância das ambições apontadas por ele.

Dentre as concepções apontadas de forma positiva pelas críticas, algumas se destacaram, como a necessidade de reescrever a história nacional a partir do enfoque do rompimento com a história imperial e do enaltecimento do povo como protagonista. Esta premissa desemboca em outras exigências como a busca por uma história feita a partir de domínio técnico científico, de um sentimento pátrio, da utilidade e de uma síntese que explique o Brasil.

A questão do domínio técnico científico apresenta uma importante particularidade: a defesa da parcialidade. Segundo Bomfim e parte dos textos analisados, a ideia de “apagar o eu” no momento da escrita, além de ser inconcebível, poderia trazer a falta de posicionamento o que prejudicaria a produção de uma história a partir do sentimento pátrio.

Assim, a defesa de uma história produzida a partir do presente levou, em alguns casos, a aceitação da paixão como princípio para a escrita da história. Esta característica foi rejeitada por grande parte dos “historiadores” por não contemplar uma das regras mais caras ao fazer histórico, a imparcialidade do autor. Esta é uma das escolhas fundamentais evidenciadas neste projeto e que representa a singularidade deste discurso.

Assim, a produção de uma história que fosse útil levando uma explicação que pudesse inspirar os cidadãos é parte essencial das diretrizes apontadas nos textos de Bomfim e repercutidas entre seus críticos. Desta forma, a demanda por uma obra que cumprisse com todas estas exigências era grande entre este conjunto de textos. Alguns até mesmo elegeram *O Brasil na História* (1931) de Bomfim, como este grande livro que explica o Brasil. A síntese explicativa produzida a partir de questões que importassem ao presente foi, portanto, eleita como a melhor forma de se produzir a História Nacional.

Tendo em vista a notável recepção das obras de Bomfim, principalmente de *O Brasil na História*, buscou-se, no segundo capítulo, aprofundar as concepções de história de parte desta crítica a fim de verificar quais pontos de contato existiam entre elas e o projeto formulado por este autor.

Para tanto, optou-se por eleger para a análise, tomando o autor como uma unidade temporária, trabalhos que se dedicassem a discussão histórica, como livros didáticos, ensaios entre outros. Assim, a partir da leitura de paratextos como prefácios, introduções, proêmios e discursos de obras acerca da história publicadas por críticos de Bomfim no período entre 1898 a 1921, concluímos que estes autores são produtores de uma história afinada aos objetivos propostos por Bomfim em vários aspectos: como nas temáticas eleitas, nas conclusões a que chegaram em determinados momentos e também na forma em que pretendiam fazer história. Observando ainda que mesmo possuindo variações marcadas pelas trajetórias particulares, leituras e formações, em geral, construíram um discurso sobre a história a partir da defesa de alguns pontos em comum, tanto teórico-metodológicos quanto temáticos.

As aproximações teórico-metodológicas dizem respeito, principalmente, à necessidade da paixão e do presente guiando a escrita, ao dever de uma história útil/pragmática e ao veto à produção monográfica, minuciosa, a não ser que servisse de etapa para a produção da almejada síntese. Quanto à conexão temática destacou-se nos prefácios e introduções a interpretação da colonização como mal do Brasil e a celebração do povo como protagonista da história.

Rocha Pombo, em *Compêndio de História da América (1898)*, propôs uma forma de fazer história que se aproxima de forma clara das propostas de Bomfim e que até mesmo o inspirou para a escrita de *América Latina: males de origem (1905)*. Assim, a ideia de assumir um ponto de vista a partir da necessidade do presente e com isso escrever a partir da paixão, se destaca como a principal característica desta obra. Já em *História do Brasil, ilustrada (1905)* podemos verificar a busca pela produção de uma história mais “científica” a partir da enunciação da necessidade de se encontrar leis que guiem a sua escrita. Apesar disso, Pombo ainda clamava pela produção de sínteses que pudessem explicar o Brasil adiando-a para um futuro historiador, apesar de pretender realizá-la ali mesmo, de alguma forma.

João Ribeiro se destaca por reivindicar, em seu *História do Brasil, curso superior (1908)* uma “nova síntese” que procurava exaltar a história interna do Brasil. Com isso, ele procurava mostrar as “feições e fisionomias” das gentes e da nação, buscando realizar, desta forma, uma síntese explicativa que tinha o povo como protagonista. Mais tarde, ele ainda defenderia, em seu discurso de posse no IHGB em 1915, a produção da história a partir do presente, de uma “ética da atualidade” que visava a escrita de uma história pragmática, que por sua vez era uma das principais características do projeto apresentado por Bomfim.

Álvaro Bomílcar em seu *A Política no Brasil ou o nacionalismo radical (1921)* também defendia a produção de uma história fortemente pragmática que fosse guiada por um ponto de vista específico, o do patriotismo. Propondo, portanto, a produção de uma síntese que explicasse o Brasil a partir de um ponto de vista patriótico, ligando-se, deste modo, de forma clara ao projeto apresentado por Bomfim.

Por fim, Carlos Maul além de propor a produção de uma história pragmática, também questionava de forma aberta, em *História da Independência do Brasil (1921)*, a noção de imparcialidade, já que ela, segundo o autor, não excluiria o modo de ver de quem transmite os acontecimentos. Defendendo, portanto a produção de uma síntese explicativa, apaixonada e que fosse útil à nação, este escritor também fez parte do rol de autores e textos que contribuíram para a propagação do projeto representado pelos trabalhos de Bomfim.

Essas constatações nos permitem reforçar a ideia de que o discurso apresentado por Bomfim encontrou ecos entre os produtores de história do período. Em vista disso, restava verificar se a concepção de história apontada nos prefácios e introduções dos livros possibilitou a produção de uma narrativa histórica também afinada com aquela desenvolvida no projeto de Bomfim. Assim, no terceiro capítulo, procurou-se a partir da análise dos mesmos livros considerados no segundo, evidenciar as histórias elaboradas por eles.

Esta análise que teve como ponto inicial a história da Independência, tema fundamental para a interpretação da história nacional, tornou visível a aproximação destas narrativas em questões essenciais como: o sentido negativo atribuído à colonização, o protagonismo do povo ao almejar a Independência e a República, a miscigenação como algo positivo ou não nocivo ao desenvolvimento do país, como apresentado por alguns intérpretes, a constituição de um “espírito” nacional, certa continuidade entre as políticas coloniais e imperiais (de forma mais enfática nas interpretações de Bomfim, Bomílcar e Maul) e, por fim, a busca por uma renovação da República (principalmente em Bomfim e Bomílcar) apresentada como única forma de governo possível para o Brasil.

Vemos, portanto, a produção de uma narrativa histórica em que o Brasil, vítima da colonização portuguesa que o explorava, não teria conseguido realizar a desejada Independência, que traria a liberdade a partir de uma República democrática, restando-lhe ter que lidar com a má herança colonial.

O exercício de destacar tais narrativas possibilitou verificar o quanto as diretrizes teórico-metodológicas apontadas nos prefácios foram importantes para permitir tais interpretações. Assim, ao assumir a paixão através da “defesa dos interesses nacionais”, autores como Bomfim, Bomílcar Maul e, em alguns momentos, Rocha Pombo abriram mão de uma história que se afirmava como neutra e imparcial em razão da defesa clara de seus pontos de vista. João Ribeiro também compreendeu, em algum momento, que a imparcialidade poderia ser prejudicial à produção histórica decidindo apresentar uma visão do “Brasil interno” em que destacava as “feições e fisionomias” do povo, chegando a uma interpretação histórica bastante próxima a dos outros autores.

Finalmente, a partir do que foi dito é possível afirmar a existência de um conjunto de textos que compõem um discurso acerca da história nacional compatível em alguns aspectos com o projeto apresentado nos livros de Manoel Bomfim. Podemos convocar a imagem de um mosaico para compreender melhor a formação deste discurso. Assim, as várias afirmações acerca das concepções de história e sua narrativa enunciadas pelos textos analisados podem ser vistas como as pequenas peças de pedra singulares com diferenças entre si, mas que contribuem para a composição de uma imagem maior que, por sua vez é entendida aqui como a apresentação de uma história do Brasil assumidamente defensora dos interesses nacionais ligados à defesa de uma República democrática.

Não se trata, portanto, de compreender este projeto como um todo homogêneo, mas como uma composição que a partir de afirmações feitas em momentos diferentes contribuíram

para uma ideia geral a respeito do Brasil, que pode inclusive ter sido reforçada por tantos outros textos, críticas, discursos e livros que não entraram no rol de fontes analisadas aqui por questões metodológicas. Tais aspectos evidenciam, desta forma, um elemento importante da cultura histórica do início do século XX, que como vimos é muitas vezes entendida apenas como um momento de transição.

Assim, esta tese buscou dar maior destaque a um conjunto de ideias que, quando unificadas no projeto de Manoel Bomfim, foi lido por grande parte de seus comentadores como radical, rebelde, e até mesmo a frente de seu tempo, como se de alguma forma ele não fizesse parte da cultura histórica a que pertencia.

Buscamos, portanto, demonstrar o quanto este projeto ressoou no período difundido em outros trabalhos, afirmando assim, a multiplicidade de um momento que, através da combinação de vários elementos disponíveis, muitas vezes até mesmo contraditórios, pode fabricar uma explicação/uma versão da história do Brasil distinta da mais conhecida e divulgada pela memória disciplinar.

Desta forma, entende-se que a partir da evidenciação destas diretrizes, esta tese se une a esforços já consolidados que buscaram afirmar a complexidade das produções históricas da Primeira República, destacando mais uma resposta, dada pelo período, à intensa busca pela identidade nacional e por um projeto que traga soluções para a nação brasileira.

## Bibliografia

### Fontes

#### a) Livros

BOMFIM, Manoel. **A América Latina:** males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, 3ª edição [1905].

\_\_\_\_\_. **O Brasil na América:** caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, 2ª. edição [1929].

\_\_\_\_\_. **O Brasil Nação:** realidade da soberania brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, 2ª. edição [1931].

\_\_\_\_\_. **O Brasil na História:** deturpação das tradições, degradação política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

\_\_\_\_\_. **O Brasil;** com uma nota explicativa de Carlos Maul. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. 349p. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, vol. XLVII). 2a. ed., 1940.

BOMÍLCAR, Álvaro. A política no Brasil ou o nacionalismo radical. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Maurillo, 1920.

MAUL, Carlos. **História da Independência do Brasil.** Vol. I. Rio de Janeiro: H. Redo Y Gubáu & Comp. 1921.

\_\_\_\_\_. **História da Independência do Brasil.** Vol. II. Rio de Janeiro: H. Redo Y Gubáu & Comp. 1921.

POMBO, Rocha. **Compêndio de História da América.** Rio de Janeiro: Laemmert & c., 1900.

\_\_\_\_\_. **História do Brasil, ilustrada.** vol. I. Parte primeira: O descobrimento; Parte segunda: A terra. Rio de Janeiro: J. F. Saraiva editor, 1905.

\_\_\_\_\_. **História do Brasil, ilustrada.** vol. II. Parte terceira: as raças que se fundiram. Rio de Janeiro: J. F. Saraiva & Cia editores, [190-].

\_\_\_\_\_. **História do Brasil, ilustrada.** vol. III. Parte quarta: conquista e colonização do litoral. Rio de Janeiro: J. F. Saraiva & Cia editores, [190-].

\_\_\_\_\_. **História do Brasil, ilustrada.** vol. IV. Parte quinta: formação do espírito nacional. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilá, [190-].

\_\_\_\_\_. **História do Brasil, ilustrada.** vol. V. Continuação da parte quinta. Rio de Janeiro: J. F. Benjamin de Aguilá, [1911].

\_\_\_\_\_. **História do Brasil, ilustrada.** vol. VI. Parte sexta: Integração do território, e primeiras idéias de independência. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilá, [191-].

\_\_\_\_\_. **História do Brasil, ilustrada.** vol. VII. Parte sétima: O Brasil – sede da monarquia portuguesa; Parte oitava: A independência. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilá, [191-].

\_\_\_\_\_. **História do Brasil, ilustrada.** vol. VIII. Parte nona: O período regencial; Parte décima e final: O segundo reinado. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilá, [191-].

\_\_\_\_\_. **História do Brasil, ilustrada.** vol. IX. Continuação da parte final. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilá, [1915].

\_\_\_\_\_. **História do Brasil, ilustrada.** vol. X. Parte suplementar: documentos para a história do primeiro decênio da República. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilá, [1917].

RIBEIRO, João. **História do Brasil** – curso superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1964.

## b) Críticas

A NOITE. Novos Livros – “O Brasil Nação” de Manoel Bomfim. **A Noite.** Rio de Janeiro: 4 de março de 1931.p. 4. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

A NOITE. Novos Livros “O Brasil na História” – Manoel Bomfim. **A Noite.** Rio de Janeiro: 9 de março de 1931.p.5. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

A POVÍNCIA. Livros Novos. **A Província.** Recife, 24 de setembro 1929. p.1. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

BARBOSA, Orestes. Um Grande Livro Nacional. **A Batalha.** Rio de Janeiro, 15 de abril de 1931. p.5. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

BARROS, Jayme de. Nacionalismo através da História. **Diário Carioca.** Rio de Janeiro, 01 de abril de 1931. p.6 e 9. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

BEIRA MAR. O Brasil na História de Manoel Bomfim. **Beira-Mar.** Rio de Janeiro, 15 de março de 1931. p.5. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

BILDEN, Rudger. O Brasil julgado pelos seus homens, lá fora. **Correio da Manhã.** Rio de Janeiro, 4 de maio de 1930. p.3. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

BOMÍLCAR, Álvaro. América Latina. **Gil Blas.** Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1919. p.7 e 8. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.



CAMPO, Humberto de. Vida Literária – Manoel Bomfim “O Brasil na História”. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 31 de julho de 1929, p.2. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

CARNEIRO, Humberto. Um Revisor Truculento da Nossa História. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1935.p. 18. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

CONSTANTINO, Antônio. Os teóricos da estagnação. **Correio de São Paulo**. São Paulo, 22 agosto de 1934. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

CORREIA, Leôncio. O Brasil na História. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 16 de junho de 1931. p.6. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

\_\_\_\_\_. “O Brasil na História” de Manoel Bomfim é um grande livro. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: 3 de março de 1931. p. 3 . Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

CORREIO PAULISTANO. Livros Novos. **Correio Paulistano**. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1935. p. 6. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

DIÁRIO CARIOCA. Um grande Livro- O que é “Brasil na História” de Manoel Bomim. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro: 1 de março de 1931. p.3. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Enriquecendo o pensamento nacional. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro: 4 de março de 1931.p. 4 Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

\_\_\_\_\_. Homenageando o grande escritor de “O Brasil na História”. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro: 77 de março de 1931. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

\_\_\_\_\_. Novas projeções luminosas sobre a história do nosso passado. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro 2 de março de 1931.p. 5. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

\_\_\_\_\_. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, 2 de março de 1931.p. 5. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

\_\_\_\_\_. O Egocentrismo da História – um sugestivo trecho da grande obra do professor Manoel Bomfim, “O Brasil na História”, que acaba de ser dada à publicidade. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, 08 de março de 1932. p. 19. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

FERREIRA, Almir. Um Grande Livro: O Brasil na História. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro: 13 de março de 1931. p.6. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

FON FON. Função da História e da tradição. **Fon-Fon**. Rio de Janeiro, 07 de março de 1931. p.32. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

\_\_\_\_\_. Historiador por direito. **Fon-Fon**. Rio de Janeiro, 14 de março de 1931. p.37. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

\_\_\_\_\_. Sem título. **Fon-Fon**. Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 1931. p.37. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Livros Novos. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1935. p. 5. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

GALVÃO, Francisco. O retrato do Brasil. **O Radical**. Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1933. p.2. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

LEÃO, Mucio. Registro Literário – Manuel Bomfim “O Brasil”. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 23 de Novembro de 1935. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

LEMOS, Floriano de. O Brasil na História. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro: 9 de abril de 1931.p.2. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

LIMA, Benjamim. A Leitura da Semana: um caso de emancipacionismo frenético em país que mentalmente se conserva colônia. O novo livro de Manoel Bomfim. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, 22 de março de 1931. p. 6. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

LINDER, Max. “O Brasil Nação”. **Fon-Fon**. Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1931. p. 40. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

MAUL, Carlos. “O Brasil na História”: sugestões do ultimo livro de Manoel Bomfim. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: 8 de março de 1931. p.17. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

MONIZ, Heitor. A História do Brasil. **A Noite**. Rio de Janeiro: 21 de abril de 1931. p 2. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

NAVARRO, Saul de. Novos Livros: Obra extraordinária de Manuel Bomfim. **Revista da Semana**. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1932. p.29. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

NETTO, Amorim. “O Brasil na História” – Manoel Bomfim. **A Esquerda**. Rio de Janeiro, 18 de março de 1931. p.3. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

NORTE, João do. “O Brasil na América”. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1929. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

PALHA, Américo. A Nota Brasileira. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro: 13 de março de 1931. p.6. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

PAULO FILHO, Manuel. O Brasil na História. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1931. p. 4. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

PESSOA, Frota. A América Latina por Manuel Bomfim. **Almanaque Garnier**. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1907.p. 334-337. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

POMBO, Rocha. O professor M. Bomfim. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 02 julho de 1931.p.4. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

RIBEIRO, João. “Manoel Bomfim: O Brasil na História”. **Registro Literário**. Rio de Janeiro, 26 de março de 1931. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

RIBEIRO, João. “Manoel Bomfim: O Brasil Nação”. **Registro Literário**. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 27 de abril de 1932. p.10. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

ROQUETTE PINTO, Edgar. O Brasil na América. **Diário Nacional**. São Paulo, 13 de setembro 1929. p. 3. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

SANCHES, Nosor. “O Brasil Nação” – de Manoel Bomfim. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1931. p. 18. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

VELLOSO, Antonio Leão. O Brasil dos Brasileiros. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: 15 de abril de 1931. p. 4. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em 10/05/2017.

### Referencias Bibliográficas

ABREU, Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, in 1976, 1ª série, p.81-91, originalmente publicado no **Jornal do Comércio**, 16-20 dez. 1878.

ABREU, Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro. **Ensaio e Estudos (Crítica e História)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O Rebelde Esquecido**: Tempo Vida e Obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks 1999.

ALMEIDA, Danilo Cerqueira; PINHO, Adeíto Manoel. Memórias n’o Imparcial: a literatura brasileira por João Paraguaçu. In: **3º Colóquio do Grupo de Estudos Literários Contemporâneos**: um cosmopolitismo nos trópicos e 100 anos de Afrânio Coutinho: A

crítica literária no Brasil, 3., 2012, Feira de Santana. Anais. Feira de Santana: Uefs, 2012, p. 130-143.

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

ANHEZINI, Karina. **Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso Taunay (1911-1939)**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. “Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu”. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988.

ARAÚJO, Valdeci. Henry Thomas Buckle (1822-1862). In: MARTINS, Estevão Rezende (org.). **A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 217-225.

\_\_\_\_\_. “Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma”. In: **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, 2006.

ARENDDT, Hannah. O Conceito de História – Antigo e Moderno. In: **Entre o passado e o futuro**. 8.ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

AURELL, Jaume. De “Entre-Séculos” ao “Entre-Guerras”: o esgotamento de positivismos e historicismos. In: **A escrita da história: dos positivismos aos pós-modernismos**. Tradução Rafael Ruiz. São Paulo: Sita-Brasil, 2010, p. 17-44.

BAGGIO, Kátia Gerab. **A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas**. 1998. Tese (Doutorado em História) – São Paulo: Depto. de História - FFLCH – USP, 1998.

BENTO, Luiz Carlos. Teórico, ensaísta ou rebelde: A importância do pensamento sócio-histórico de Manoel Bomfim para a historiografia brasileira. **Expedições: Teoria da História e Historiografia** (Online), Goiás, v. 1, n. 1, 2010.

BERR, Henri. **A síntese em história**. São Paulo: Renascença, 1946.

BITTENCOURT, Fernanda Araujo Lima (Organização e informações biobibliográficas). **Jornalismo de Benjamin Lima** (coletânea de artigos; pesquisa [Biblioteca Nacional - RJ]: Fernanda Bittencourt, com a colaboração de Priscila Fraiz e Luiz José Veríssimo). Rio de Janeiro: Copy e Arte, 1985.

BITTENCOURT, Circe. Ensino de História da América: reflexões sobre problemas de identidades. **Revista Eletrônica da Anphlac**. n. 4. p. 5-15. 2005.

\_\_\_\_\_. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set./dez. 2004.

\_\_\_\_\_. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese de doutorado em História. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.

BOTELHO, André Pereira. **O batismo da instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim**. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UNICAMP, Campinas, 1997.

BRESCIANI, Maria Stella M. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil – 1900**. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2004.

CAIRES, Daniel Rincon. A estética nacionalista de Carlos Maul. História e Democracia: Precisamos falar sobre isso. In: **Anais do XXIV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP**. Universidade Federal de São Paulo. São Paulo: 2018.

CALLARI, Cláudia Regina. **Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 21, nº. 40, p.59-83, 2000.

CAMILOTTI, Virginia Célia; SILVA, Fernando Teixeira da (Org.); NAXARA, Márcia Regina Capelari (Org.). **República, Liberalismo, Cidadania**. Piracicaba: Editora Unimep, 2003.

CAMPOS, Pedro Moacir. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. São Paulo: Difel, 1961.

CAMPOS, Raquel Discini. Floriano de Lemos no Correio da Manhã, 1906-1965. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos** (Impresso), v. 20, p. 1333-1352, 2013.

CANDIDO, Antônio. A cultura do contra. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7.5.1978. Folhetim, p.8-9.

\_\_\_\_\_. Radicalismos. **Estudos Avançados**, 4(8):4-18, jan./abr., 1988.

CARBONELL, Charles-Olivier. O século da história. In : \_\_\_\_\_. **Historiografia**. Lisboa: Teorema, s/d (1981), p. 104-105.

CARDOSO, Vicente Licínio. **À Margem da República**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. “A utopia de Oliveira Vianna”. In: **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topói**. Rio de Janeiro, nº1, p. 123-152, UFRJ, set. de 2000.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.65-119.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história historiografia e nação. **Diálogos**, DHI/UEM, v.8, N.1, p11-29, 2004.

CHACON, Vamireh. **História das ideias socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. **A aventura do livro: do leitor ao navegador; conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Unesp, 1998 [1997].

COSTA, Eliezer Raimundo de Souza; FONSECA, Thais Nivia de Lima. **Saber acadêmico e saber escolar [manuscrito]: história do Brasil, da historiografia à sala de aula na primeira metade do século XX**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

COSTA, João Cruz. **Contribuição a historia das ideias no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

COSTA, Wilma Peres. A independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ, Istivan. (Org.) **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005. p. 56.

DELACROIX, Patrick; DOSSE, François. **As correntes históricas na França: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo: uma impressão Freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DETONI, Piero Di Cristo Carvalho. **A síntese como desafio historiográfico na Primeira República**. Pequenos estudos de caso. 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo, SC: EDIUPF, 1998.

DOSSE, François, “História e historiadores no século XIX”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2010, p. 15.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. O Almanaque Garnier, 1903-1914: ensinando a ler o Brasil, ensinando o Brasil a ler. In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo: Fapesp, 1999, p.477-504.

\_\_\_\_\_. **Rebeldes Literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

EL FAR, Alessandra. “A presença dos ausentes”: a tarefa de criar e perpetuar vultos literários. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 14(25):119-134.

\_\_\_\_\_. **A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

FERREIRA, Clayton José. **História na Primeira República: perspectivas ético-políticas nos ensaios de Paulo Prado e Manoel Bomfim**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2016.

FERREIRA NETO, Edgar Leite. A elaboração positivista da memória republicana. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 87, p. 79-103, out./dez. 1986.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FRANZINI, Fabio. “A década de 1930, entre a memória e a história da historiografia”. In: PEREIRA DAS NEVES, Lucia. M. B; GUIMARÃES, Lucia. M. P; GONÇALVES, Márcia; GONTIJO, Rebeca (Org.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2011.

FREIXO, André Lemos de. **A arquitetura do novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues**. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

GENETTE, Gérard. **Paratextos Editoriais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

GLÓRIA DE OLIVEIRA, Maria da. **Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)**. Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009.

\_\_\_\_\_. **Essa gente do Rio... Modernismo e nacionalismo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

\_\_\_\_\_. **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

\_\_\_\_\_. Pedro Lessa: reflexões sobre o conceito de história. In: NICOLAZZI, Fernando. **História e Historiadores no Brasil: no fim do Império ao alvorecer da República-c.1870-1940**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira república: um balanço historiográfico. **Estudos Históricos**, São Paulo, v. 4, p. 244-280, 1989.

GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce ; ALBERTI, Verena. **A República no Brasil**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira/CPDOC/FGV, 2002.

GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 15-36, 2010.

\_\_\_\_\_. Historiografia e ensino da história na Primeira República: algumas observações. Usos do Passado - **XII Encontro Regional de História**. ANPUH-RJ, 2006.

\_\_\_\_\_. **Manoel Bomfim (1868 – 1932) e O Brasil na História.** 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. O cruzado da inteligência: Capistrano de Abreu, memória e biografia. **Anos 90.** Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 41-76. 2007.

\_\_\_\_\_. **O velho vaqueano:** Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. A primeira República e as representações de D. Pedro II. In: CARDOSO, Heloisa Helena. P.; MACHADO, Maria Clara Tomaz. (Org.). **História: narrativas plurais, múltiplas linguagens.** Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 143-159.

\_\_\_\_\_. **Da escola palatina ao silogeu:** Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

\_\_\_\_\_. **Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889).** 1994. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. Sobre a historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: GONÇALVES, Marcia de Almeida; GONTIJO, Rebeca; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira Das. **Estudos de historiografia brasileira.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil”. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. **Ágora,** v. 11, p. 31-47, jan/jun. 2005.

\_\_\_\_\_. Uma história da história nacional: textos de fundação. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do. (Org.). **História social da língua nacional.** 1 ed. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 393-413.

HANSEN, Patrícia Santos. **Brasil, um país novo:** literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Feições e Fisionomia.** A História do Brasil de João Ribeiro. Rio de Janeiro, Access, 2000.

HARTOG, François. **A história de Homero a Santo Agostinho.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O atual e o inatual em Leopold Von Ranke. In: RANKE, Leopold von. **História.** São Paulo: Ática, 1979, p. 7-62. (Grandes Cientistas Sociais, 8)



HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)**. Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre: PUC-RS, 2007.

\_\_\_\_\_. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no limiar da República (1889-1912): momentos decisivos. In: **IX Encontro Estadual de História - ANPUH/RS**. Vestígios do passado, a história e suas fontes, 2008, Porto Alegre. Vestígios do passado: a história e suas fontes - anais (recurso eletrônico), 2008.

IGLÉSIAS, Francisco. **Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001.

JESUS, Carlos Gustavo Nobrega de. **Revista Gil Blas e o Nacionalismo de combate**. São Paulo: Cultura Acadêmica/Editora Unesp, 2013.

KÄFER, Eduardo Luis Flach. **Entre a Memória e a História: a historiografia da Independência nos cem anos da emancipação**. 2016.126f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS. Porto Alegre, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: COSTA, W.P; LORENZO; H.C (orgs). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Unesp, 2002.

LEITE, Sylvia Helena Telarolli de Almeida. **Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas: a caricatura na literatura paulista (1900-1920)**. São Paulo: UNESP, 1996.

LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Orgs.). **Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

LUCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a Nação**. São Paulo: UNESP, 1999.

LUCCHESI, Fernanda. **A história como ideal: reflexões sobre a obra de Jose Francisco da Rocha Pombo**. São Paulo: USP, 2004.

MACHADO NETO, Antônio Luiz. **Estrutura social da república das letras, sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (Org.). **A escrita da história escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2009, p. 371.

MALERBA, Jurandir. Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil (1980-2000). In: \_\_\_\_\_ (org.). **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: Edipucrs, 2013.

\_\_\_\_\_. **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: Edipucrs, 2010.

MARROU, Henri Irénée. De La connaissance historique. Paris, 1954, p. 73. In: GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Difel, 1977. p. 162-163.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)**. São Paulo: EDUSP: FAPESP: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a História do Brasil. In: **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, 6 (24): 381-403. Jan. 1845.

MELLO, José Alexandre Teixeira de. Relatório dos trabalhos annaes de 1889 e 1890. In: **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, (53), Parte II, 1890.

MELLO, Silvia Gomes Bento de. **Esses moços do Paraná...** Livre circulação da palavra nos albores da República. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

MENONCELLO, Aline Michelini. **Pedro Lessa, um juiz-historiador: nação, patriotismo e raça**. 2016, 133f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOTTA, Marly da Silva. **A nação faz 100 anos: a questão nacional no Centenário da Independência**. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

NEEDELL, Jeffrey. **Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NIETZSCHE, Friedrich. II Consideração intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida. In: **Escritos sobre História**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005, p. 67-178.

NICODENO, Thiago Lima; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Afonso Cristovão dos. **Uma Introdução à História da Historiografia Brasileira 1870-1970**. FGV Editora, 2018.

NICOLAZZI, Fernando e ARAÚJO, Valdei Lopes de. A história da historiografia e a atualidade do historicismo: perspectivas sobre a formação de um campo. In: ARAÚJO, Valdei Lopes de (org.). **A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2008, p. 7-14.

NICOLAZZI, Fernando (Org.). **História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República: c. 1870-1940**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

NICOLAZZI, Fernando. A história e seus passados. Regimes historiográficos e escrita da história. In: BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno César (orgs.). **Escrever história. Historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX**. Vitória: Milfontes, 2017.

\_\_\_\_\_. Ensaio histórico e escrita da história: a historiografia brasileira entre 1870 e 1940. **Mimeo**, 2008.

\_\_\_\_\_. **Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa grande & senzala e a representação do passado**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ODÁLIA, Nilo, **As formas do mesmo**. Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Vanhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1977.

OHARA, João. Virtudes epistêmicas na prática do historiador: o caso da sensibilidade histórica na historiografia brasileira (1980-1990). **História da Historiografia**. n.22, p.170-183, 2016.

OLIVEIRA, Augusto Cesar Freitas de. **A sociologia do branco: o pensamento de Álvaro Bomílcar**. Trapézio (UNICAMP), Campinas, v. 01, 2002.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. **As festas que a República manda guardar**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, 2(4):172-189, 1989.

\_\_\_\_\_. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. A anotação e a escrita: sobre a história em capítulos de João Capistrano de Abreu. **História da Historiografia**. n. 02.2009.

\_\_\_\_\_. **Crítica, Método e Escrita da História em João Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

\_\_\_\_\_. João Capistrano de Abreu, Necrológio de Francisco de Adolfo de Varnhagen. In: NICOLAZZI, Fernando. **História e Historiadores no Brasil: no fim do Império ao alvorecer da República-c.1870-1940**.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAUL, Herman. Performing History: how historical scholarship is shaped by epistemic virtues. **History & Theory**, v. 50, n. 1, p. 1-19, 2011.

PEIXOTO, Afrânio. A Língua Portuguesa no Brasil. **Revista da Semana**. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1919.

\_\_\_\_\_. **Minha terra, minha gente**. Rio de Janeiro, Francisco Alves; Lisboa-Paris, Allaud e Bertrand, 1916.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. “Odisseias do conceito moderno de história: Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, e o Pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados”. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, vol. 50, 2010.

PEREIRA, Milena da Silveira. **A crítica que fez história: as associações literárias nos oitocentos**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2015.

PIMENTA, João Paulo. A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica. **Revista de História Ibero-americana**, n.1, 2008, p.70-104.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

QUEIROZ, Suely Robles de. **Os radicais da Republica**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, José Carlos. A escola metódica, dita “positivista”. In: **A História entre a Filosofia e a Ciência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 21-24.

\_\_\_\_\_. **As identidades do Brasil, de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

\_\_\_\_\_. **As Identidades do Brasil 2: De Calmon a Bomfim**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

**Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, (64), parte II, 1900. p. 453.

**Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, t. LXXVI, parte II, (1913), 1914.p. 601-602.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil: sua evolução e problemas atuais**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952.

\_\_\_\_\_. **Histórias e historiadores do Brasil**. São Paulo: Fulgor, 1965.

ROUDINESCO, E. **A análise e o arquivo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SANDES, Noé Freire. **A invenção da nação, entre a monarquia e a república**. Goiânia: Ed. Da UFG, 2000.

SANTANA, Márcio Braz. **O poeta das convenções: a trajetória intelectual de Benjamin Lima**. Ensaio Geral, Belém, v3, n.5, jan-jul/2011.

SANTOS, Ivan Norberto dos. **A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República.** Dissertação de (Mestrado em História). Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS/ PPGHIS, 2009.

\_\_\_\_\_. Passagens entre ‘amadorismo’ e ‘profissionalismo’ na historiografia de Rocha Pombo. In: **Anais das Jornadas de 2007** do Programa de Pós-Graduação em História Social da Ufrj. Rio de Janeiro: Ufrj, 2007.

SARMENTO, Cristina Montalvão; GUIMARAES, L. M. P. (Org.). **Culturas Cruzadas em Português: Redes de Poder e Relações Culturais (Portugal e Brasil, sec. XIX e XX).** Coimbra: Edições Almedina, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Jules Michelet”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de História. O caminho da ciência no longo século XIX.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2010, p.91-98.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989 [1983].

SILVA, Ana Carolina Feracin da. Entre a pena e a espada, literatura e política no governo de Floriano Peixoto: uma análise do Jornal O Combate (1892). **Cadernos AEL**, Campinas, v. 9, n. 16/17, p. 139-176, 2002.

SILVA, Brunno Hoffmann Velloso. Encontros entre História e Sociologia: primeiros embates metodológicos na França. **História e Cultura**, Franca, v. 3, n. 3 [Especial], p.7-27, dez. 2014.

SILVA, Eduardo. A República comemora o Império. **Revista do Rio de Janeiro**, Niterói, v. 1, n. 2, p. 59-70, jan./abr. 1986.

SILVA, Roberto Candido da. **O Polígrafo Interessado: João Ribeiro e a construção da brasilidade.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SIMIAND, François. **Método Histórico e Ciência Social.** Tradução de José Leonardo do Nascimento. Bauru/SP: EDUSC, 2003, 118p.

SIQUEIRA, Carla Vieira de. **A imprensa comemora a República: o 15 de novembro nos jornais cariocas (1890-1922).** 1995. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Sociais, PUCRJ, Rio de Janeiro, 1995.

\_\_\_\_\_. A imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 161-181, 1994.

SOUSA, Francisco Gouvêa de. **Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880-1900).** Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

SÜSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de Letras: literatura, técnica e modernização no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SÜSSEKIND, Flora; VENTURA, **Roberto**. **História e dependência**: cultura e sociedade em Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Moderna, 1981.

TONON, Marina R. **Reinventando o Brasil**: Manoel Bomfim e a crítica à historiografia brasileira. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2014.

\_\_\_\_\_. Um grande mestre e sua indispensável obra: Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na História (1931). **Patrimônio e Memória**, São Paulo, Unesp, v.3, n.2, junho-dezembro, 2017.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. **História da Historiografia**. Ouro Preto. nº 02. p. 12-28, 2009.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. “História da Independência do Brasil”. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 79 (133): 23-596, 1916.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VERGARA, Moema de Resende. **A Revista Brasileira**: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República. 2003. 234 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Centro de Ciências Sociais, PUCRJ, Rio de Janeiro, 2003.

VIEIRA, Sofia Lercher. **Frota Pessoa**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana. (Coleção Educadores), 2010.

## APÊNDICES

### Quadro de Fontes

**Quadro I: Recepção do livro América Latina: males de origem.**

| <b>Título</b>                             | <b>Ano da Publicação</b> | <b>Local de publicação</b> | <b>Autor</b>        |
|---|--------------------------|----------------------------|---------------------|
| <b>A América Latina por Manoel Bomfim</b> | 1907                     | Almanaque Garnier          | Frota Pessoa        |
| <b>A América Latina</b>                   | 1919                     | Gil Blas                   | Álvaro Bomílcar     |
| <b>Os teóricos da estagnação</b>          | 1934                     | Correio de São Paulo       | Antônio Constantino |

**Quadro II: Recepção do livro O Brasil na América: caracterização da formação brasileira.**

| <b>Título</b>  | <b>Ano da Publicação</b> | <b>Local de Publicação</b> | <b>Autor</b>              |
|--|--------------------------|----------------------------|---------------------------|
| <b>O Brasil na América</b>   | 1929                     | Diário Nacional            | E. Roquette Pinto         |
| <b>Alicerces do Brasil I “e Alicerces do Brasil II”- M. Bomfim - O Brasil na América</b>   | 1929                     | O Jornal                   | Alceu Amoroso Lima        |
| <b>O Brasil na América</b>   | 1929                     | Gazeta de Notícias         | Sem autor                 |
| <b>Livros Novos – O Brasil e a América</b>   | 1929                     | A Província                | Sem autor                 |
| <b>Vida Literária – Manoel Bomfim “O Brasil na América”</b>  | 1929                     | O Paíz/Correio da Manhã*   | Humberto de Campos        |
| <b>Livros Novos – “O Brasil na América” por Manoel Bomfim</b>  | 1929                     | O Paíz/Correio da Manhã    | Sem autor                 |
| <b>O Brasil julgado pelos homens, lá fora – A obra de Manoel Bomfim e uma carta que deve encher de orgulho o coração brasileiro.</b> | 1930                     | Correio da Manhã           | Sem autor/Rudger Bilden** |

\* O artigo foi publicado em ambos periódicos no ano de 1929. O mesmo ocorre com o artigo indicado abaixo.

\*\* O artigo é iniciado por uma apresentação sem autor e a seguir reproduz uma carta direcionada a Manoel Bomfim escrita por Rudger Bilden. Sobre Rudger Bilden ver: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *O triunfo do fracasso: Rüdiger Bilden, o amigo esquecido de Gilberto Freyre*. São Paulo: Editora Unesp, 2012. 423p.



**Quadro III: Recepção do livro O Brasil na História: deturpação das tradições .**

| <b>Título</b>   | <b>Ano da Publicação</b> | <b>Local de Publicação</b> | <b>Autor</b>         |
|---|--------------------------|----------------------------|----------------------|
| <b>O Brasil dos Brasileiros</b>   | 1931                     | Correio da Manhã           | Antonio Leão Velloso |
| <b>O Brasil Na História</b>   | 1931                     | Correio da Manhã           | M. Paulo Filho       |
| <b>O Brasil na História</b>   | 1931                     | Correio da Manhã           | Leoncio Correia      |
| <b>“O Brasil na História” sugestões do último livro de Manoel Bomfim</b>                | 1931                     | Correio da Manhã           | Carlos Maul          |
| <b>“O Brasil na História” da Manoel Bomfim é um grande livro</b>                        | 1931                     | Correio da Manhã           | Sem autor            |
| <b>O Professor M. Bomfim</b>  | 1931                     | Correio da Manhã           | Rocha Pombo          |
| <b>A Nota Brasileira</b>  | 1931                     | Diário Carioca             | Américo Palha        |
| <b>Um Grande Livro – O Brasil na História</b>   | 1931                     | Diário Carioca             | Almir Ferreira       |
| <b>A Leitura da Semana</b>  | 1931                     | Diário Carioca             | Benjamin Lima        |
| <b>Um Grande Livro – O que é “Brasil” na História de Manoel Bomfim</b>                  | 1931                     | Diário Carioca             | Sem autor            |
| <b>O Nacionalismo Através da História</b>   | 1931                     | Diário Carioca             | Jayme de Barros      |
| <b>“O Brasil na História”</b>   | 1931                     | Diário Carioca             | Florian de Lemos     |
| <b>Livros Novos “O Brasil na História” – por Manoel Bomfim</b>                          | 1931                     | A Noite                    | Sem autor            |
| <b>Aspectos da História Brasileira</b>  | 1931                     | A Noite                    | Heitor Moniz         |
| <b>Livros Novos “O Brasil na História” – Manoel Bomfim</b>                              | 1931                     | A Noite                    | Sem autor            |
| <b>Função da História e da Tradição por Manuel Bomfim</b>                               | 1931                     | Fon-Fon                    | Sem autor            |
| <b>Sem Título</b>   | 1931                     | Fon-Fon                    | Sem autor            |
| <b>Historiador Por Direito</b>  | 1931                     | Fon-Fon                    | Sem autor            |
| <b>Registro Literário – Manuel Bomfim O Brasil na História</b>                          | 1931                     | Jornal do Brasil           | João Ribeiro         |
| <b>O Egocentrismo na História</b>   | 1931                     | Diário de Notícias         | Sem autor            |
| <b>Novas Projeções Luminosas sobre a História de Nosso Passado</b>                      | 1931                     | Diário de Notícias         | Sem autor            |
| <b>Enriquecendo o Pensamento Nacional</b>   | 1931                     | Diário de Notícias         | Sem autor            |
| <b>Homenageando o grande escritor de “O Brasil na História”: intelectuais visitam o</b> | 1931                     | Diário de Notícias         | Sem autor            |

|  |      |                   |                 |
|--|------|-------------------|-----------------|
| <b>eminente professor Manuel Bomfim.</b>                             |      |                   |                 |
| <b>“O Brasil na História” – Manoel Bomfim</b>                        | 1931 | A Esquerda        | Amorim Netto    |
| <b>O Livro da Atualidade “O Brasil na História” de Manoel Bomfim</b> | 1931 | Beira-Mar         | Sem autor       |
| <b>Um Grande Livro Nacional</b>                                      | 1931 | A Batalha         | Orestes Barbosa |
| <b>Obra extraordinária de Manuel Bomfim</b>                          | 1932 | Revista da Semana | Raul de Navarro |

**Quadro IV: Recepção do livro O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira.**

| <b>Título</b>                                       | <b>Ano da Publicação</b> | <b>Local de Publicação</b> | <b>Autor</b>     |
|---|--------------------------|----------------------------|------------------|
| O Brasil Nação                                      | 1931                     | Fon-Fon                    | Max Linder       |
| Livros Novos – “O Brasil Nação” de Manoel Bomfim    | 1931                     | A Noite                    | Sem autor        |
| “O Brasil Nação” – de Manoel Bomfim                 | 1931                     | Diário de Notícias         | Nosor Sanches    |
| Registro Literário – Manuel Bomfim – O Brasil Nação | 1932                     | Jornal do Brasil           | João Ribeiro     |
| O Retrato do Brasil                                 | 1933                     | O Radical                  | Francisco Galvão |

**Quadro V: Recepção do livro O Brasil; com uma nota explicativa de Carlos Maul.**

| <b>Título</b>   | <b>Ano da Publicação</b> | <b>Local de Publicação</b> | <b>Autor</b>      |
|---|--------------------------|----------------------------|-------------------|
| Livros Novos – Edição da biblioteca pedagógica brasileira | 1935                     | Gazeta de Notícias         | Sem autor         |
| Livros Novos “O Brasil” – Manoel Bomfim                   | 1935                     | Correio Paulistano         | Sem autor         |
| Um Revisor Truculento da Nossa História                   | 1935                     | Diário Carioca             | Humberto Carneiro |
| Registro Literário – Manuel Bomfim “O Brasil”             | 1935                     | Jornal do Brasil           | Múcio Leão        |